

Um novo impulso na direcção certa



O PCP é a esquerda que faz a diferença, é a esquerda comunista.

■ Francisco Lopes Pág. 18

A taxa Tobin

Mais do que abater fronteiras, o processo de globalização vai eliminando os poderes dos Estados em matéria de política económica e de políticas sociais e ambiental, possibilitando uma mais intensa e brutal exploração.

■ João Amaral Pág. 19

PCP alerta para "leis eleitorais" e apresenta projecto próprio

Pág. 32

Argélia Um jovem país em busca da modernidade

Decidida a percorrer os trilhos do desenvolvimento e a construir uma sociedade democrática e moderna, a Argélia não abdica da sua independência e soberania, conquistas que tantas vidas custaram no passado e continuam a custar no presente.

■ Abdelalim Medjaoui Págs. 22 e 23

FESTA *Avante!*

uma festa que se renova



Entrevista com Virgílio Azevedo

Centrais

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Abril de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1271 • Director: José Casanova

Carvalhas no Encontro de Quadros de Setúbal

O nosso PROJECTO HUMANISTA

• Discursos do Secretário-geral do PCP no Encontro de Quadros de Setúbal e no Encontro-Festa da JCP em Lisboa. Págs. 5, 6 e 7



Audácia de conquistar

Jovens em festa promovida pela JCP aprovam manifesto e debatem a sua intervenção na sociedade.

O PCP lança em Abril um alargado processo de diálogo e de debate à esquerda

Pág. 32

PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA





Novos protestos contra a taxa de activação dos telefones

RESUMO

1
Quarta-feira

Em audiência com o primeiro-ministro, Carlos Carvalhas manifesta o acordo do PCP face a um possível pacto de regime para a reforma da Segurança Social, para a «melhoria do sistema e não para dar benefícios às seguradoras privadas». O PCP apresenta um projecto de resolução no sentido de o Governo consultar a AR antes de conceder novas autorizações aos EUA para a utilização da Base das Lajes. O Sindicato dos Funcionários Judiciais marcam uma nova greve geral e uma manifestação de protesto. Em Espanha, ocorrem quatro atentados à bomba contra residências de responsáveis do PP. A Jugoslávia critica o embargo de armas de que é alvo, decidido pela ONU na véspera. O Governo israelita aprova uma retirada condicional do sul do Líbano.

2
Quinta-feira

O acordo do AMI é debatido, em Lisboa, com Sérgio Ribeiro, Lino de Carvalho e Carlos Carvalhas. Vem a público que mais de cem medicamentos vão deixar de ser comparticipados. O ministro João Cravinho admite avançar com uma portaria que regula os tempos de voo e de repouso dos pilotos da TAP. São entregues 25 mil assinaturas no Ministério da Educação, contra o novo regime de autonomia das escolas públicas. O consórcio formado pela Lusomundo, Stanley Ho e Cisneros Group of Companies propõe-se investir oito milhões de contos na TVI. Em Paris, associações ambientalistas de 70 países apresentam aos ministros do Ambiente da OCDE um documento de protesto contra o AMI. Ainda em França, Maurice Papon é condenado a dez anos de cadeia, por cumplicidade na prática de crimes contra a humanidade durante a ocupação alemã. Nos EUA, o caso Paula Jones é arquivado.

3
Sexta-feira

Os ferroviários da CP entram em greve. Os trabalhadores da Sodía (ex-Renault) concentram-se junto ao Ministério da Economia, pressionando o Governo para a resolução da situação laboral na fábrica. A Procuradoria Geral da República decide abrir uma investigação sobre a existência de crime público no caso Virodene. Com a assinatura da portaria que rege os tempos de voo e repouso do pessoal navegante da TAP, a administração e os pilotos fecham acordo. O Governo Regional da Madeira decide processar os jornalistas, devido às notícias sobre o alegado envolvimento do secretário do Turismo e Cultura em casos de pedofilia. Inicia-se, em Londres, a cimeira ASEAM II. Nos EUA, o palestino Eyad Ismail é condenado a 240 anos de prisão pela sua participação no atentado ao World Trade Centre em 1993.

4
Sábado

A JCP organiza um Encontro-Festa junto ao Jardim dos Jerónimos,

em Lisboa, com a participação de Carlos Carvalhas. Assinalam-se os 25 anos do III Congresso da Oposição Democrática. Francisco Pereira de Moura falece, em Lisboa. O Governo institui um fundo de reserva de 800 mil contos para apoio de acções humanitárias em Timor. Na Alemanha, os militantes do PDS reúnem-se em congresso. Os primeiros-ministros da Grã-Bretanha e Irlanda mantêm a data de 9 de Abril para a conclusão de um acordo sobre o futuro do Ulster. O Ruanda inicia uma semana nacional de luto para assinalar o quarto aniversário do genocídio de 1994. Passam 30 anos sobre o assassinato de Martin Luther King.

5
Domingo

Tem lugar o Encontro Distrital de Setúbal de Quadros do PCP, na Amora, com a presença de Carlos Carvalhas. Realiza-se um debate sobre «O conceito de Democracia» com Álvaro Cunhal, em Agualva, Cacém. «Os Verdes» afirmam-se contra a criação de círculos uninominais de eleição. O ministro da Agricultura decide isolar a povoação de Cabril, no Gerês, devido a um surto de brucelose que já atingiu 80 pessoas. A Frente do Povo Unido do Nepal denuncia que mais de mil militantes de esquerda foram detidos nos últimos dias.

6
Segunda-feira

A CGTP considera «vago» o Plano Nacional de Emprego divulgado pelo Governo. A Comissão de Utentes dos Telefones promove um protesto contra a taxa de activação, que termina com a entrega de facturas ao primeiro-ministro. Na Irlanda do Norte, a proposta de um futuro acordo de paz é proposto pelos governos de Londres e Dublin aos partidos participantes na conferência. Os responsáveis albaneses do Kosovo decidem boicotar as negociações convocadas para amanhã. Na Índia, Sonia Gandhi é eleita líder do Partido do Congresso. A comunidade árabe residente em Israel cumpre uma greve geral de prestejo contra a demolição de casas e a violência policial, no dia em que a Autoridade Palestiniana afirma que Mohieddine Sharif terá sido morto pelo Hamas.

7
Terça-feira

Carlos Carvalhas visita as instalações da Carris de Santo Amaro, em Lisboa. É decidido o abate dos animais infectados por brucelose em Cabril, Gerês. A proposta de Tony Blair de dissolver a Internacional Socialista num vago movimento que incluisse o partido de Clinton não passa ainda nesta reunião da IS em Londres. Ziuganov, dirigente do PC da Rússia, declara em Moscovo que a oposição que lidera vai rejeitar a proposta de Ieltsin de nomear Kirienko para a chefia do governo russo. No Ulster, o partido unionista protestante rejeita o texto de pré-acordo de paz, abrindo nova crise. No Kosovo, os representantes albaneses boicotam pela décima vez uma reunião com os sérvios em que se previa a participação do presidente sérvio Milutinovic.

Não surpreende o método utilizado pela generalidade da comunicação social na apreciação à forma como o PCP - a partir de uma profunda reflexão colectiva e de um sério esforço de aplicação de medidas concretas - procura caminhos capazes de conduzir à superação das reais dificuldades e obstáculos que se lhe deparam e ao reforço da sua expressão social, eleitoral e política.

Sem aspas, eis algumas das sensacionais revelações difundidas por essa comunicação social: está lançado, no interior do PCP, um amplo debate no qual milhares de militantes comunistas, fugindo ao controlo do aparelho partidário, concluem que é necessário organizarem-se de forma mais adequada à situação existente; que o discurso de infalibilidade perdeu sentido e que, por isso, é necessário corrigir erros e deficiências de organização e de intervenção; que é necessário renovar e rejuvenescer o Partido eliminando de vez princípios obsoletos como o centralismo democrático, afastando impiedosamente a geração da clandestinidade e substituindo-a pela nova geração; que é necessário uma maior abertura à sociedade e uma atitude de favorecimento de entendimentos com o PS — e que tudo isto, e muito mais que aqui não é transcrito, foi desencadeado por efeito da derrota eleitoral nas autárquicas de Dezembro passado.

Estas revelações, temperadas regra geral com muito mais molho de intriga, são intencionalmente enviadas para o interior do Partido com objectivos óbvios: procurar semear a divisão entre comunistas e tentar impedir que o esforço colectivo visando o reforço do Partido atinja os objectivos pretendidos.

Frustrar estes intentos constitui, assim, mais uma tarefa que hoje se coloca a todos os militantes do Partido. E a melhor forma de a concretizar com êxito é continuarmos a assumir plenamente a nossa condição de comunistas; é ter em conta que o reforço do PCP implica um persistente e audacioso trabalho na sua ligação cada vez mais profunda com as massas populares, na sua organização, iniciativa e acção políticas, na sua intervenção institucional, na dinamização de um amplo movimento de debate, reflexão, diálogo e acção comum com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita que o PSD e o PS, alternadamente, têm vindo a praticar; é ter em conta igualmente, que esse esforço do Partido passa por uma persistente, ampla e qua-

Sem aspas

lificada comunicação do PCP com a sociedade e pela constante e confiante afirmação, em todos os planos da intervenção do Partido, das suas organizações e militantes, do valor próprio das medidas propostas e do valioso projecto do PCP; é ter em conta, também, a necessidade de desenvolver a democracia interna do Partido, ou seja, a necessidade de desenvolver e aprofundar criativamente o centralismo democrático; é ter em conta, ainda, a necessidade de continuar a renovação e rejuvenescimento das organizações e estruturas partidárias, avançando para uma presença mais numerosa, mais responsabilizada e responsável, mais interveniente de quadros jovens no colectivo partidário a todos os níveis - sem conflitos de gerações e, pelo contrário, tendo em conta que a história, a vida e a luta do nosso Partido, integrando naturalmente grandes ideais, valores e experiências em que todos nos reconhecemos, não podem deixar de integrar esse mundo dificilmente reproduzível dos sentimentos, da sensibilidade, do olhar e do imaginário próprios de cada homem e de cada mulher que ajudou, ajuda e ajudará a construir essa história, essa vida e essa luta e que viveu, vive e viverá este grande e apaixonante empreendimento humano que é o PCP; é ter em conta, também, a necessidade de elevar a militância e valorizar o papel do militante, como fundamento essencial para o reforço orgânico do Partido, a necessidade de desenvolver o trabalho de reforço e constituição de organizações de base, a necessidade de continuar a agir com confiança, perseverança e organizadamente no recrutamento de novos militantes, a necessidade de corrigir erros, deficiências e insuficiências por todos reconhecidas.

Estas revelações, temperadas regra geral com muito mais molho de intriga, são intencionalmente enviadas para o interior do Partido com objectivos óbvios: procurar semear a divisão entre comunistas e tentar impedir que o esforço colectivo visando o reforço do Partido atinja os objectivos pretendidos.

Aqui chegado, comentará o leitor: afinal, parte do que alguma comunicação social e alguns comentadores dizem que o Partido está a fazer é de facto o que o Partido está e quer continuar a fazer.

E assim é, se retirarmos às chamadas revelações sobre o Partido o tal molho de intriga já referido (e que constitui, diga-se, a parte mais importante dessa intervenção).

Aliás, e curiosamente, todas as considerações, análises, autocríticas e linhas de trabalho apontadas — e que, para a comunicação social constituem novidades sensacionais nascidas por efeito dos resultados eleitorais de Dezembro passado — são simplesmente transcrições, também sem aspas, de intervenções e conclusões contidas na Resolução Política do XV Congresso do PCP, realizado em 6, 7 e 8 de Dezembro de 1996, Congresso sobre o qual vários dos referidos órgãos de informação disseram na altura que não trazia nada de novo pelo que, no PCP, tudo continuava na mesma

O que quer dizer que essa comunicação social e esses comentadores estão a ver novidades onde não as há. Pelo facto, óbvio, de não as terem visto quando as houve.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Razo — 2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Pavões multicores

Do alto da sua condição de jornalista - tipo da nova ordem comunicacional, João Morgado Fernandes, editor da secção nacional do «Diário de Notícias», fulmina-me impiedosamente. O pretexto invocado para a violenta rajada que me é dirigida situa-se na minha crónica "Liberdade de (Des)informação" aqui publicada há uma semana - crónica na qual cometi o imperdoável crime de denunciar um caso concreto de manipulação jornalística. "Avestruzes vermelhas" é o título do disparo de J.M.F., um título à altura da peça produzida: com toda a originalidade que percorre o anticomunismo pateta dos tempos actuais e com a arrogância característica de quem usa (e sabe que usa) um poder que alia a uma considerável força a terrível "vantagem" de não ter sido eleito e não necessitar de sondagens de opinião (sérias ou manipuladas) para continuar poder...

Como é hábito em situações similares, JMF escapa-se à picadela da seringa no que toca ao essencial. Incapaz de

responder às questões colocadas - nomeadamente e em resumo, que as sondagens são, cada vez mais, instrumentos de influência do voto e que a referida sondagem publicada pelo DN é disso exemplo flagrante - JMF socorre-se do arsenal do blá-blá-blá sobre os comunistas e despeja parte da cassete pirata dedicada ao tema. Ou seja: em vez de responder frontalmente a uma crítica concreta e fundamentada, refugia-se na confortável interpretação, subjectiva do que escrevi e atribui-me as intenções, motivações e posturas que melhor servem os seus interesses e objectivos. E fá-lo na espumante postura de pavão multicolor, fingindo ter ideias próprias sobre a matéria mas sabendo que não faz outra coisa que não seja repetir estafados clichés, fingindo exprimir ideias novas mas sabendo que está a repetir fórmulas iguais às que todos os seus gémeos repetem diariamente.

"Continuar a culpar os outros pelos desaires próprios ou fazer uma reflexão profunda sobre os erros cometi-

dos" - eis a pena à que JMF condena o PCP.

"Aspira a liderar o grupo das avestruzes" - eis a sentença que contra mim profere.

Assim sendo, não lhe agradará saber que o PCP, consciente das dificuldades que a situação internacional e nacional coloca a um partido com as suas características, continuará a procurar, colectivamente, os caminhos capazes de conduzir à superação de parte dessas dificuldades, continuará fiel a si próprio e aos seus 77 anos de vida, de luta, de coerência, de dignidade, de firmeza, de princípios.

Quanto à minha condenação: intranquile-se o editor da secção nacional do DN: estou tão longe de liderar o "grupo das avestruzes vermelhas" da sua cegueira, como ele está de liderar o grupo dos pavões multicores de que é parte integrante.

■ José Casanova

O espectro vivo...

Das abundantes - e em importantes aspectos inverdadeiras - prolas dedicadas ao PCP nos últimos dias pela comunicação social, dois aspectos merecem imediato comentário.

O primeiro consiste no evidente propósito de desviar a atenção de uma importante iniciativa dos comunistas, de contribuição para a afirmação de uma esquerda e de um projecto de esquerda que suporte um novo rumo democrático para o nosso país, e de conotá-la negativamente, através do recurso a cenários de alegadas divisões e sensibilidades que existiriam no seio do PCP.

O segundo é o apressado e interesseiro comentário emitido por dirigentes do PS em ligação com esse cenário, quer afirmando que "o que (lhes) interessa verdadeiramente é que o PCP continue como está" e que o seu objectivo central é criar condições para continuar a roubar-lhe votos até assegurar uma maioria absoluta, quer indicando a sua preferência por uma "renovação" dos comunistas talhada à medida das conveniências da manutenção do poder por parte do PS.

Em registo convergente e tocado pelo mais negro pessimismo se pronunciou igualmente um conhecido constitucionalista - quem sabe se para se auto justificar da rapidez com que há uma década passou de autoproclamado "comunista democrático" para a área do PS - ao prever que "o PCP vai continuar a caminhar conformadamente para uma inexorável marginalização política, reduzido a grandiloquentes exaltações políticas e cada vez mais mesquinho número de seguidores".

Oportuno por isso afirmar e confirmar publicamente o propósito do PCP não se deixar envolver em operações de diversão e de não se distrair do rumo político e de intervenção, que a si só - e rejeitando qualquer interferência exterior - coube e cabe definir.

Que ninguém tenha dúvidas sobre a vontade dos comunistas manterem uma afirmação clara da identidade e objectivos do seu Partido. Dinamizarem e renovarem o seu trabalho com vista a ampliar a sua influência na classe operária e nos trabalhadores, na juventude, na sociedade portuguesa do nosso tempo. Assumirem activamente o seu contributo para um movimento de debate político no seio da esquerda. E não pouparem esforços - sejam quais forem as dificuldades que possam surgir pelo caminho - para a concretização de um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido, nos termos e de acordo com as orientações aprovadas pelo Comité Central na sua reunião de 14 e 15 de Fevereiro, e para cuja concretização todos os militantes estão chamados a empenharem-se activamente.

O espectro do comunismo, que Marx de um modo tão magistral evocou na abertura do Manifesto, vai continuar certamente a inquietar, pelo século XXI fora e até à sua superação, a injusta desordem social vigente...

■ Edgar Correia



Foto: Sérgio Morais

A arte - É começar

ROLETA russa

Já lá vão mais de 2 semanas, Boris Eltsine saiu de uma das já habituais "baixas por doença" e, num ápice, varreu duma assentada todo o Governo russo, sem qualquer explicação minimamente elucidativa sobre razões e objectivos. A surpresa foi (parece) geral: "Estranha", "inesperada", "incompreensível", foram algumas das exclamações repetidas na Rússia e pelo mundo. Os politólogos especialistas em "Kremlinologia", da mais variada estirpe, desmultiplicaram-se a dar versões e *diversões*, traçar múltiplos cenários virtuais, num alucinante jogo de sombras. Na verdade, o reino das trevas em que se movem os actores da cena do poder na dita "democrática" Rússia eltsiniana não permite decifrar o enredo do drama, que é mesmo obscuro. As oligarquias, políticas, económicas e outras, internas e externas, movem-se num vaivém contínuo de entradas e saídas, laços que se tecem, rompem e recompõem. Um trágico teatro de marionetas em que uns puxam os cordelinhos nos bastidores, outros sobem à ribalta, e vice-versa. Além da já crónica instabilidade, ela própria uma significativa constante dessa complexa "década de medonho trauma pós-comunismo" (*The Economist*), algumas linhas de força se podem, entre outras, apontar.

Antes de mais, a situação de degradação económica, social e moral em que está mergulhada a sociedade russa é cada vez mais insustentável. Com a queda do PIB avaliada em mais de 40%, uma previsão incerta da subida de 0,2% não é nada, pois os investimentos continuam a diminuir e a dívida externa a crescer alarmantemente, com operações de títulos de Estado a juros de 40% e a ameaça do pagamento do serviço da dívida em poucos anos absorver 70% do orçamento. Há 32 milhões de russos a viver abaixo do limiar da pobreza - revela o próprio Primeiro-Ministro indigitado Kirienko ao Conselho da Federação. Os salários são baixíssimos e milhões de trabalhadores não os recebem sequer, assim como muitos militares, professores, cientistas... Os pensionistas recebem um mínimo de 350 a 400 rublos quando o mesmo Kirienko diz que "o mínimo vital oficial" é de 800 rublos/mês. No mar da miséria, o luxo dos "novos russos" insulta e provoca. Aumenta o banditismo, o racket, o terrorismo privado, o narconegócio e outros tráficos. Todos os índices sanitários estão no vermelho fixo, a regressão civilizacional traduz-se numa quebra da "esperança de vida" de mais de 6 anos. A mendicância é um recurso generalizado de sobrevivência. A passividade (relativa) das massas russas tem limites. Surto de protesto e organização operária, e não só, têm-se multiplicado. Se a acção de protesto pan-russa marcada para 9 de Abril for um êxito, não deixará de pesar no prato da balança. Será um passo mais no caminho indispensável, difícil e demorado sem dúvida, de redobrada consciência, organização e intervenção das massas populares na vida pública, sem a qual a Rússia não terá futuro.

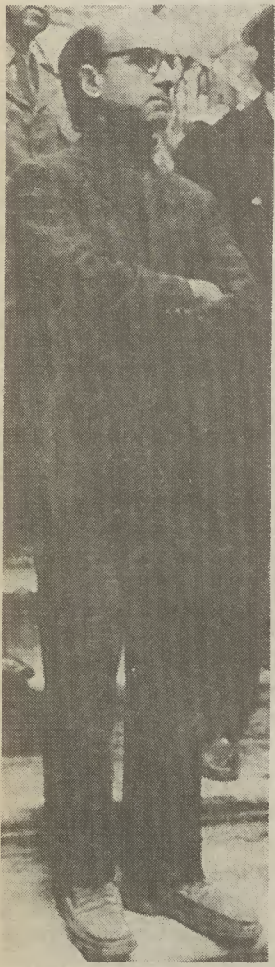
Sem dúvida, a actual conjuntura traduz uma agudização dos variados confrontos, alianças e lutas de morte, entre os diversos oligarcas (de vária origem e tipo) que se vêm digladiando e engrandecendo com o mafioso processo de privatização. O compadrio, a traição, a corrupção, a burla, a especulação, o crime, deram-se as mãos entre o poder político e poder económico confundidos. Com os grandes tubarões transnacionais do Mundo em conluio e concorrência. O que resta é ainda fabuloso. À volta da Rosneft, o maior gigante petrolífero estatal, parece girar grande parte da luta actual. Mas não é presa única. Para além das manobras para abocanhar o maior bocado possível dos bolos que estão agora na mesa do banquete dos tubarões, cada vez mais claro se torna que a batalha pela sucessão de Boris Eltsine está lançada e é uma das molas reais do que está a suceder hoje na Rússia.

Ficariamos por aqui, nas breves alusões à perigosa roleta russa que continua a girar. Mas não podemos calar a notícia que nos acaba de chegar da própria Rússia. O Pravda de 4 de Abril dá notícia da realização de um plenário do CC do PCFR realizado dia 2: o Partido Comunista da Federação Russa decidiu não aceitar o proposto Kirienko como Primeiro-Ministro, mesmo que Eltsine vá para a dissolução da Duma, e apoiar energeticamente a jornada de protesto nacional marcada pelos sindicatos para dia 9, como início já de uma eventual campanha eleitoral. Com essa decisão vão participar na prevista "mesa-redonda" com Eltsine e esperamos que tal posição contribua para uma saída favorável da crise actual.

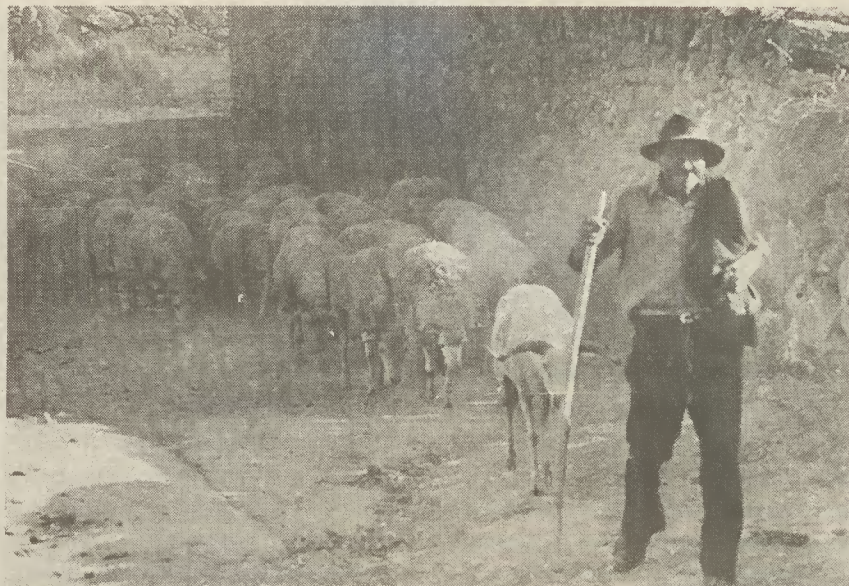
■ Carlos Aboim Inglez

Morre Pereira de Moura

Morreu, no passado sábado, Francisco Pereira de Moura, que a 17 de Abril próximo iria fazer 73 anos. A vida de Francisco José Cruz Pereira de Moura constitui um percurso de intelectual brilhante e de cidadão empenhado na construção da democracia em Portugal. Católico progressista, na sua trajetória política avulta a candidatura a deputado em 1969, pela CDE, a participação na vigília da Capela do Rato contra a guerra colonial, que o levaria à prisão, a actividade de dirigente do MDP/CDE e a participação nos elencos governamentais dos I, IV e V Governos provisórios, após a Revolução de 25 de Abril de 1974. O seu percurso académico foi brilhante e igualmente



empenhado: em 1946 entrou no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), concluiu o curso em 1950 e tornou-se assistente na instituição. Doutorou-se em 1961, tendo sido professor de gerações de economistas formados desde então, incluindo muitos dos que se destacaram na vida pública portuguesa. Em 1962, publicou uma obra de referência - *Problemas Fundamentais da Economia Portuguesa* -, onde demonstrava a fragilidade de um desenvolvimento assente na desigualdade da repartição dos rendimentos. Participaram no seu funeral representantes e figuras dos diversos quadrantes políticos, numerosos amigos e admiradores das mais diferentes áreas da actividade económica, cultural e social do País, numa clara expressão do grande prestígio que Francisco Pereira de Moura conquistou na sociedade portuguesa.



Epidemia de brucelose isola aldeia de Cabril

O Ministério da Agricultura decide isolar a povoação de Cabril, Freguesia do Concelho de Montalegre, no Gerês, devido a um surto de brucelose ali registado e que já afectou mais de 80 pessoas. Segundo o *Diário de Notícias*, admite-se que as causas da epidemia estejam relacionadas com o «negócio» clandestino de cabras infectadas provenientes de Espanha, consistindo na compra de animais doentes na Galiza a um preço reduzido (2000 pesetas por cabeça, cerca de 2.200\$00), que depois são abatidos para se obter do Estado português uma indemnização de 15 contos por cada animal. Como os animais doentes são postos em contacto com os outros saudáveis, a doença acabou por alastrar pela região. Os primeiros casos consecutivos de brucelose

humana na região transmontana do Parque Nacional da Peneda-Gerês foram detectados cerca de dois meses depois da instalação de duas novas explorações de cabras, em finais de 1996. Para normalizar a situação, será necessário

um período de quarantena de mais de três meses, o abate de todos os animais da região e, evidentemente, medidas drásticas de fiscalização que acabem com este tráfico criminoso de animais doentes. A brucelose pode ser conside-

rada uma doença profissional, dado que é contraída no contacto com animais infectados, e atinge tanto os humanos que lidam com os animais doentes como a fauna selvagem da região onde exista gado com a doença



Torre do Tombo pode estar «doente»

O Instituto para o Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho (IDICT) efectuou uma análise ao edifício da Torre do Tombo, em Lisboa, e detectou um conjunto de sintomas compatível com a Síndrome do Edifício Doente (SED), uma doença típica dos modernos edifícios de escritórios que se detecta através das alterações neurológicas (cansaço, falta de capacidade de concentração) que provocam nas pessoas, particularmente nos funcionários que nele permanecem em continuidade, a par de irritações nos

olhos, garganta, pulmões e pele, podendo, em casos extremos, levar à morte. Segundo o *Público*, que noticiou o caso, o IDICT entrevistou aleatoriamente um conjunto de funcionários que trabalham na Torre do Tombo e apurou uma série de sintomas característicos, «todos ligados à síndrome do edifício doente», ouvindo queixas relativas a «renites alérgicas, dermatoses, prurido, sinusite e bronquite», além de «sonolência, nervosismo, stress e perturbações psicológicas». Recorde-se que a Torre do Tombo custou mais de três

milhões de contos e foi uma das grandes inaugurações do cavaquismo há cerca de sete anos. O IDICT acrescenta que este edifício «foi pensado no início da década de 80, numa altura em que estavam na moda os edifícios ditos inteligentes» (com temperatura e humidade controladas por maquinaria), mas «hoje constata-se que essa filosofia não se coaduna com o nosso clima». Devido a esta concepção, a Torre do Tombo é um edifício hermético, onde o ar apenas entra e circula através de maqui-

“A inevitável internacionalização da economia não pode reduzir, como alguns pretendem, o papel do Estado-nação, antes deve reforçá-lo, porque esta é a única instituição com meios para se interpor entre os cidadãos e a força ilimitada, não representativa e não legitimada do mercado”

(Vasco Vieira de Almeida, *Vida Mundial*, Abril 1998)

“A lógica de uma política de esquerda não deve deixar de ter como preocupação fundamental as diversas minorias, independentemente da sua mais-valia eleitoral (...) as questões decorrentes do sexo e da liberdade perante ele não deixam de ser relevantes na causa mais geral (era assim que se dizia, não era?) da liberdade e da igualdade.”

(Luís Sá, *idem*)

“Dentro de dois anos, as receitas vão descer e as despesas, provavelmente, subir. Resta-nos defender a tese da empregabilidade - se a Alemanha deixar...”

(Daniel Amaral, *Visão*, 2-8 de Abril)

“Temos uma ministra da Saúde que ainda não atinou com o que deve fazer mas, como as sondagens não se queixam, o Primeiro-Ministro, que tem horror da opinião pública, arranjou para a Saúde a solução ideal. Deu aos portugueses uma Lady Ri”

(Helena Sanches Osório, *A Capital*, 6.4.98)

“Depois da generosa ajuda à Indonésia sugerida por António Guterres, estranha-se que a cristianíssima alma que é o nosso primeiro-ministro não tenha ainda tentado pregar a mesma doutrina ao amigo Clinton, em relação a Cuba e ao Iraque, países contra os quais nada, de resto, temos, em matéria histórica ou diplomática”

(O Diabo, 7.4.98)

“Não é a nossa justiça que é terceiro-mundista. O que se evidencia é a ausência de escrúpulos de grupos internacionais que se dedicam a actividades menos claras (...) Sei que a sobriedade e o comedimento da nossa justiça não vão penalizar o senhor Lowry por este espectáculo decadente e degradante, como sei que não se intimidará com a exibição reles e medíocre de embusteiros de pacotilha.”

(Francisco Moita Flores, *Diário de Notícias*, 6.4.98)

“Enquanto o preço do petróleo está a atingir níveis extraordinariamente baixos, os meios de comunicação social têm reportado com destaque declarações do ministro da Economia anunciando a política do Governo de aumentar os impostos e não alterar o preço dos combustíveis (...) No fundo, a política adoptada insere-se dentro da má tradição latina de maximizar a falta de transparência fiscal e impedir os contribuintes de verem claramente quanto é que o Estado lhes está a tirar do bolso”

(Miguel Gouveia, *Negócios/DN*, 6.4.98)

ONU impõe embargo de armas à Jugoslávia

O Conselho de Segurança da ONU adoptou esta semana uma Resolução impondo um embargo de armas contra Belgrado com o objectivo declarado de forçar a República Federal da Jugoslávia (RFJ) a iniciar, sem condições, um diálogo com os separatistas albaneses do Kosovo (Sul da Sérvia) com vista a conceder uma larga autonomia àquela província, onde os albaneses são maioritários. A Resolução 1.160 foi adoptada com 14 votos a favor, incluindo o da Rússia, e a abstenção da China.

Este embargo das Nações Unidas, de aplicação imediata, junta-se às sanções já adoptadas pela União Europeia, que incluem igualmente um embargo de armas a Belgrado.

A ONU havia levantado em 1996 todas as sanções impostas contra Belgrado durante os quatro anos de guerra nos territórios

da antiga Jugoslávia.

A Jugoslávia denunciou de imediato a decisão do Conselho de Segurança da ONU de impor este embargo de armas e acusou os apoiantes da Resolução de tentarem desmembrar o país encorajando os separatistas

albaneses na perturbada província do Kosovo. A agência oficial jugoslava Tanjug acrescenta, entretanto, que «contrariamente à prática habitual da ONU e do direito internacional, a Resolução não menciona a razão pela qual foi adoptada».

Governo brasileiro protege latifundiários e rompe com Movimento dos Sem-Terra

Segundo a LUSA, o governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso rompeu novamente com o Movimento dos Sem-Terra (MST), poucas horas depois de ter ordenado ao exército acções com vista a desalojar os camponeses de quintas ocupadas. O executivo liderado por Fernando Henrique Cardoso cancelou também a reunião prevista para hoje com os dirigentes nacionais do MST.

A ruptura foi anunciada terça-feira pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que a atribuiu à «escalada de provocações» do movimento camponês, que iniciou uma nova fase de invasões a fazendas, principalmente no

estado amazónico do Pará, a partir de quinta-feira, dia em que foram assassinados dois dirigentes da organização.

Os líderes do MST tinham previsto reunir-se esta semana, em Brasília, com o ministro interno da Fazenda, Pedro Parente, e com o presidente do instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA), Milton Seligman, para escutar a resposta do governo a uma série de reivindicações.

Enquanto isto, o município de Parauebas, sul do Pará, foi militarizado terça-feira com a intenção, segundo informação oficial, de «pôr termo aos conflitos» entre latifundiários e membros do MST.

Encontro de Quadros de Setúbal

Impulsionar
o colectivo
partidário

Cerca de quinhentos quadros comunistas de Setúbal reuniram-se no passado domingo, no Clube Recreativo da Cruz de Pau, na Amora, para tentar responder a uma interrogação que se coloca a muitos militantes e organizações: como melhorar o funcionamento do Partido para intervir mais e melhor na sociedade, em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e das populações. Das várias dezenas de intervenções ficaram experiências positivas, problemas e insuficiências, propostas e pistas de trabalho, e a convicção de que «sabendo ouvir as opiniões dos militantes do Partido, vamos certamente dar um novo e grande impulso à Organização e à intervenção do Partido» - como sublinhou na abertura do Encontro, Jorge Pires, membro da Comissão Política e responsável da DORS.



Imediatamente a seguir às eleições autárquicas, a DORS decidiu avançar com um conjunto de medidas de direcção com vista a dar mais eficácia ao seu funcionamento e aumentar a sua intervenção. A par de uma reestruturação orgânica, que reduziu de três para dois o número de organismos executivos, foram introduzidas alterações na sua composição, redefinidas prioridades de trabalho e responsabilizados novos quadros. Esta reflexão alargou-se a toda a organização regional e foi confirmada na reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro.

Como refere o documento, e o Encontro sublinhou, «a participação activa dos militantes na vida das organizações e da intervenção destas no meio onde estão inseridas, é a única base sólida para a permanente procura de soluções que ajudem a ultrapassar as dificuldades e insuficiências».

Na intervenção de abertura, Jorge Pires considerou ser «vital» que os militantes assumam o Partido como seu e não o entendam como uma entidade abstracta. «A força deste Partido está na sua natureza de classe, na sua ideologia, nos seus objectivos, mas está sobretudo

na capacidade que tivermos de pôr a funcionar regularmente este grande colectivo partidário, preparado ideológica e politicamente para intervir».

Foi esta necessidade de procurar colectivamente soluções para o reforço do Partido que desencadeou um movimento geral de assembleias e plenários de militantes que culminará no final deste ano ou início de 1999 com a realização da 5ª Assembleia de Organização Regional de Setúbal. Até ao momento, foram já marcadas mais de 90 assembleias concelhias, de freguesia e locais, de células de empresa e de sectores profissionais, merecendo especial atenção as organizações de base.

A organização no local de trabalho

O desaparecimento de grandes empresas, a proliferação do trabalho precário, os despedimentos e reformas antecipadas, o elevado número de desempregados que não pára de aumentar, são factores que se reflectiram negativamente na organização partidária, provocando

o enfraquecimento de muitos organismos de base, como as células de empresa.

Assinalando o acentuado crescimento das organizações por local de residência, o documento observa que para além do «encerramento de empresa ou diminuição do número de trabalhadores, também se tem verificado a passagem de muitos camaradas no activo para as organizações do local de residência por dificuldades orgânicas e de direcção». É uma tendência que deve ser contrariada e o exemplo do Arsenal do Alfeite, trazido por Vicente Merendas, entre outros que foram referidos no decorrer do Encontro, prova que é possível fazê-lo.

Após um intervalo de vários anos, em que a organização do Partido quase desapareceu no Arsenal



Fotos de Vítor Castro

do Alfeite, em Fevereiro de 1997, teve lugar a 5ª Assembleia da Célula. Este objectivo, explicou Vicente Merendas, foi alcançado porque a Concelhia de Almada discutiu e tomou medidas para dinamizar a Célula. Os resultados estão à vista: hoje conta com 160 militantes, o que faz dela uma das maiores células do distrito, e constitui uma importante força na empresa, tendo contribuído para o bom funcionamento da Comissão Sindical e da Comissão de Trabalhadores. A participação numerosa dos trabalhadores do Arsenal na manifestação dos EFAs, realizada no passado dia 16 de Março em Lisboa, mostrou que «os arsenalistas recuperaram o ânimo e sentem-se orgulhosos da sua célula que é o Partido dentro da empresa», salientou Vicente Merendas.

A organização no local de trabalho foi classificada por Jorge Pires, «não só como uma questão orgânica, mas sobretudo como uma questão ideológica». Como explicou, «no desenvolvimento da luta de classes, o embate fundamental é aquele que se concretiza no dia-a-dia no local de trabalho. É ali que se confrontam as duas classes antagónicas da sociedade portuguesa e é a partir deste confronto que se esclarece e clarifica a coincidência de interesses entre o grande patronato e aqueles que no poder político desenvolvem políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo». O alargamento da estrutura partidária a mais empresas e

outros locais de trabalho é assim visto como «determinante» para o aumento da capacidade de intervenção do PCP.

Renovar e rejuvenescer

Nos últimos dois anos, sem qualquer campanha organizada, foram recrutados no distrito cerca de 700 novos militantes, dos quais 47 por cento tinham menos de 30 anos. Agora, os comunistas de Setúbal propõem-se recrutar até às eleições legislativas de 1999 no mínimo mil novos militantes, pelo menos 45 por cento dos quais com idade até trinta anos. Mas tão importante como recrutar é integrar na vida partidária os novos militantes.

A responsabilização de mais quadros jovens é outra orientação que está a ser aprofundada. Nos últimos dois anos, a DORS funcionou ou subsidiou para o trabalho do Partido e da JCP 17 jovens quadros, a maioria com menos de 25 anos. Este dado, já de si revelador de uma adesão crescente dos jovens ao Partido, foi enriquecido com o relato de várias experiências ocorridas no distrito.

O jovem Marco, residente em Alcochete, contou aos presentes como se desenvolveu um pequeno núcleo da JCP do Montijo. Eram apenas quatro ou cinco, mas resolveram organizar-se para intervir na escola secundária. Rapidamente cresceram para um colectivo activo de 12 jovens. Lançaram-se na elabo-

ração de uma lista à associação de estudantes e obtiveram a maioria dos votos. Com este simples relato Marco quis ilustrar uma convicção sua: «os jovens não estão adormecidos e têm vontade de lutar» e deixou o apelo para que sejam ajudados a integrarem-se no trabalho partidário.

Este tema foi também abordado pelo Pedro Silva que lembrou «atriços» verificados nas últimas autárquicas devido a uma certa relutância em integrar nas listas jovens candidatos: «Deram-se exemplos de jovens que se tinham portado mal, mas eu pergunto quantos outros se portaram mal e não eram jovens.»

Como recomendação, o documento do encontro considera que «a linha de responsabilização de jovens quadros do Partido aos mais variados níveis de direcção e de intervenção deve ser seguida em todas as organizações do Partido, tendo sempre presente que à partida não devem ser colocadas exigências de experiência».

Outras intervenções feitas no Encontro chamaram a atenção para o agravamento da situação social e económica, para a luta dos trabalhadores em diversas empresas e para as batalhas que se avizinham, com destaque para os referendos sobre a IVG, a Regionalização e a Europa. Até às próximas legislativas, os comunistas de Setúbal promovem um conjunto de acções, debates e reflexões para analisar os problemas que afectam o distrito e encontrar soluções para os ultrapassar.

■ CN

Intervenção de Carlos Carvalhas O nosso projecto humanista

No encerramento do Encontro de Quadros de Setúbal, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, fez uma intervenção da qual publicamos os principais extractos.

Pelas suas raízes, pela ligação aos trabalhadores e às populações, pela sua força, pelo seu património de luta e de trabalho, pela suas posições no Poder Local, o PCP tem particulares responsabilidades no distrito de Setúbal. E o seu reforço, no plano social, político e eleitoral é da máxima importância quer para a população do distrito quer para o País.

O nosso empenho construtivo, o trabalho que realizamos, as lutas que impulsionamos para que se resolvam problemas, o nosso apoio às justas reivindicações dos trabalhadores e do povo, o nosso projecto humanista, é reconhecido de forma positiva pela generalidade da população e por milhares de cidadãos sem partido, sobretudo por parte daqueles que nos conhecem mais de perto.

Mas é necessário continuar a prestar grande atenção ao esforço da nossa ligação à classe operária, aos trabalhadores e à população, ao rejuvenescimento, ao diálogo com os outros, ao recrutamento e à viragem do Partido para fora. E é também necessário continuar a empenhar esforços para se dar respostas às questões da problemática feminina e da juventude e às inquietantes questões do ambiente.

Temos pela frente boas perspectivas para reforçarmos a nossa influência, mas também temos um quadro político de grande exigência que vai implicar o doseamento atento de forças e meios pelas diversas batalhas e prioridades.

Boas perspectivas porque são cada vez mais aqueles que vêm em nós a grande força da mudança e da esperança, a grande força da esquerda que com coerência levanta bem alto os valores de Abril e da esquerda.

Exigente porque iremos ter pela frente muita demagogia, muitos elementos de diversão dos reais problemas das populações e uma continuada ofensiva neoliberal quer em relação aos direitos laborais,

➔

Encontro de Quadros de Setúbal

O nosso projecto humanista

salários e reformas, quer ainda aos sistemas de segurança social e de saúde.

Exigente ainda, porque como tudo indica iremos ter vários referendos e ainda as manobras das leis eleitorais em que o PS e o PSD procuram obter uma bipartidarização artificial da vida política e assegurar maiorias de deputados sem maiorias eleitorais através da dinâmica dos círculos uninominais (PS e PSD) e da redução do número de deputados (PSD).

Quanto à redução do número de deputados pretendida pelo PSD e em relação à qual há sempre que temer que o PS possa ceder, como já cedeu no passado em tantas coisas em que jurava que jamais cederia, é preciso esclarecer quatro aspectos essenciais:

- o primeiro é que, mesmo do ponto de vista comparativo com outros países, não há qualquer excesso da dimensão do número de deputados da Assembleia da República;

- o segundo é que, como já se viu quando no passado o número de deputados baixou de 250 para 230, essa redução diminuiu sempre a proporcionalidade do sistema eleitoral e beneficia sempre o PS e o PSD em prejuízo dos outros partidos;

- o terceiro é que, com a redução pretendida pelo PSD, o Grupo parlamentar do PCP poderia, mesmo no caso de haver um significativo reforço da sua votação, ficar com uma dimensão numericamente tão reduzida que ficaria na prática impossibilitado de intervir sobre um grande número de problemas e no fundo, só o PS e o PSD ficariam em condições de desenvolver uma actividade parlamentar minimamente condigna e eficaz;

- o quarto é que, tudo visto, não há deputados a mais no Parlamento; o que há sim é partidos que têm deputados a mais para o pouco trabalho que realizam e partidos – como o PCP – que têm deputados de menos para o imenso trabalho que fazem.

De facto não é possível falar do quadro das nossas tarefas mais próximas, sem ter em atenção estes combates e lembrar que tudo está agora encaminhado para que, com alta probabilidade já em 28 de Junho ou 5 de Julho, se realize o referendo sobre o aborto que foi imposto ao País pela vergonhoso volte-face do PS e pela sua clamorosa cedência ao PSD, operada quando decidiu mandar para o caixote do lixo a votação maioritária realizada na Assembleia da República.

Sendo certo que esta será a primeira experiência depois do 25 de Abril de um referendo, é muito importante que por parte de todas as organizações do partido e de todos os militantes haja desde já uma aguda consciência de que, embora seguramente com diferenças, este referendo apresentará muitas características e exigirá esforços e formas de intervenção muito semelhantes ao de uma campanha eleitoral.

Por outro lado, embora vá ser possível a constituição de grupos de cidadãos com uma intervenção própria na campanha do referendo e a este respeito já afirmámos a plena disponibilidade dos comunistas para, lado a lado com outros democratas, participarem em grupos que se constituam para lutar pela vitória do «sim» à despenalização do aborto, continuamos a salientar que, para que tal objectivo seja alcançado, é não só legítima como necessária a intervenção própria dos partidos.

E por isso, e pela nossa parte, aqui voltamos a dar uma garantia a todos os homens e mulheres do nosso país que justamente apoiam esse progresso necessário para combater o flagelo do aborto clandestino e proteger a dignidade e a saúde das mulheres que é a despenalização do aborto e a permissão da sua realização em condições de segurança médica.

A garantia de que o PCP não fará aquilo que parece que o PS se prepara para fazer e que é ter-se sentido à vontade para propor uma lei e para aprovar e agora já não se sentir à vontade para fazer campanha pelo «sim» no referendo, coisa que o deputado Sousa Pinto afinal não considera escandaloso e parece estar disposto a engolir suavemente. Não, o PCP será coerente com a sua qualidade de grande e principal protagonista político desta causa, o PCP honrará os seus compromissos com os portugueses e portuguesas, o PCP não se esconderá atrás de grupos de cidadãos, o PCP, com as suas organizações e militantes intervirá, de forma serena e responsável mas activa e empenhada, na grande batalha de esclarecimento para uma expressiva vitória do «sim».

O embuste da AD recauchutada

Nestes últimos tempos, o tema da nova AD tem sido objecto de comentários vários.

No PSD, os que estão com Marcelo Rebelo de Sousa entendem que a nova AD é a melhor maneira de dissolver o PP, e de assegurar uma

perspectiva até às eleições legislativas. No PP os que estão com Paulo Portas vêem na AD uma maneira de credibilizar o PP e de evitarem serem contados nas próximas eleições.

No PS e nos meios mais afectos ao governo, a avaliação é feita em dois planos. No plano parlamentar onde temem que o PP deixe de ser a bengala com que sempre têm podido contar e, no plano eleitoral, onde um «remake» da AD lhes permite, segundo dizem, encenar melhor o perigo do regresso da direita e fazer apelo ao chamado voto útil com o objectivo de tentarem o poder absoluto.

O PS não tenciona mudar o rumo da sua política neoliberal e é também evidente que o PS não tenciona vir a dizer que os votos no PCP contam sempre para derrotar a direita e que contam como nenhuns outros para que se tenha uma saída pela esquerda... Vai procurar sim, mais próximo do acto eleitoral, tentar iludir o eleitorado, fazendo um discurso mais social e deixando cair algumas migalhas orçamentais para atrair os menos politizados. E sobretudo vai empolar e dramatizar os perigos da direita... É uma manobra velha mas que com o apoio de grandes meios de informação atinge sempre camadas da população sobretudo nas camadas mais vacilantes e menos informadas politicamente.

É por isso necessário travar desde já um importante combate de esclarecimento mostrando que para derrotar a direita o que conta é que os deputados eleitos pelo PCP e pelo PS sejam em número superior aos eleitos pelo PSD e PP. Mas para derrotar a política de direita o que efectivamente conta é o reforço do PCP e da CDU. De facto não é indiferente a correlação de forças entre o PCP e o PS para que se venha a ter uma inflexão na política que vem sendo seguida, pois nas questões mais essenciais a política do governo PS não se distingue da do cavaquismo. E actualmente o PS é ainda mais elogiado pelo capital financeiro do que o PSD...

São partidos com muitos comportamentos semelhantes e com muitas políticas gêmeas mesmo no que toca aos *jobs for the boys*, ou

mente pelos trabalhadores, pelas populações e pela juventude, se traduz também num efectivo apoio eleitoral.

A ligação aos trabalhadores e ao povo é essencial

Neste Encontro de Quadros teve lugar de primeiro plano a análise de todo um conjunto de lutas em curso pelo emprego com direitos, pela melhoria dos salários e das reformas, contra os despedimentos e os vínculos precários.

Daqui queremos saudar e manifestar o nosso apoio solidário aos trabalhadores da Sodis/Renault, aos trabalhadores da Saúde e da Administração Pública, aos enfermeiros, aos trabalhadores Ferroviários, do Arsenal do Alfeite, da Lisnave, da Gestenave, da Unicervi, da Carbogal, da Metalsines, da Facmil, da TST, do Hotel do Mar e a muitos outros. Quero também daqui saudar a luta dos agricultores de Setúbal e a grande manifestação da juventude «por um ensino de qualidade e por uma acção social escolar e um financiamento do ensino superior justos».

A luta de massas tem um papel essencial na alteração da situação social e política. E este Encontro de Quadros constitui também um impulso para se dar novas expressões ao combate contra a injustiça, a exploração e opressão, ao combate por novos direitos e a melhoria do nível e qualidade de vida.

São muitos os testemunhos de que vale a pena lutar. É certo que quando se luta nem sempre se ganha. Mas quando se abdica da luta perde-se sempre.

O acordo negociado na Têxtil como corolário de 15 meses de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores pelas 40 horas com descanso ao sábado aí está também a mostrar as possibilidades e potencialidades que se abrem com o desenvolvimento da acção de protesto e de luta por justas reivindicações.

No quadro actual, a nossa acção e intervenção deve procurar favorecer tudo o que amplie a compreensão e consciência de que é possível uma alternativa progressista e de esquerda à alternância que não é alternativa entre o PS e o PSD.

Por outro lado, é necessário continuar a dinamizar a organização do Partido, designadamente através do movimento em curso de Assembleias com vista a tomarem-se medidas para uma maior influência na sociedade portuguesa.

No nosso Partido debate-se, avalia-se a situação e tomam-se medidas. O processo em curso de dinamização do Partido e de rejuvenescimento tem sido objecto por parte dos nossos adversários de várias acções de intriga procurando a divisão e a

inquietação do nosso Partido. De novo procuram catalogar militantes e dirigentes e pôr uns contra os outros. As manobras de intriga não passarão no nosso Partido e não entravará o impulso e o processo que encetámos de dinamização, renovação e rejuvenescimento.

E se se fala de ruptura é bom que se retenha que a ruptura que temos no Partido é com o capitalismo e o neoliberalismo, é com a opressão e a dominação, é com o desemprego e o trabalho precário, é com o tráfico de droga e a acentuação das desigualdades, é com os baixos salários e as reformas de miséria, é com a injustiça e o empobrecimento da democracia.

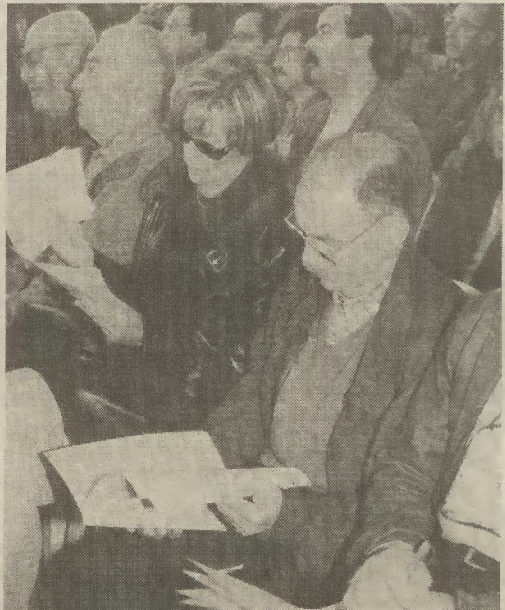
O que os preocupa é que este Partido com firmeza, com princípios e com coerência quer estar mais dinâmico, quer ser mais forte e quer continuar ao lado dos trabalhadores e do povo na sua luta pela melhoria do nível e qualidade de vida, pela transformação social, tendo por horizonte o socialismo!

O que os preocupa é que o nosso Partido está coeso em torno dos objectivos que temos definido, com prestígio crescente e com o reconhecimento de largas camadas da população e nomeadamente por parte da juventude e da classe operária pela sua luta quotidiana ao serviço do povo e de Portugal!

Desenganem-se, pois, os que pensam que nos dividem e que nos paralisam!

Com a nossa identidade definida e reafirmada no XV Congresso, mas abertos para o curso da vida e para o futuro continuamos o nosso combate pelo progresso social, pelo fim da exploração e da opressão do homem pelo homem.

(...) E reafirmamos como grande compromisso de honra de que este partido, o Partido Comunista Português, que se orgulha da sua história, do seu projecto e do seu nome, não virará as costas às dificuldades, não desertará do campo da luta, não desertará do lugar e das causas que deram sentido aos seus 77 anos de vida e, com a classe operária, com os trabalhadores, com a juventude, com todos os portugueses e portuguesas, com todos os trabalhadores e trabalhadoras, prosseguirá, com energias renovadas, a sua luta pela democracia, pelo socialismo, por Portugal.



mais prosaicamente no que toca aos «tachos para a rapaziada». Ainda recentemente, no debate que teve lugar na Assembleia da República sobre esta questão, Marques Mendes afirmou, fugindo-lhe a boca para a verdade, que nem sempre «o cartão laranja foi o critério para as nomeações nos tempos dos governos do PSD» o que quer dizer que os que foram nomeados sem cartão foram tão-só a excepção. Por sua vez, o ministro da Administração Interna e depois o Conselho de Ministros foram obrigados a admitir que as nomeações rosa não ficam atrás das nomeações laranja... Um fartote e uma vergonha, tudo à custa dos dinheiros públicos.

A utilização do aparelho de Estado em benefício partidário, as voltas e reviravoltas em questões como a interrupção voluntária da gravidez, são um descrédito para a vida pública e para as instituições.

Pensamos também que Portugal só defende os seus interesses e só se prestigia com uma postura firme, clara e coerente quer na União Europeia quer no domínio da política externa.

E neste domínio queremos deixar bem claro que, por exemplo, em relação a Timor-Leste entendemos que esta causa é uma causa nacional que não deve ser objecto de manobras politiquieiras de disputa partidária ou de pequena intriga.

Mas entendemos também que o governo deve preparar com todo o cuidado e de forma coordenada com a Presidência da República, a Resistência Timorense e as diversas forças políticas, nomeadamente as que têm assento na Assembleia da República, qualquer iniciativa de contacto ou negociação, sob a égide da ONU, com autoridades da Indonésia.

E lamentamos que o governo português tenha tido em Londres uma posição de D. Quixote, de triste figura que não ajuda a luta do povo mauber nem nos prestigia na cena internacional. As posições do Primeiro-Ministro e os encontros anunciados e não realizados em nada prestigiam o nosso país.

(...) O PCP, pelas suas propostas positivas, pela sua coerência, pela sua intervenção e pela sua luta, marca a diferença. Mas é necessário que o justo prestígio e o reconhecimento que nos são conferidos, nomeada-

Encontro-Festa da JCP

Audácia de conquistar

Muitos foram os jovens que participaram, sábado passado, no Encontro-Festa promovido pela JCP no Jardim dos Jerónimos, em Belém. Um encontro de cultura e de luta.

Numa tenda montada para o efeito, realizou-se, da parte da manhã, uma discussão sobre a acção e intervenção da JCP nas diversas frentes de trabalho - nas escolas, nas empresas, nas freguesias, nos concelhos -, valorizando simultaneamente o papel dos jovens na sociedade.

A concluir o debate, foi aprovado, por unanimidade, o manifesto "Audácia de conquistar", que coloca as questões fundamentais que preocupam a juventude e as propostas da JCP para uma sociedade mais justa. O Manifesto reafirma ainda que os jovens comunistas continuam a lutar por um ideal, pelo marxismo-leninismo. Pela tarde desenvolveram-se várias actividades, como futebol e voleibol, escalada, tiro com arco, pintura, graffitis, música de diferentes estilos, com grande participação dos jovens presentes.

Antes da festa, com música dos "Navegantes", houve uma primeira intervenção, de Osvaldo Marta, da Comissão Política da JCP, a que se seguiu a de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, de que aqui transcrevemos largos extractos.

Intervenção de Carlos Carvalhas

(...) Organizada pela JCP aqui estiveram hoje jovens de diversos pontos do País, numa jornada de convívio, de fraternidade, de alegria, de reflexão e debate sobre os problemas da sociedade portuguesa, mas também numa jornada de solidariedade com os povos em luta.

E sendo esta a primeira iniciativa nacional depois da grandiosa manifestação realizada pelos estudantes do ensino superior por melhor ensino e segurança social escolar, contra as propinas, permitam-me que daqui saude todos os jovens que directa ou indirectamente se associaram àquela realização.

O Primeiro-Ministro e o ministro da Educação mantêm-se autistas mas são responsáveis pela degradação do ensino público e pela actual situação. Hoje já ninguém fala na "paixão" deste governo pela educação!

A equipa do Ministério da Educação disfarça mal a inspiração neoliberal da sua filosofia. Aliás, as declarações de Marçal Grilo de que os estudantes estão na Universidade para estudar... e portanto, não para protestar, poderiam ter sido proferidas por um qualquer ilustre ministro da Educação de uma Sr^a Thatcher ou de um Sr. Major. Taylor também dizia aos trabalhadores: «trabalhadores, vocês estão aqui apenas para trabalhar, pois há aqui quem seja pago para pensar...».

Mas os estudantes pensam pela sua própria cabeça e, por isso mesmo, interrogam e não se conformam com o actual estado do ensino, com o seu financiamento e com a falta de saídas profissionais. Estão fartos de promessas, de marketing político e de discursos.

Quando hoje se diz, por exemplo, que há falta de médicos no País, de quem é a culpa?

Por que não se acaba com os *numerus clausus*?

Porque razão é que para se entrar em Medicina se exige uma média elevadíssima?

Como vocês sabem, nós apresentámos na Assembleia da

República um projecto de lei com um conjunto de medidas que, se tivessem sido aprovadas, já teriam eliminado os *numerus clausus* das Universidades por-

Há meios financeiros e humanos para resolver os problemas do ensino, e muito especialmente do ensino superior. O que está em causa são as opções e a linha política neoliberal que tem sido seguida.



tuguesas. Mas há quem não esteja interessado. A filosofia do governo é a da desresponsabilização crescente das suas funções sociais.

São inteiramente justas as críticas que a juventude tem feito sobre o financiamento do ensino superior público e a acção social escolar, quer porque contraria o princípio constitucional da progressiva gratuitidade do ensino público, combatendo o elitismo do acesso ao ensino superior; quer por contrariar o compromisso assumido pelo ministro da Educação de que a verba das propinas seria aditiva em relação ao financiamento público, o que não se verifica; quer ainda porque mistura o financiamento com a acção social escolar em esquemas perversos.

Pela nossa parte, como vocês sabem, decidimos propor através da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República uma ampla audição sobre os problemas do financiamento e da acção social escolar, com a contribuição de estudantes e docentes do ensino superior público e apresentámos dois projectos de lei sobre estas matérias.

E isto passa-se no ensino como nas mais diversas áreas de intervenção do Estado, nomeadamente na economia com a consequente acentuação das desigualdades, concentração da riqueza e a produção de um número crescente de excluídos e marginalizados do crescimento do "produto nacional". E este quadro é fermento de instabilidade social, de insegurança e também das condições favoráveis à proliferação da toxicod dependência.

A juventude, que é particularmente sensível às injustiças e à hipocrisia, tem hoje na generalidade um pensamento profundamente crítico quanto à política do governo, nomeadamente em relação à toxicod dependência que exige não acções propagandísticas mas sim um sério e efectivo combate quer em relação à prevenção quer em relação ao tráfico quer ainda em relação à recuperação e reinserção social de milhares e milhares de jovens. Do mesmo modo a generalidade da juventude tem também uma posição crítica à hipocrisia daqueles que falam do direito à vida dando assim inteira cobertura ao flagelo do aborto clan-



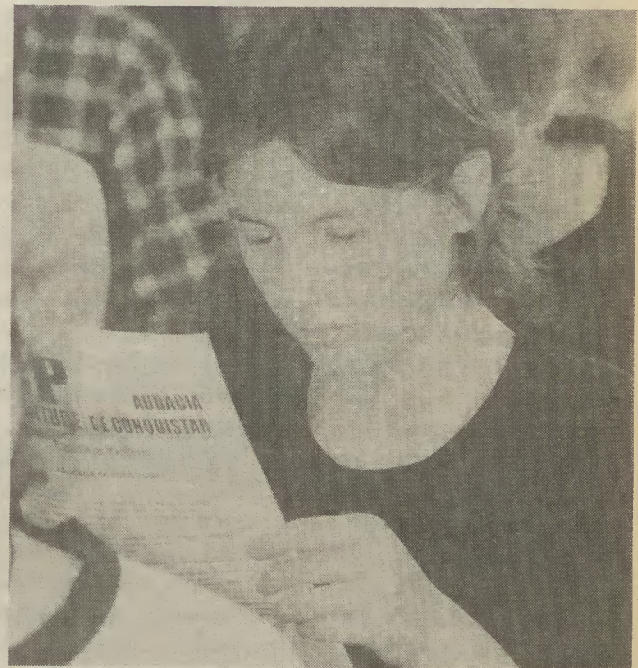
destino e daqueles que, de cedência em cedência, de vacilação em vacilação, de reviravolta em reviravolta, descaracterizam os projectos de lei que visavam dar resposta a este problema dramático, nomeadamente para tantas jovens mulheres. Aliás, quanto às cedências e reviravol-

Podemos reforçar mais a nossa influência na juventude portuguesa

Não é fácil a vida para muitos jovens de hoje.

A falta de saídas profissionais; o desemprego e o trabalho precário

o seu acordo com a nossa luta empenhada pelas causas mais generosas, com o nosso projecto e com as propostas e soluções que apresentamos. E são muitos os que vêm a nós, e que vão engrossando as fileiras da JCP e do PCP, com sangue novo e com novas forças. É um magnífico sinal o



rio; a exploração a que são sujeitos; a falta de habitações; o contraste entre o desenvolvimento científico e técnico, entre as possibilidades oferecidas na resolução dos problemas pelo desenvolvimento das forças produtivas e as crescentes manchas de pobreza; a acentuação das desigualdades; a hipocrisia dos governos e dos porta-vozes das classes dominantes são factores que não deixam de provocar a indignação, o protesto, o inconformismo e a luta de importantes sectores da juventude. Luta pela dignidade humana, luta pela justiça e pela transformação social.

É certo que os valores com que o grande capital procura inculcar na sociedade: o salve-se quem puder, o egoísmo e o esmagamento dos outros, o arrivismo, a submissão e o culto do dinheiro e da especulação financeira, desviaram atenções e induzem comportamentos que entravam a tomada de consciência política e a intervenção organizada das camadas juvenis.

Mas são também cada vez mais os jovens que intervêm, que criticam esta sociedade onde impera a lei do dinheiro e do mais forte e também os que manifes-

facto de tantos e tantos jovens nos apoiarem e de tantos se terem inscrito ultimamente quer na JCP quer no PCP.

(...)

Mas há ainda os que nos dando razão em muitas questões têm mais dificuldades em nos apoiar ou em convergir connosco.

Por preconceitos de vária ordem ou porque só nos conhecem apenas pelas falsas imagens e ideias difundidas por certa comunicação social. Muitos desconhecem o que realmente somos, o que defendemos e como agimos, nem conhecem o nosso património de luta.

Desconhecem que as principais conquistas sociais e democráticas e os principais avanços de civilização, muitos dos quais são hoje tão naturais como o ar que se respira, estão ligados à luta e aos sacrifícios sem conta dos comunistas e dos comunistas portugueses.

Há também outras razões para esse distanciamento. Por um lado, as formas como às vezes nos organizamos nem sempre são adaptáveis ou suficientemente flexíveis aos múltiplos centros de interesse da juventude e nem



Encontro-Festa da JCP

sempre as nossas iniciativas, as nossas reuniões ou o modo como nos dirigimos aos jovens, como nos posicionamos ou comunicamos são suficientemente interessantes, motivadoras e atractivas em relação a estas camadas.

Por outro lado, há a derrocada do socialismo a Leste com as suas perversões, nomeadamente no terreno das liberdades que pesam, que animam preconceitos e desconfianças, que fecham perspectivas e que continuam a ser exploradas e também falseadas, nomeadamente pelas forças ao serviço do grande capital.

Esta exploração propagandística que é feita com grandes meios e meios sofisticados e que procura apagar todas as contribuições que foram dadas por essas experiências à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, é também facilitada pelo que foi a nossa postura.

Durante muitos anos o nosso Partido, embora afirmasse que não havia "modelos de construção do socialismo, a verdade é que apareceu quase sempre identificado com a URSS", identificado com uma determinada construção do socialismo (o socialismo real). A luta clandestina, a luta antifascista, a solidariedade desses países à nossa luta e à Revolução de Abril, a violenta confrontação Leste/Oeste e o não querer-se enfraquecer a frente anti-imperialista colocou o Partido muitas vezes numa posição seguidista e acrítica.

A posição perante a URSS foi considerada a "pedra de toque do verdadeiro revolucionário...", atitude que se manteve mesmo quando eram cada vez mais claras as suas deformações e quando era evidente que o "socialismo real" perdia crescentemente poder de atracção.

É também por isso, que ainda hoje os preconceitos, as desconfianças e o anticomunismo encontram terreno favorável. De facto, como já se afirmou, não houve um distanciamento, nomeadamente público, em relação à construção do socialismo na URSS. Foi um erro. A solidariedade anti-imperialista não se pode confundir nem significar acordo ou apoio a práticas, soluções, métodos ou «modelos». O PCP fez sobre estas questões uma autocrítica corajosa no seu XIII Congresso. Mas os prejuízos para a luta emancipadora são enormes. A imagem que se procura passar,

ainda hoje, é a de que o PCP no "Poder" seguiria aquele «modelo», restringiria as liberdades e estatizaria toda a vida e toda a economia.

Nada mais falso. O PCP não recebe lições de luta pela liberdade, de humanismo, de solidariedade ou democracia e muito menos daqueles que quotidianamente a mutilam e empobrecem.

Mas é necessário desenvolver um grande esforço pedagógico e de convencimento e travar um grande combate para vencer preconceitos e para que a juventude e a generalidade do povo português nos conheça com verdade. Isto é, que conheça os nossos Programas Eleitorais, os projectos de lei que apresentámos na Assembleia da República, o que defendemos nas instituições e fora delas, que conheça o nosso projecto de "Democracia Avançada", que conheça aquilo porque lutamos e porque nos batemos. A democracia, o pluralismo, a democracia política que só por si tem um valor intrínseco, são para nós valores não de ordem tática, mas valores fundamentais, valores estratégicos. Do mesmo modo o são a democracia económica, com a coexistência de diversas formas de propriedade, a democracia social e a democracia cultural.

Rejeitando "modelos", nós, comunistas portugueses, temos por horizonte o socialismo assente no aprofundamento da democracia nas suas diversas componentes, na experiência de Abril e num projecto renovado que acolha o que de mais positivo a prática, a experiência e o que o futuro trouxer à marcha da humanidade. E é continuando a luta, virados para o futuro, confiantes na necessidade e na possibilidade da construção de uma nova sociedade que prestamos o melhor tributo à actualidade — que não é uma actualidade de museu, nem de fé, ao "Manifesto Comunista", obra ímpar de Marx e Engels, cuja força e vitalidade do seu estilo, valores e ideais ainda hoje são fonte de inspiração para a juventude.

Há muitas razões para que a juventude estudantil e trabalhadora se junte a nós na luta pela transformação social, na luta contra a exploração e um sistema iníquo que polariza cada vez mais a riqueza e o poder de um lado e, do outro, a miséria, a dependência e a incerteza no dia de amanhã. Mas é necessário também que a

JCP e o Partido estejam cada vez mais voltados para fora, que tenham em atenção nos seus debates e na sua organização a maneira de ser e de estar dos jovens de hoje, avessos a formalismos, ou a arrastamentos de reuniões e a paternalismos. E é necessário que os jovens sintam e vejam no concreto que a sua opinião conta e que a sua voz é ouvida.

Há muitas e boas razões para aumentar ainda mais a nossa influência nas camadas juvenis.

Há muitas e boas razões porque nós somos a força que com coerência e com firmeza defende os justos anseios e aspirações da juventude.

Há muitas e boas razões porque somos o grande Partido da esquerda que levanta sem hesitações os valores da esquerda, que põe os actos de acordo com as palavras e que não vira costas às dificuldades, que luta contra a hipocrisia e o reaccionarismo, que luta pela transformação social tendo por horizonte o socialismo.

Há muitas e boas razões porque a juventude não aceita a hipocrisia de um governo que com o nome de socialista não se distingue do PSD em muitas medidas e nas questões fundamentais e mais estruturantes. **Não se pode, de facto, recolher as felicitações dos grandes senhores do dinheiro por se conduzir uma política neoliberal exemplar e os aplausos da juventude e do povo porque simultaneamente se denuncia e se lamenta as injustiças que são as consequências dessa mesma política.**

É, aliás, neste caldo de cultura onde prolifera o racismo e a xenofobia que a direita e a extrema direita se vão alimentando; nos problemas deixados sem solução, nas promessas não cumpridas, nas voltas e reviravoltas políticas, isto é, no cemitério das ilusões perdidas e de muitas esperanças traídas.

Nós temos uma grande confiança na juventude, no seu inconformismo e na sua intervenção política, social e cultural. A JCP é uma grande força política da juventude portuguesa. O PCP conta com a JCP, a JCP conta com o PCP e a juventude pode contar sempre com o PCP e a JCP na luta pela concretização dos seus anseios e na abertura de novos caminhos de realização e de esperança.

Álvaro Cunhal no Porto

A convite de organizações do Partido ou de Escolas, decorreram nos passados dias 30 e 31 de Março várias iniciativas de grande interesse e participação com a presença de Álvaro Cunhal.

Na primeira, da responsabilidade da Escola Superior de Jornalismo do Porto, com o tema a «Comunicação Social e a Resistência», houve oportunidade para, perante centena e meia de estudantes e profissionais de jornalismo, testemunhar o papel único que o PCP desempenhou na resistência ao fascismo, a diversidade de meios — imprensa e rádio — utilizados contra o cerco da censura fascista e elementos mobilizadores da resistência e da luta. Diapositivos do «Avante!» e de várias outras publicações do PCP ao longo da clandestinidade, bem como gravações da Rádio Portugal Livre, permitiram a colocação de questões, por parte dos estudantes, que trouxeram à luz a actual situação da comunicação social, o seu domínio por parte dos grandes grupos económicos, outros cercos e pressões que tornam também hoje difícil exercer a profissão, sempre no «respeito pela verdade».

Nas outras escolas, Básica e Secundária 2, 3 de Penafiel, onde o debate, transferido para o largo Auditório da Associação Comercial e Industrial, contou com cerca de quinhentos participantes, e na Secundária de Ermesinde com mais trezentos, o tema foi a História de Portugal no nosso século,

do Fascismo à Revolução de Abril. Recepções muito carinhosas de estudantes e professores e muitas provas de profunda admiração e respeito rodearam Álvaro Cunhal que,



Almoço comemorativo do 77º aniversário do PCP em Paredes

de forma viva e clara, procurou responder a todas as dúvidas e curiosidades.

Assim foi também na véspera, em Amarante, quando, no âmbito das comemorações do 77º Aniversário do PCP, Álvaro Cunhal esteve «à conversa» com muitos militantes e pessoas de outros partidos e, numa sala que se tornou pequena, dissertou sobre a vida e a luta do PCP e a actualidade do pensamento comunista. Um tema que deu ocasião para uma incursão ao processo histórico da Humanidade, da antiguidade

de ao nosso século, da Revolução Socialista de Outubro vitoriosa às guerras mundiais, da fundação e desenvolvimento do PCP à Revolução de Abril e suas conquistas, da derrota do processo de edificação do socialismo na União Soviética e outros países ao capitalismo dominante e de «pensamento único», das extraordinárias

descobertas técnicas e científicas às expressões do mais obscuro fundamentalismo religioso, num mundo onde campeiam profundas desigualdades e injustiças, onde continua a haver razões para a luta dos comunistas.

Álvaro Cunhal participou ainda no jantar comemorativo do aniversário do Partido, promovido pela Comissão Concelhia de Paredes, que decorreu com duas centenas de participantes num ambiente muito caloroso e animador para a luta do nosso Partido.

Assembleia em Chaves

Os comunistas de Chaves realizaram no passado sábado a sua assembleia de organização, que contou com a presença de Manuela Bernardino, membro da Comissão Nacional de Controlo, e Mário Costa, responsável pela Organização Regional de Vila Real.

No decorrer dos trabalhos, foi feito o balanço da actividade, traçadas as linhas de intervenção e afirmação do Partido no concelho, e foi eleito organismo de direcção.

Joaquim Vassal, coordenador responsável da organização concelhia e membro da DORVIR, apresentou o balanço do trabalho, realçando os principais aspectos positivos e assinalando as maiores dificuldades sentidas pelo partido no concelho.

Como linhas de trabalho futuro, a assembleia decidiu lançar um movimento geral de reuniões, a nível de freguesias, aldeias e sectores profissionais; prosseguir o esforço de recrutamento, divulgar a imprensa do partido, apoiar os movimentos pela criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro; acompanhar os problemas que afectam os trabalhadores, agricultores, comerciantes e industriais; intervir nas futuras batalhas políticas que se aproximam nomeadamente nos referendos sobre o aborto, regionalização e europa, assim como nos actos eleitorais do próximo ano para o Parlamento Europeu e Legislativas.

Santiago do Cacém Movimento pela maternidade

A Comissão Concelhia de Santiago do Cacém manifesta o seu apoio ao Movimento pela Maternidade no novo Hospital distrital, valência que não surge contemplada no programa funcional, divulgado recentemente «por via não oficial».

Os comunistas sublinham que é inaceitável que nas vésperas do século XXI as mulheres continuem a deslocar-se para Beja, Setúbal, Barreiro, Almada e Lisboa para terem os seus filhos ou que os partos ocorram em casa ou, como frequentemente acontece, nas ambulâncias a caminho de um mais ou menos longínquo hospital.

O PCP não aceita que o Ministério da Saúde «em nome de conceitos técnicos, da rentabilização clínica ou da rentabilização económica retire à região uma valência fundamental».

São ainda feitas críticas às posições tomadas pelo PS local, bem como aos dois vereadores socialistas na Câmara que votaram contra uma deliberação reclamando a inclusão da maternidade.

Abaixo-assinado em Ovar

O anúncio do encerramento do serviço de maternidade do Hospital de Ovar motivou a constituição de uma Comissão de Defesa que desde o início de Março lançou um abaixo-assinado nas várias freguesias do concelho. Em menos de um mês foram já recolhidas 3116 assinaturas, número que expressa bem a vontade da população de manter o hospital com todas as suas valências.

LOURES

Urge completar rede viária

Preocupada com «o persistente congestionamento viário nas zonas do Prior Velho e Sacavém», a Comissão Concelhia de Loures do PCP exige a rápida concretização da rede viária em falta, apelando à mobilização da população no sentido de também ela pressionar para esse efeito a Junta Autónoma das Estradas e o Governo.

Na sua tomada de posição pública, o PCP manifesta ainda a sua satisfação pela materialização da solução proposta pela CDU de responsabilização de todas as forças políticas com representação nos órgãos municipais.

LISBOA

Deputados contra despejo

Por iniciativa do Comando Geral da GNR e da Direcção Geral do Património, alguns reformados da GNR ou as suas viúvas - a maioria na casa dos 70 anos -, estão ameaçados de despejo das casas que habitam há mais de 30 anos. Para tanto, aquelas duas entidades baseiam-se em legislação de 1956!

Face à situação, o Grupo Parlamentar do PCP, através dos deputados João Amaral e António Filipe, questionaram o Governo através do Ministério da Administração Interna, sobre o que pensa fazer para resolver rapidamente a questão e se vai determinar o cancelamento da ordem de despejo.

EMIGRAÇÃO

Secretário de Estado só aceita «solos»

O jornal «Lusitano», aproveitando a realização em Lisboa de uma reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, agendou um debate para o qual convidou o Presidente do Conselho Permanente, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, os deputados eleitos pela Emigração (PSD e PS) e representantes do PCP e do CDS-PP. Debate que lamentavelmente não se realiza por indisponibilidade da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas para participar.

O PCP, para quem esta seria uma excelente ocasião para debater e confrontar opiniões sobre a actual situação do CCP, critica esta recusa do secretário de Estado José Lello, «sempre tão disponível para o espectáculo mediático quando a solo». Na opinião dos comunistas, que reafirmam a sua disponibilidade para participar em todo este tipo de iniciativas, aquela atitude revela também a pretensão do Governo de «continuar a atribuir ao CCP um estatuto de menoridade».

COIMBRA

Organização quer crescer

«Um Partido para crescer» é o lema a que obedecerá a Assembleia Regional de Coimbra que se vai realizar no próximo dia 18 do corrente. Cerca de duas centenas de delegados poderão então apreciar o Relatório de Actividade (desde Março de 1995) e um projecto de Resolução Política com as principais propostas dos comunistas para os próximos dois anos, assim como eleger a nova Direcção da Organização Regional.

ESPOSENDE

Litoral de Esposende em perigo

Com a finalidade de proteger e preservar o litoral do concelho de Esposende, foi criada em 1987 a APPLE (Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende), tendo sido feitas muitas promessas e assumidos muitos compromissos durante estes dez anos.

Assim, em 1994, o Director da APPLE propunha-se «demolir as construções que se encontram nas zonas de maior fragilidade e recuperar esses espaços»; em 1995, a Ministra do Ambiente reafirmava os objectivos de «preservar e recuperar o sistema dunar» e «obstar à degradação» da APPLE; em 1997, o Presidente da Câmara dizia continuar a «apostar na defesa da orla litoral de Esposende» e a «colaborar e a incentivar» escolas e associações para campanhas de «sensibilização ambiental». Três discursos, três compromissos, três instituições... só que, diz a concelha de Esposende do PCP, as agressões na área protegida continuaram e passaram a «verdadeiros crimes ecológicos»: construções clandestinas, destruição de dunas, abate de pinhal, etc.

Pior, porém, é a «machadada» que está para vir, com o licenciamento de uma vasta zona de construção em pleno centro da APPLE, junto à foz do Cávado, contra a qual os comunistas se manifestam. Um tal desrespeito pelo PDM, diz o PCP, levaria inevitavelmente ao desaparecimento de parte significativa do cordão dunar, razão por que defende algumas medidas imediatas como a reelaboração do Plano de Ordenamento da APPLE e a publicação urgente do Plano de Ordenamento da orla costeira.

Madeira

Sampaio ouve reclamações

Durante uma semana, a Região Autónoma da Madeira foi centro das atenções do País. Concretamente quando da Presidência Aberta que aqui foi recentemente promovida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio.

A visita, porém, contrariamente ao que pretendia Alberto João Jardim, não serviu apenas para ver o que a «Pérola do Atlântico» tem de bom. O PCP e a CDU aproveitaram a ocasião para denunciar os problemas que mais afligem largos sectores da região da Madeira e impedem o seu desenvolvimento.

Assim, logo no segundo dia da visita, um grupo de activistas da CDU, moradores nas zonas altas do concelho, entregaram a Jorge Sampaio uma carta onde apontavam as dificuldades sentidas nas suas áreas de residência, pedindo que não se limitasse a cumprir o «percurso turístico» que lhe havia sido proposto pelo Governo Regional.

Num outro dia, foi a vez dos produtores de banana entregarem ao Presidente da República uma carta denunciando as ameaças que pairam contra aquela que é afinal uma «peça-chave» da economia regional: a produção da banana.

Os produtores da banana temem a alteração das regras de comercialização pretendida pelos Estados Unidos no sentido de aumentar a exportação da banana-dólar para a Europa. Uma pretensão que, a concretizar-se, representaria um golpe profundo nesta produção com repercussões gravíssimas na vida de milhares de famílias madeirenses.

A carta, acompanhada de fotocópia do abaixo-assinado dirigido ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e ao Conselho de Ministros da Agricultura, pedia ao Presidente da República que sensibilizasse os órgãos do poder para uma intervenção mais enérgica na defesa da banana da Madeira.

A Comissão Concelhia do Funchal do PCP, por sua vez, organizou uma recolha de assinaturas reivindicando o acesso gratuito dos madeirenses aos três canais de televisão nacional que só podem ser vistos através da TV Cabo - RTP2, TVI e SIC. Um abaixo-assi-

nado onde os comunistas consideravam que as desigualdades resultantes da insularidade deveriam ser corrigidas pelo Estado, devendo o acesso à informação ser igual para todos os cidadãos, sejam eles do Continente ou das regiões autónomas.



Os habitantes da Casa do Porrão queixam-se das condições miseráveis em que vivem

nado onde os comunistas consideravam que as desigualdades resultantes da insularidade deveriam ser corrigidas pelo Estado, devendo o acesso à informação ser igual para todos os cidadãos, sejam eles do Continente ou das regiões autónomas.

A visita do Presidente à Madeira foi ainda marcada por duas iniciativas distintas, uma do PCP - já noticiada - de protesto contra a retirada pela Câmara Municipal do

num bairro onde grassa a miséria mais extrema, patente no «postal ilustrado» que os moradores ofereceram ao PR com imagens das suas habitações.

De facto, segundo os comunistas, são verdadeiramente chocantes as situações habitacionais de centenas de moradores. Basta referir, por exemplo, que na Casa do Porrão, numa área inferior a 300 m², vivem 170 pessoas, em situação idêntica vivem 330 no bairro do

Belém, sendo que no Sítio do Rancho 12 pessoas habitam um poço onde mal se respira e impera a doença.

Na opinião do PCP, face a uma situação de tamanha miséria, é

fácil imaginar a degradação social e familiar, os conflitos dela decorrentes, o aproveitamento escolar das crianças que assim vivem e o futuro que as espera: a marginalidade e a delinquência.

Uma vitória saldou, contudo, esta visita: os moradores puderam ouvir da boca do Presidente do Governo Regional da Madeira a promessa de que, no prazo de um ano, todos seriam realojados em casas com condições.

3.º Congresso de Aveiro evocado na INTERNET

O PCP colocou na sua página na WEB (<http://www.pcp.pt>), à disposição de todos os interessados, desde 1 de Abril passado, um conjunto de elementos informativos sobre o 3º Congresso da Oposição Democrática e o quadro político em que este se realizou.

Em nota à comunicação social, o Gabinete de Imprensa do PCP lembra que o 3º Congresso de Aveiro, cuja realização contou «com a contribuição determinante do PCP e dos comunistas portugueses», constituiu um importante passo «na uni-

dade na acção das forças e sectores democráticos, deu um novo impulso à luta contra a ditadura fascista e exerceu uma considerável influência no desenvolvimento do processo político que viria a desembocar, um ano depois em 25 de Abril de 1974, no derrube do regime fascista e na conquista da liberdade».

Entre os elementos que podem ser consultados, encontram-se:

- os objectivos, os órgãos, o programa geral e as secções do Congresso;

- a composição da Comissão Nacional do 3º COD, da sua Comissão Executiva e das Comissões Coordenadoras de Temáticas;

- o texto integral da Declaração Final do Congresso;

- o texto integral das Conclusões;

- a lista das Teses apresentadas;

- textos sobre o Congresso publicados no «Avante!» de Abril e Maio de 1973;

- comunicados e outros elementos informativos sobre a repressão contra o Congresso;

- texto da mesa-redonda de balanço do Congresso publicada pela «Seara Nova» de Maio de 1973;

- os comunicados da Comissão Executiva e do Comité Central do PCP, respectivamente de Março e Julho de 1973;

- ficheiros de fotos do Congresso e da repressão sobre a manifestação na Avenida Lourenço Peixinho.

CAMARADAS FALECIDOS**Artur Sidónio Rebocho**

Com 79 anos de idade, faleceu no passado dia 23 de Março o camarada Artur Sidónio Rebocho, maestro, compositor e poeta. Membro do PCP desde 1974, estava organizado no Sector Intelectual de Lisboa, célula dos músicos. Teve uma importante obra na Sociedade Portuguesa de Autores, onde há anos se dedicava a catalogar, organizar, informatizar e microfilmear todo o espólio cultural da sociedade.

Artur da Silva Ricardo

Faleceu no passado dia 24 de Março, com 79 anos de idade, o camarada Artur da Silva Ricardo, ferroviário, reformado. Natural de Seiça, onde era muito estimado, o camarada militava na organização de Ourém.

José do Patrocínio

Faleceu, no passado dia 30 de Março, com 76 anos de idade, o camarada José do Patrocínio, cozinheiro reformado da ex-Companhia Nacional de Navegação. Estava organizado na freguesia da Parede e durante vários anos trabalhou no restaurante de Cascais da Festa do «Avante!». Era sócio

dos Bombeiros Voluntários da Parede e da Cooperativa de Consumo da Parede.

Manuel Mendes

Faleceu, no passado dia 2 de Abril, com 70 anos de idade, o camarada Manuel Mendes, ferroviário, natural das Boldrarias, Santiago de Litem, Pombal. Foi preso e torturado em 1963, no seguimento de lutas dos ferroviários em que participou. Foi delegado sindical na Estação de Stª Apolónia, membro da direcção do Sindicato dos Ferroviários do Centro, membro do MURPI, da direcção da Associação de Regantes de S. Simão e da União dos Agricultores de Pombal. Após o 25 de Abril, pertenceu durante muitos anos à Comissão Concelhia de Pombal.

Maria Alice de Almeida Fernandes da Rocha

Faleceu, no passado dia 2 de Abril, a camarada Maria Alice de Almeida Fernandes da Rocha. Costumava participar na preparação da Festa do «Avante!», tendo estado organizada nos reformados de Sacavém.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

3.º Congresso da Oposição Democrática evocado em Aveiro

Centenas de democratas, de diversos quadrantes políticos, afluíram no passado sábado a Aveiro, para aí participarem no conjunto de actos comemorativos do 25º aniversário do 3º Congresso da Oposição Democrática que ficaram marcados pela emoção do reencontro de muitos intervenientes naquela grande jornada da luta antifascista.

As celebrações abrangeram designadamente uma romagem às campas de democratas avei-rensens falecidos, a realização de um jantar de confraternização que foi antecedido de uma sessão solene, com a presença e intervenção do Presidente da República que entregou a Ordem da Liberdade à cidade de Aveiro, e onde José Manuel Tengarrinha apresentou uma desenvolvida comunicação sobre a história e diferentes características dos três Congressos de Aveiro em articulação com a correspondente evolução social e política do país.

Entre os participantes nestes actos evocativos, contavam-se numerosos militantes comunistas de diversas regiões do país e com papel destacado no 3º Congresso de Aveiro, e a direcção PCP esteve representada na sessão solene por Vítor Dias, Francisco Lopes e Sérgio Teixeira, membros da Comissão Política.

No jantar de confraternização, que era o único ponto do

programa em que estavam previstas intervenções correspondentes à pluralidade de correntes políticas que contribuíram para o 3º Congresso de Aveiro, foram lidas cartas de Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal à comissão promotora, saudando aquela jornada de evocação e valorizando o significado do 3º Congresso da Oposição Democrática.

No jantar, além de Carlos Candal, da Comissão promotora, usaram da palavra Beatriz Cal Brandão, o general Vasco Lourenço, Coelho dos Santos, Maria Barroso e Vítor Dias.

Na sua breve intervenção, Vítor Dias começou por saudar os participantes no jantar e por evocar a figura do Prof. Pereira de Moura, falecido naquele dia, sublinhando a «seriedade e serena determinação» daquele democrata que, «sem hesitações nem interrupções, nos acompanhou, no movimento da oposição democrática e designadamente na CDE de Lisboa, desde 1969 até ao 25

de Abril, sem esquecer a sua dedicada contribuição posterior para o processo da revolução de Abril».

O dirigente do PCP afirmaria depois: «Não porque se torne imperioso lembrar o que toda a gente não pode deixar de saber e não porque seja preciso romper com qualquer segredo de Polichinelo, mas unicamente para exercermos um direito que há 25 anos nos estava vedado, permitam-nos os amigos e companheiros presentes que, pela voz de um comunista de há 25 anos que é um comunista de hoje, evoquemos a grande contribuição do PCP e dos comunistas portugueses para a preparação, realização, conteúdo político e êxito do 3º Congresso das Oposição Democrática e que, no quadro dessa evocação, sejam também abrangidos os dirigentes e quadros clandestinos do PCP que, a justo título, têm de ser considerados entre os principais obreiros do Congresso que agora celebramos».

Depois de ter salientado um importante conjunto de orientações e concepções aprovadas no 3º Congresso e que se viriam a revelar decisivas no período final de luta contra a ditadura, Vítor Dias lembrou que «há 25 anos, o mais

importante não era prever a data em que o objectivo do derrube da ditadura seria alcançado; o mais importante era a determinação que nos animava na realização desse objectivo, a comum vontade e empenho de trilhar os caminhos que lá nos conduzissem». E acrescentou depois: «Compreenda-se, por isso, que também hoje possamos dizer, em relação a outras aspirações e objectivos, que para muitos de nós o mais importante não seja a previsão do momento em que se concretizarão, mas sim os valores e convicções profundas que os sustentam e inspiram, a coerência entre palavras e actos, uma inabalável confiança na acção transformadora dos homens e dos povos para a livre construção dos seus próprios destinos».

Vítor Dias terminaria a sua intervenção sublinhando que «se é verdade que em 25 anos muita coisa mudou, queremos entretanto acreditar que, no presente e no futuro, continuarão a não faltar causas e valores em que nos podemos fraternamente encontrar. A bem daquele mundo melhor que a prestigiada figura de democrata e de intelectual comunista que foi Mário Sacramento nos pediu para fazermos.»

Função Pública em São Bento

Meio milhar de dirigentes, delegados e activistas sindicais da Função Pública concentraram-se sexta-feira frente à Assembleia da República, de onde partiram em desfile até à residência oficial do primeiro-ministro, exigindo melhores carreiras e o fim da estagnação profissional.

Uma petição, com mais de 25 mil assinaturas, foi entregue ao vice-presidente da AR, João Amaral, revelou a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, que promoveu a iniciativa. O documento exige o respeito pelo acordo de princípios firmado entre o Governo e os sindicatos do sector, em 1996, sobre a reestruturação do sistema de carreiras.

Na residência oficial do primeiro-ministro foi deixada uma cópia da petição e das assinaturas, reclamando a alteração da posição do Governo sobre esta matéria na reunião de negociações prevista para ontem. Caso contrário, adianta a FNSFP, os trabalhadores poderão encetar novas formas de luta, incluindo a greve.

STAL define acções

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiu realizar na próxima semana quatro dias de vigílias, de acordo com um documento aprovado sexta-feira pelo Conselho Geral do STAL.

Reunido em Lisboa, este órgão dirigente do sindicato analisou a situação social, criticando o comportamento do Governo em torno do processo negocial de 1996. Mereceu especial atenção o projecto de carreiras, reafirmando o STAL a sua reivindicação de que nenhum trabalhador receba menos de 10 pontos indiciários. Foi ainda reclamada a urgente conclusão do processo relativo ao suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Estiveram ainda em debate problemas relacionados com a actualização dos salários, a equiparação do índice 100 ao valor do salário mínimo nacional, o combate à política de privatizações e a defesa do sistema de Segurança Social - refere uma nota do sindicato.

Além das vigílias, que vão decorrer de terça a sexta-feira próximas, o STAL vai ainda realizar uma conferência pública sobre a água (29 de Maio). No Conselho Geral foi salientada a necessidade de intensificar o esclarecimento dos trabalhadores, admitindo-se o endurecimento do processo de luta, que poderá resultar numa greve ou manifestação no final de Maio.

Sintra

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra entraram segunda-feira em greve. Este novo período de paralisação, que se iniciou com uma adesão de 90 por cento, segundo a direcção regional de Lisboa do STAL, deverá prolongar-se até domingo. O pessoal dos SMAS reclama o pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco de forma análoga ao praticado para os trabalhadores da Câmara.

Greves nos hotéis

Para hoje está convocada uma greve no Hotel Penta, tal como sucedeu ontem com o Ritz e como vai acontecer segunda-feira no Sheraton. Nos hotéis Tivoli a greve também está no horizonte. «Os nossos patrões, que não sabem ser empresários, são insaciáveis perante os lucros», acusa-se numa nota distribuída pelo Sindicato da Hotelaria do Sul, denunciando o contraste entre a imposição de aumentos salariais insuficientes e os pedidos de mais sacrifícios (férias e horários) durante os meses da Expo'98. Os representantes dos trabalhadores recordam que, já no final de 1997, apresentaram propostas para evitar o conflito laboral.

CA rompe na Carris

«Se é o Conselho de Administração a apostar no confronto, não serão os trabalhadores a virar-lhe as costas», afirma a comissão negociadora sindical liderada pela Festru/CGTP, num comunicado que divulgou segunda-feira de manhã, depois de o CA ter anunciado que não ia prosseguir as negociações salariais e procederia, por acto de gestão, a uma actualização de três por cento. A greve convocada para o final do dia manteve, segundo a Festru, o elevado índice de adesão que marcou as lutas anteriores, atingindo 98 por cento. Nova greve está marcada para hoje, no período das 13 às 18 horas. Os sindicatos, entretanto, decidiram requerer a passagem das negociações à fase de conciliação e convocar outra greve para dia 21.

Aumentos salariais justos e respeito pelos direitos são as reivindicações que levaram à convocação de uma greve de 24 horas nos Transportes Sul do Tejo para a próxima quarta-feira, dia 15. Com uma adesão de 75 por cento, revelou ainda a Festru, paralisaram dia 2 os trabalhadores da Rodoviária de Entre-Douro-e-Minho.

Reformados em luta por uma vida digna



Manifestação de reformados, em Lisboa

Muitos reformados participaram, sábado passado, em Lisboa, na manifestação convocada pelo MURPI e Inter-Reformados, contra a «gravosa política social do actual governo».

Os reformados denunciam que os montantes das pensões e sua distribuição constitui «autêntico quadro de pobreza», com uma significativa maioria de pensionistas (1.890.000 num total de 2.470.000) a receber entre 6 e 32 contos/mês.

Uma realidade que se contrapõe às benesses atribuídas ao grande capital «em dois anos 415 milhões de contos».

Os reformados exigem do primeiro-ministro o cumprimento das promessas, em particular a aproximação das pensões mínimas ao

salário mínimo nacional e transportes e medicamentos gratuitos para os reformados com pensões inferiores ao salário mínimo.

Ao arrepio destas promessas, as pensões mínimas estão cada vez mais longe do salário mínimo. Hoje, e comparativamente a 1995, «a mínima do regime geral tem menos 3.200\$/mês; a agrícola, 3.400\$ e a social 2.300\$/mês».

A Inter-Reformados e o MURPI denunciam «esta política social, agravada pela privatização do sector público» e exigem melhores pensões, um aumento intercalar no último semestre do ano, melhor saúde, medicamentos mais baratos, melhores condições de habitação e melhores e mais transportes, com descontos e sem limitação de utilização.

TRABALHADORES

Gerir o desemprego sem garantir o direito ao trabalho

Declaração de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, sobre o Plano Nacional de Emprego

No documento divulgado anteontem à imprensa, e que aqui publicamos, o dirigente comunista comenta o plano que nesse dia foi oficialmente divulgado pelo primeiro-ministro e que deverá ser hoje aprovado em Conselho de Ministros.

1. O que qualquer governo verdadeiramente interessado em responder aos graves problemas do desemprego deveria fazer, era começar por realizar uma avaliação objectiva da sua dimensão e das causas reais e estruturais da sua existência.

Ora, o lançamento de mais um Plano Nacional de Emprego, com pompa e circunstância, sem abordagem desses aspectos, denuncia à partida o seu carácter, no essencial, propagandístico, sem prejuízo de algumas medidas pontuais que poderão minorar algumas situações mais dramáticas de desemprego.

Pior, o Governo, pela voz dos seus ministros, continua a dar como verdadeira a evolução da taxa de desemprego, quando é por todos sabido (inclusive referido por departamentos oficiais) o carácter virtual dos valores desse índice publicado pelo Instituto Nacional de Estatística para 1996 e 1997. Esse nível de desemprego só é possível pela contagem de 41 mil e 71 mil «novos» activos agrícolas em 1996 e 1997, na

sua maioria identificados como pequenos e médios agricultores, como empregos reais!

Mais grave ainda, o próprio documento de apresentação do Plano, na análise que faz da situação no mercado de emprego, passa por cima daquela anomalia (!) estatística da evolução recente do emprego/desemprego em Portugal. O documento atreve-se até a falar de «uma moderação do emprego terciário» quando, segundo os próprios dados oficiais, o emprego no sector dos serviços cresceu 0,7% em 1995, 0,6% em 1996 e desceu 1% em 1997!

Isto é, o Governo começa por se recusar a aceitar a real e estrutural dimensão do desemprego em Portugal.

2. Outra questão que deveria ser prévia ao lançamento de um novo Plano, se a seriedade dos propósitos enunciados se sobrepujasse à vontade de fazer propaganda, seria uma rigorosa quantificação e avaliação qualitativa dos numerosos planos

que nos últimos anos foram lançados por sucessivos governos. Pelo menos, fazê-lo relativamente aos planos da ex-ministra do Trabalho, Maria João Rodrigues, e à criação de mais 100 mil postos de trabalho até 1999, previstos no Acordo de Concertação Social de 1996!

3. Mas o mais grave é que o conteúdo substantivo do Plano Nacional de Emprego corresponde à concretização das receitas neoliberais decididas pela Cimeira Europeia sobre o Emprego (que, aliás, repetiu pela enésima vez, com novas formulações, o chamado Livro Branco de Delors). Receitas que, no fundamental e em síntese, se traduzem no levantamento de obstáculos ao bom funcionamento do mercado de trabalho (ou a eliminação da rigidez do mercado de trabalho), e no abaixamento dos custos de força de trabalho.

No meio de um denso nevoeiro, surgem dois objectivos fundamentais e complementares:

- uma mão-de-obra «flexível», «disponível», adaptável às necessidades das empresas, com medidas sobre o trabalho parcial, trabalho temporário, contratos a prazo e o regime de férias,

que se traduzirá num novo acréscimo da precariedade do trabalho;

- uma mão-de-obra barata - medidas para o abaixamento dos custos não salariais (o que significa reduzir as contribuições para a Segurança Social) e os incentivos financeiros para as empresas.

Objectivos que se traduzirão em novas dívidas ao grande capital e numa nova desregulamentação das relações laborais.

A inutilidade daquelas políticas e medidas, enunciadas e concretizadas por diversos governos, é suficientemente evidenciada pela manutenção de elevadas taxas de desemprego em Portugal e na Europa, sem que o flagelo mostre tendência para se esbater.

4. O novo Plano serve ainda de cortina de fumo para o prosseguimento das políticas pelo Governo PS, elas sim, geradoras de desemprego. Devem, em particular, destacar-se:

- as políticas que se traduzem na crescente desigualdade de distribuição do rendimento nacional, favoráveis aos detentores do grande capital e desfavoráveis aos que vivem de salários, pensões, rendimentos de actividade por conta própria, etc., restringindo o mercado interno;

- as políticas nacionais e comunitárias que se traduzem na ruína de sectores produtivos nacionais, na agricultura, nas pescas, na indústria;

- as políticas de apoio à aquisição e fusão de empresas, resultando em reestruturações empresariais responsáveis por novos e volumosos despedimentos;

- as políticas de convergência nominal, no caminho para a União Económica e Monetária e a Moeda Única, responsáveis por políticas orçamentais e outras, cerceadoras do investimento e do crescimento económico de que o País necessita e que é possível.

O novo Plano Nacional de Emprego, mesmo considerando as medidas avulsas de conteúdo positivo, designadamente no plano da formação, não será a resposta que os trabalhadores e o País necessitam para garantir o direito constitucional ao trabalho com direitos. É, antes, um plano de gestão do desemprego.

Escândalo na Regina

Escândalo, vergonha e crime são as palavras com que o sector de empresas de Lisboa e a Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP classificam a situação actual na Fábrica de Chocolates Regina. Num comunicado em distribuição, os comunistas manifestam o seu protesto e indignação e apelam «a todos os que trabalham e moram na zona, para que prestem a sua solidariedade aos trabalhadores da Regina, que lutam pela viabilização da empresa e pelo pagamento dos salários».

Para o PCP, o escândalo está no facto de o conselho de gerência «não concretizar os compromissos de viabilização da Regina; ter conduzido dois anos de gestão baseada no aprofundamento da crise financeira e alienação do património; ter parado a produção por falta de matéria-prima; não prestar contas dos 2 milhões e 400 mil contos, correspondentes a vinte meses de facturação; ter aumentado o valor das dívidas em 400 mil contos, dívidas estas cifradas em um milhão e 600 mil contos; lançar os trabalhadores na dramática situação de não receberem salários, apesar da massa salarial se situar apenas em 260 mil contos anuais e o valor que lhes é devido totalizar 160 mil contos». É uma vergonha a actuação do Governo, enquanto o eventual desmantelamento ou alienação da fábrica é considerado pelos comunistas como um crime.

Trabalhadores livres em vigília

Uma vigília frente à sede da APEL (Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros) foi convocada para ontem à noite pelo Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, que acusa a associação patronal de pretender excluir do contrato colectivo os direitos dos trabalhadores. Segundo o CESL, a APEL recusa desde 1995 a actualização anual dos salários mínimos e «tem adoptado uma verdadeira subversão ao direito ao trabalho em vigor». Entre os objectivos de luta dos trabalhadores, o sindicato refere a valorização dos salários, das carreiras profissionais e dos subsídios de refeição, e o aumento do período de férias em mais três dias úteis.

40 horas semanais

Na Corfi, em plenário de trabalhadores, foi decidido intensificar a luta pela aplicação das 40 horas semanais e o fim do trabalho ao sábado, pois decorreram negociações mas ainda não há acordo.

O pessoal daquela empresa do Grupo Violas, de Espinho, resolveu fazer greve a partir das 7 horas da passada sexta-feira, alargando assim as paralisações que vêm realizando aos sábados, desde Dezembro de 1997.

A Federação sindical do sector (Fesete/CGTP) revelou ainda que também entraram em greve, na semana passada, os trabalhadores da Jacinto, fábrica de fiacção e tecidos da Maia onde não está a ser cumprido o acordo firmado com a associação patronal do sector e onde estão a ser feitas alterações ilegais dos horários de trabalho. Num dos dias da semana, o período normal de trabalho foi aumentado para 10 horas e meia, enquanto é solicitada a trabalhadores a prestação de trabalho suplementar «no próprio dia, através de ordens internas individualizadas e intimidatórias, de três horas, quando não podem ser superiores a duas horas, nem as paga nos termos da lei».

Presidente da Junta não cumpre a lei

O presidente da JF de São Jacinto não cumpre as leis do trabalho nem o contrato colectivo da fabricação de material electrónico, acusa o SIEC/CGTP. Numa nota emitida de Ovar, o sindicato acusa Libério Santos de discriminar uma trabalhadora da empresa Riatrónica, que está a ser por ele dirigida e que, embora funcione desde Novembro, não se encontrava legalizada até há pouco tempo. A empresa, afirma o SIEC, tem com a Philips um acordo para produzir componentes eléctricos bobinados, ocupando actualmente cerca de 40 pessoas, das quais só uma está inscrita na Segurança Social. O sindicato acusa o presidente da Junta de obrigar, sob coacção, a que os trabalhadores passem recibos verdes. Dirigindo a empresa «com ou sem autorização da Junta de Freguesia», Libério Santos «paga os salários com cheques da Junta, sem que essa entidade passe algum documento, tipo recibo, aos trabalhadores».

Continua a política que gera desemprego

Para a CGTP, o Plano Nacional de Emprego apresentado pelo Governo representa a continuação de uma política económica que não tem criado emprego suficiente, que tem gerado desemprego e emprego de baixa qualidade.

O coordenador da central sindical, Manuel Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa numa conferência de imprensa dada segunda-feira (dia em que o Plano foi largamente noticiado nos jornais), afirmou que o documento do Governo baseia-se em dois objectivos: a atribuição de benefícios às empresas, em nome da criação de emprego; e a imposição aos trabalhadores das opções económicas geradoras da precariedade e desregulamentação do trabalho.

Para a CGTP, os problemas da redução do desemprego e da criação de postos de trabalho só serão resolúveis com políticas económicas que promovam o investimento e o crescimento económico.

Assim, a Intersindical exige que o Plano Nacional de Emprego estabeleça metas de investimento, de crescimento económico e de

criação de emprego e preveja mecanismos de participação e controlo que credibilizem as políticas económicas e sociais que venham a ser adoptadas. A Inter defende ainda que o Plano tem de definir os princípios de que não podem existir empresas à margem da lei e de que não pode haver prestação de trabalho ilegal.

A central sindical considera que as políticas macroeconómicas devem apoiar-se num mercado interno eficaz, que faça aumentar os salários.

A redução do horário de trabalho é outro dos princípios que a CGTP considera imprescindíveis no Plano Nacional de Emprego. «A CGTP nunca subscreverá um Plano Nacional de Emprego que não assuma compromissos sérios para redução dos horários de trabalho nos próximos anos», garantiu Carvalho da Silva.

Na perspectiva da Inter, o Plano deverá ainda conter objectivos e metas com vista à redução da precariedade de emprego. A central decidiu enviar ao Governo um conjunto de propostas para serem incluídas no Plano Nacional de Emprego.

Regulamentação de trabalho de estrangeiros



O Parlamento aprovou recentemente, em votação final global, uma

proposta de lei que estabelece a regulamentação do trabalho de estrangeiros em território nacional. Com o novo texto legislativo, substancialmente melhorado em debate na especialidade na sequência de propostas nesse sentido apresentadas pelo Grupo comunista, eliminados foram os aspectos mais negativos e discriminatórios que atingiam os trabalhadores estrangeiros, como o regime de quotas máximas previstas para estes trabalhadores no acesso ao emprego ou a obrigatoriedade das entidades patronais comunicarem anualmente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a relação dos trabalhadores não nacionais ao seu serviço. Não obstante a substancial melhoria do enquadramento legislativo, subsiste, no entender da bancada do PCP, um regime de acesso ao emprego diferenciado em função da nacionalidade dos trabalhadores, o que, do seu ponto de vista, é negativo, e, nessa medida, justificou a sua abstenção na votação final.

Não deixa por isso, sublinham na sua declaração de voto, de constituir um "progresso legal que deve ser valorizado".

Educação para a cidadania



Promover a educação para a cidadania constitui, em síntese, o principal objectivo

de um projecto de lei socialista, em debate na semana transacta, que prevê, para o efeito, a criação de uma disciplina no 3º ciclo do ensino básico. Embora expressando a sua total concordância quanto à necessidade de promover a educação para a cidadania no sistema de ensino, a bancada comunista, pela voz de António Filipe, levantou sérias reservas quanto à solução proposta, por entender que a preocupação por aquele objectivo não pode restringir-se àquele grau de ensino, "nem pode acantonar-se numa só disciplina".

"Viver em democracia não se aprende nos compêndios nem se avalia em notas no fim de período", considerou António Filipe, para quem esta iniciativa legislativa reflecte, afinal, "o profundo mal-estar existente em relação à situação do sistema educativo", constituindo-se, simultaneamente, "numa grave acusação à política educativa do actual Governo".

Pausas integram tempo de trabalho Parlamento reconhece vitória dos trabalhadores

Foi finalmente materializado em lei o reconhecimento de que as pausas se integram no tempo de trabalho. Depois da persistente luta que durante mais de quinze meses mobilizou os trabalhadores, o Parlamento aprovou um diploma que vem clarificar a questão das 40 horas, estabelecendo que são considerados tempo efectivo de trabalho todos os períodos em que o trabalhador se encontra à disposição da entidade empregadora.

Com esta clarificação, derrotado fica o entendimento do conceito de trabalho efectivo comungado pelo Governo e confederações patronais. Reconhecida, simultaneamente, é a vitória dos trabalhadores, que, não vergando a pressões de toda a ordem, como exemplarmente demonstraram os do sector têxtil, souberam com firmeza resistir e levar por diante uma luta que só terminou com a conquista efectiva das 40 horas de trabalho.

Na proposta de lei debatida e votada faz hoje oito dias, resultante de uma directiva comunitária de 23 de Novembro de 1993, referente a prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de organização do tempo de trabalho, o

Governo vem reconhecer que tempo de trabalho corresponde a "qualquer período durante o qual o trabalhador está a trabalhar ou se encontra à disposição da entidade empregadora e no exercício da sua actividade".

Nessa medida, considera tempo de trabalho "as interrupções ocasionais inerentes à satisfação de necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador", bem como "as interrupções ditadas por razões técnicas", as que digam respeito "ao intervalo para refeição em que o trabalhador tenha que permanecer no espaço habitual de trabalho" e ainda as pausas referentes a "prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho".

Com este desfecho, demonstrado ficou, ao mesmo tempo, como assinalou a deputada comunista Odete Santos, que "a organização do horário de trabalho e a sua redução se inscrevem entre os principais objectivos dos trabalhadores" e que, não obstante os "retrocessos sempre tentados pelas grandes confederações patronais com o apoio dos governantes, a caminhada pela conquista de tempos livres é irreversível".

"Porque - acrescentou - a dignidade dos trabalhadores exige a protecção da sua saúde. Melhor Saúde. Menos fadiga. Tempo livre. Lazer. Tempo libertado dos donos do tempo".

Mas se a apresentação do diploma, embora claramente tardia, constitui um inegável avanço e representa uma vitória dos trabalhadores, a verdade é que nele permanecem dispositivos considerados fortemente negativos. Qualquer deles, associado à transposição tardia da directiva comunitária, revela, aliás, na opinião da bancada do PCP, que o

"Governo agiu de má-fé em todo este processo".

É o que decorre, por exemplo, do facto de o Governo querer manter o conceito de trabalho efectivo, "alongando o tempo de presença na empresa para além das 40 horas semanais, a muitos trabalhadores com pausas conquistadas nas empresas, através dos usos ou na contratação colectiva de trabalho".

Com efeito, a directiva ao definir tempo de trabalho ressalva da definição a legislação nacional e/ou os usos das empresas. Ora, como explicou Odete Santos, se o Governo tivesse transposto a directiva antes de ter apresentado a Lei 21/96, "deveria, em obediência à mesma, ressaltar da definição de tempo de trabalho, incluindo-o no mesmo, aquilo que já constava da contratação colectiva quanto às pausas e intervalos de descanso incluídas no horário de trabalho e as pausas adquiridas nas empresas através dos usos e costumes".

Só que não foi esse o procedimento adoptado pelo Gover-

no do PS. "Primeiro - sublinhou Odete Santos -, pretendeu fazer tábua rasa das conquistas dos trabalhadores relativamente a tempo livre introduzido no seu horário de trabalho destinado a minorar as consequências dos ritmos brutais de trabalho. Para depois, com a transposição da directiva, não ter de respeitar essas conquistas".

Duramente criticada por Odete Santos foi ainda a decisão do Governo de manter na proposta de lei o conceito de flexibilidade - ao permitir que o horário de trabalho de 40 horas seja obtido em relação a um período de referência de 12 meses -, bem como o não respeito que revela o seu articulado por algumas disposições da directiva comunitária, como sejam, por exemplo, a não aplicação da exigência de intervalo de descanso após seis horas de trabalho nas actividades de guarda e vigilância, a não aplicação do período mínimo de descanso de 12 horas entre jornadas de trabalho, ou a pura e simples omissão no que se refere às férias.

Em causa luta dos funcionários judiciais

Governo sem respostas para a crise da Justiça

"É preciso saber se o Ministério da Justiça pretende resolver, de facto, os problemas dos funcionários judiciais, ou se quer resolver a grave crise da Justiça contra os oficiais de Justiça." Nestes termos confrontou a deputada comunista Odete Santos o secretário de Estado Adjunto do ministro da Justiça, Matos Fernandes, a propósito da luta travada por aquele grupo profissional pela dignificação da sua carreira. Foi na passada sexta-feira, na sessão de perguntas ao Governo que habitualmente preenche a agenda plenária daquele dia da semana.

Odete Santos começou por recordar algumas das etapas do processo que conduziu à situação actual, salientando o facto de já em Dezembro de 1995 ter sido apresentado pelo Sindicato dos Funcionários Judiciais ao ministro da Justiça um documento no qual, a par das reivindicações da classe, se fazia uma análise das principais causas que tinham conduzido a uma grave situação na área da Justiça.

"Do documento transparece uma grande esperança no diálogo necessário à resolução dos problemas com que se debatem os oficiais de Justiça", observou, antes de chamar a atenção para o facto de, entretanto, passados mais de 2

anos desde a sua apresentação, "praticamente nada ter sido feito" relativamente às justas reivindicações dos funcionários judiciais.

Recordada por Odete Santos foi ainda a tentativa levada a cabo pelo Ministério da Justiça, em Janeiro último, quando estava prestes a eclodir a greve dos funcionários judiciais - greve que concitou uma adesão em massa que evidenciou o mau estar existente nos Tribunais -, para impedir a convocação da greve, com propostas inaceitáveis para quem luta há mais de 10 anos pela dignificação da carreira e pela dignificação da Justiça.

"São péssimas as condições de trabalho existentes nos Tribunais. A informatização, mas uma informatização a sério, ainda não chegou aos Tribunais, onde os computadores se limitam a ser meros processadores de texto, vazios de programas que permitam a gestão de processos, que libertem os funcionários judiciais das pesadas tarefas burocráticas em que perdem a maior parte do seu tempo", exemplificou.

Por si citada foi também a gravação da prova, imprescindível para uma plena garantia dos direitos dos cidadãos, e que em sua opinião "está ainda e apenas no papel".

E acrescentou: "os oficiais de justiça, trabalhando na situação de plena disponibilidade e exclusividade, fazem horas extraordinárias sem remuneração, trabalham aos sábados e domingos, impedindo com o seu desumano esforço que a crise da Justiça se transforme num caos".

Ora é neste quadro que ainda se torna mais visível, como salientou Odete Santos, o desajuste existente no sistema retributivo dos funcionários judiciais, sobretudo quando comparado com o nível de remunerações de outros fun-

cionários exercendo funções similares.

"Por que motivo se ganham menos nos Tribunais Judiciais onde se garantem os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, do que nos Tribunais Tributários, com um quadro de funcionários dependente do Ministério das Finanças?", inquiriu.

Criticada por Odete Santos, noutro plano, foi também a ausência de resposta do Governo à questão do pagamento do subsídio de risco aos funcionários judiciais, a qual continua por resolver, em situação de

manifesta desigualdade com outras carreiras profissionais (caso, por exemplo, da Inspeção das Actividades Económicas).

Ora foi este conjunto vasto de questões que não obteve no decorrer do debate resposta satisfatória por parte do Governo, levando Odete Santos a interrogar-se, com uma ponta de ironia, sobre o que vai, afinal, fazer o Ministério da Justiça: "agora que já se anuncia outra greve, o Ministério da Justiça vai apenas gerir as greves?".

Ilha de S. Miguel

Imagem das Forças Armadas posta em questão

"Uma inadmissível e inaceitável situação", assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP o caso relacionado com os trabalhos de reconstrução na Ilha de S. Miguel. A história contou-se em poucas palavras e prende-se com o anúncio da prevista participação das Forças Armadas Americanas para aquela tarefa, sem que, previamente, disso tenha sido dado conhecimento às Forças Armadas Portuguesas.

Mais ainda: ao contrário do que sempre sucedeu em circunstâncias idênticas, os militares portugueses nem sequer foram chamados a participar.

Para o deputado comunista João Amaral, que solicitou já esclarecimentos sobre o assunto, em requerimento dirigido ao Governo, na semana transacta, toda esta operação, tal qual foi desenhada, põe em causa "o respeito devido ao papel das Forças Armadas Portuguesas, designadamente no quadro da afirmação da soberania nacional".

Por si condenada foi ainda a atitude do Governo que, ao não reagir publicamente, aceitou assim que a "imagem das Forças Armadas saia beslicada, como o sai também o valor da soberania que a elas se associa".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP acusa Governo de enganar portugueses

Afinal seguro automóvel em vez de baixar aumentou

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de enganar os portugueses ao anunciar que o valor dos prémios do seguro automóvel iriam baixar e desafiou o primeiro-ministro a explicar ao País o que se está a passar nesta matéria.

Lino de Carvalho, que levou a questão a plenário, numa intervenção no período de antes da ordem do dia, sublinhou que, ao contrário do que determina a "Lei Sócrates", em vigor desde 1 de Março, "os portugueses estão a pagar mais" pelos seguros das suas viaturas.

"É uma nova versão, agora nos seguros, da anunciada baixa de preços nos telefones. Nos telefones como no seguro automóvel afinal a baixa... é para cima! É uma nova originalidade socialista", comentou Lino de Carvalho, que disse esperar que o "Governo, e o senhor primeiro-ministro em particular, venham agora dizer uma de duas coisas: ou que enganaram os

portugueses ou, então, que as Companhias de Seguros estão a violar a Lei e que o Governo vai actuar sobre elas".

Reportando-se aos "dados disponíveis", o parlamentar comunista não teve dúvidas em considerar que as Companhias de Seguros estão a "agir de forma arrogante e concertada, no sentido de torner a Lei", admitindo, no entanto, que "só o

fazem porque a própria lei lhes dá essa possibilidade".

A explicação para o facto de os portugueses estarem a pagar mais pelo «seguro contra todos os riscos», ao contrário do que propalou o Governo, deu-a ainda Lino de Carvalho.

"Anteriormente - esclareceu - as companhias de seguros não eram obrigadas a proceder à desvalorização automática do valor das viaturas. Só o eram no caso do segurado assim o exigir. Nestes casos o novo prémio era todo calculado com base no novo valor do carro e, conseqüentemente, descia o custo do seguro. Agora, a lei - ou ingénua ou propositadamente - permite a existência de duas componentes para o cálculo do preço final do seguro: uma taxa para determinação do prémio de cobertura de danos parciais (que são a maioria) que é calculada sempre com

base no valor da nova viatura, e uma outra taxa para determinação do prémio de cobertura de perda total da viatura que é a única que expressamente a lei determina que seja calculada com base no valor comercial, isto é, tendo em conta a desvalorização da viatura".

E prosseguiu: "Como as companhias de seguros não estão a dormir - e a lei dá-lhes toda a latitude - encontraram aqui a sua galinha dos ovos de ouro: a parte mais grossa do custo do seguro (e da taxa de cálculo do prémio) incide

resultado é que os seguros, em vez da diminuição anunciada, têm aumentos que, nalguns casos, se traduzem mesmo em aumentos substanciais".

O exemplo concreto de como assim é, ou seja, de como os novos prémios são mais elevados do que eram antes da lei, apesar das tabelas de desvalorização, é de como a situação actual se tornou num chorudo negócio para as seguradoras, deu-o ainda Lino de Carvalho.

Citado foi o caso de um veículo com um ano de idade que,

correspondente ao valor desvalorizado da viatura.

Por outras palavras, como salientou Lino de Carvalho, "para pagar às companhias de seguros os portugueses continuam a pagar um prémio como se a viatura fosse nova. Para receber, recebem pelo valor desvalorizado".

Não obstante o seu pedido para que o ministro adjunto José Sócrates explique na Comissão de Economia toda esta embrulhada, para o Grupo comunista "o primeiro-ministro não pode fingir, como é seu costume, que não

Utilização das Lajes pelos EUA

PCP exige que Governo consulte Parlamento

Toda e qualquer permissão quanto à utilização pelos Estados Unidos da Base das Lajes, facultada prevista no quadro do Tratado existente neste domínio entre Portugal e aquele país, deve ser precedido de uma informação do Governo à Assembleia da República. Inscrito em projecto de resolução entregue na mesa do Parlamento, esta posição, defendida pelo Grupo Parlamentar do PCP, foi dada a conhecer no decorrer do debate de urgência por si suscitado a propósito da utilização daquele base açoriana pelos EUA para fins militares na recente crise que o opôs ao Iraque.

Para o Grupo comunista, não obstante estarem afastados os motivos próximos que justificaram o seu pedido de debate de urgência, conservou-se válida e actual a questão das autorizações concedidas aos EUA para a utilização da Base das Lajes para operações militares.

Em causa, no fundamental, está a clarificação do "dever político do Governo" em levar à Assembleia da República, como sublinhou o deputado comunista João Amaral, os pedidos dos Estados Unidos "antes de ser decidido se a autorização é ou não dada".

Este aviso prévio ao Parlamento deve constituir-se numa prática corrente sempre que tal utilização for solicitada, estabelece o projecto de resolução do PCP, devendo o Governo para o efeito informar as comissões parlamentares de Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional.

José Lello, em nome do Governo, contrapôs lembrando que o acordo firmado entre os dois países contém uma cláusula que prevê que a utilização da Base das

Lajes para "operações militares decorrentes de decisões tomadas no âmbito de organizações internacionais" possa ser caucionada pelo Executivo sem consulta prévia do Parlamento.

Só que, foi João Amaral a lembrá-lo, no caso da recente operação americana contra o Iraque, dado que não se tratava de uma operação NATO, nem havia resolução da ONU que lhe desse cobertura, então, nos termos do acordo, impunha-se mesmo que tivesse havido autorização prévia, o que de facto não aconteceu.

Questão que não escapou à observação do parlamentar do PCP, noutra plano, foi ainda a de saber qual o número e tipo de armas, sejam químicas, bacteriológicas ou nucleares, que foram encontradas no Iraque.

A questão afigura-se pertinente, uma vez que, ironizou, afinal, "que tenha sido dito, nem um pulverizador de DDT, que, como se sabe, está proibido".

Onde não há dúvidas quanto à existência de arsenais dessas armas, isso sim, afirmou João Amaral, "é nos Estados Unidos", um dos países, lembrou, que "se opuseram à assinatura de um pacto para a eliminação das minas antipessoais", por si classificada como "uma das armas mais repelentes da História".

Dado o mote, João Amaral condenou ainda esta intervenção militar no Iraque, que, em sua opinião, tal como os bombardeamentos de há dois anos, "ficam como a marca da arrogância e despudor da superpotência única".

Por todas estas razões, na perspectiva da bancada comunista, Portugal não se pode portar "como se não tivesse interesses

próprios e voz própria". Daí ter verberado o Governo pelo seu "comportamento ligeiro e acrílico", uma postura que, do ponto de vista de João Amaral, "é totalmente inaceitável para um país que, ainda por cima, é membro do Conselho de Segurança da ONU".

Condenado pelo deputado do PCP foi também o embargo ao Iraque, uma medida que no seu entender "não abalou um centímetro o regime iraquiano" e cuja única consequência "foi a miséria e a morte dos mais desprotegidos: crianças, velhos e doentes".



As companhias seguradoras, de modo concertado, estão a tornejar a Lei. Mas só o fazem porque, por ingenuidade, incapacidade jurídica ou vontade política, a Lei lhes dá essa possibilidade

sobre o valor da viatura em novo. O que sobra - que é a parcela mais pequena em taxa e em valor - é que vai incidir sobre o valor comercial (desvalorizado) da viatura.

Em conclusão: "como simultaneamente as companhias aproveitam para aumentar os prémios de modo a que a soma das duas parcelas seja superior ao que se passava anteriormente, o

recorde-se, sofre uma desvalorização de 24 por cento no seu valor. Embora o segurado continue na prática a pagar o seguro pelo valor da aquisição em novo (as tabelas de desvalorização do capital seguro são mensais mas o cálculo do custo do seguro é feito anualmente), caso haja um acidente, o valor da indemnização por perda total do carro é o

é nada com ele". Tanto mais que, frisou Lino de Carvalho, "numa matéria desta importância tem a estrita obrigação de explicar ao País o que se está a passar".

Caso contrário, sublinhou, há que concluir que "tudo foi preparado em conjunto entre as companhias de seguros e o Governo", que "anda a fazer publicidade enganosa".

Recurso hídricos nacionais

Sem política, sem plano, sem estratégia

Em matéria de água, recurso vital e estruturante em qualquer processo de desenvolvimento, Portugal continua sem uma política, sem plano e sem estratégia. Em debate sobre o Plano Hidrológico Espanhol, realizado na semana transacta, por iniciativa do Partido Ecologista "Os Verdes", a demonstração de que assim é voltou a ser feita, como provado ficou que nada mudou relativamente aos governos do PSD. O que, no final, só fez aumentar as preocupações perante a inércia da governação do Partido Socialista, a quem Isabel de Castro ("Os Verdes") perguntou - depois de observar como anda "adormecido desde que se sentou no poder" -, se "acaso será a cadeira assim tão confortável?".

No decorrer do debate ficou patente a absoluta necessidade de Portugal inverter o rumo que tem vindo a ser seguido, adoptando, conseqüentemente, uma política nacional de recursos hídricos e uma estratégia que acautele os interesses nacionais e garanta condições de igualdade e capacidade negocial na assinatura de um novo Convénio com a vizinha Espanha.

Dadas as implicações directas que o Plano Hidrológico de Espanha tem na "quantidade e qualidade dos nossos próprios recursos", como fez notar o parlamentar comunista Joaquim

Matias, o que está em causa, pois, antes de mais, é a elaboração do nosso próprio Plano Hidrológico Nacional.

Só que, em vez de optar com vista à sua concretização por uma estratégia assente no planeamento e gestão por bacias hidrográficas de forma descentralizada e participada, o Governo, ao contrário - foi ainda Joaquim Matias a lembrá-lo -, tem chamado a si exclusivamente tal tarefa, numa "solução altamente centralizada e governamentalizadora", hoje praticamente abandonada em quase todos os países, por se revelar desadequada.

Deste quadro resulta, por exemplo, que não esteja a ser determinado o significado e o impacto do Plano Hidrológico Espanhol nos nossos recursos em águas superficiais, facto "inadmissível", na opinião de Joaquim Matias.

Face às diferenças existentes neste domínio entre os dois países, importa, por conseguinte - e esta foi a perspectiva defendida pelo parlamentar comunista -, que o Governo garanta, através de negociações, que a Espanha pare com transvases ou retenções de água dos rios internacionais ou que, pelo menos, não os faça sem um estudo de impacto ambiental que tenha o acordo do nosso país.

**PARLAMENTO
EUROPEU**



Em Plenário

Resumo da sessão plenária

Orçamento da UE para 1999 - o PE fez a primeira análise das orientações para o orçamento comunitário do próximo ano. Este processo assume particular importância por se tratar do último do presente quadro financeiro, pelo que deverá representar o encerramento de um ciclo e ser uma ponte para o seguinte. Na sua intervenção, o deputado do PCP Joaquim Miranda afirmou a importância das prioridades enunciadas pelo relatório: emprego, educação, formação profissional, ambiente e maior controlo sobre os programas e políticas de desenvolvimento e congratulou-se "com a forma inequívoca com que se apela ao respeito por Edimburgo, no tocante aos Fundos Estruturais". No entanto, a criação da chamada "reserva pré-afectada" suscita as maiores reservas, pois pode dar azo, em definitivo, a uma negação do conceito de recursos comunitários, tal como hoje o entendemos. Por fim, só as actuais perspectivas financeiras da UE podem servir de base para as perspectivas financeiras futuras, ao contrário do que propõe o presente relatório que se arroja, ele próprio, a constituir essa base. Por este motivo, os deputados do PCP abstiveram-se, numa votação que acabou por ratificar o documento.

Quitação orçamental de 1996 - o PE pronunciou-se pelo adiamento da quitação do processo orçamental do orçamento geral da UE para o exercício de 1996, ou seja, pela não aceitação das contas apresentadas pela Comissão devido à incúria revelada por esta em certos domínios da gestão de recursos financeiros. Na sua declaração de voto, Joaquim Miranda criticou a Comissão por não ter fornecido ao PE, atempadamente, a informação indispensável para a análise de certas situações, nomeadamente aquelas em que se verificam sérias acusações de fraude e de irregularidades internas, como é o caso do turismo. Além de que, acrescentou, "o facto de um dos comissários responsáveis por esse pelouro ter sido um português só me incita a ser mais rigoroso".

Acompanhamento da Cimeira sobre Desenvolvimento Social - com o objectivo de dar seguimento à Declaração de Copenhaga - na qual 117 países se comprometeram a adoptar como principais objectivos a erradicação da pobreza, o pleno emprego e a promoção de sociedades estáveis seguras e justas -, o PE adoptou um relatório que aponta como prioridades da UE o combate à pobreza e à exclusão social, pedindo, no concreto, a adopção do quarto programa de luta contra a pobreza, o estabelecimento de planos de acção em matéria de emprego e a promoção de políticas para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Esta tomada de posição contou com o apoio dos deputados do PCP e do PS. Os parlamentares do PSD e do PP votaram contra. O relatório propunha ainda uma medida ambiciosa de estabelecimento de uma taxa global sobre a especulação de divisas internacionais (imposto Tobin), que contou, mais uma vez, com o apoio de comunistas e socialistas e o voto contra de populares e sociais-democratas.

Controlo democrático na 3ª fase da UEM - face à iminente constituição do Banco Central Europeu, o PE apresentou algumas propostas com o objectivo de assegurar o controlo democrático da nova instituição europeia. De forma não surpreendente, o PE propõe-se assumir ele próprio um papel preponderante neste processo. Para Sérgio Ribeiro, "uma instituição concebida com a força e as competências do BCE controlada por um Parlamento Europeu que procura um papel e uma tradução real da sua qualidade órgão democrático sugere a ideia de um bebé todo-pode-

roso, cheio de força e independente, a ser controlado por um adolescente muito débil". O PE tem um papel fulcral no controlo democrático mas, diz Ribeiro, não pode ser o único responsável por esse controlo, realizado apenas ao nível supranacional. "Por isso, mas também por entendermos a «construção europeia» como um mosaico de Estados-membros e soberanos, não aceitamos que as estruturas democráticas nacionais, existentes e experimentadas na sua diversidade, sejam praticamente ignoradas."

Auxílios à construção naval - o PE pronunciou-se sobre a proposta de regulamento do Conselho que estabelece novas regras relativas aos auxílios à construção naval, que vai no sentido de limitar temporalmente o prosseguimento das ajudas públicas, privilegia os grandes em detrimento dos pequenos construtores navais e impõe condições a estas ajudas, nomeadamente ambientais, que no entanto ficam muito aquém do que países terceiros praticam. Para o deputado do PCP, Honório Novo, estas medidas "não são forma de defender a indústria naval europeia". Ao explicar o voto contra dos deputados comunistas, Novo aproveitou para "recordar todas as consequências negativas que a aplicação ainda que parcial de um acordo nunca ratificado teve para a indústria naval portuguesa. Por isso, ao tomar esta posição, ela visa também alertar o governo português e os estaleiros interessados para a possibilidade de, mesmo no quadro actual, podem criar condições mais positivas para a estabilidade financeira e económica da capacidade da construção naval portuguesa".

Protecção do turista em toda a UE - depois de na sessão passada se ter debruçado sobre as consequências da introdução do euro sobre o sector turístico, o PE analisou, nesta sessão, um relatório sobre a protecção do turista na UE. O relator, ao mesmo tempo que sublinha que a responsabilidade de proteger o turista releva da competência da UE, lamenta a escassez de iniciativas comunitárias tomadas até hoje na matéria. Na sua intervenção, o deputado do PCP Sérgio Ribeiro, realçou dois aspectos. Por um lado, o apoio ao turismo rural, sobretudo "pelo impacto positivo que pode ter nas regiões periféricas e ultraperiféricas". Outro aspecto é o tipo de turismo que provoca afluência sazonal, como o turismo religioso, "que pode fazer com que um aglomerado populacional dimensionado para uns escassos milhares de habitantes tenha uma população anual superior a cinco milhões, como é o caso de Fátima". No final da sua intervenção, o deputado do PCP referiu-se à necessidade de combater o turismo sexual, nomeadamente o ligado à pedofilia.

Movimento dos Sem Terra - face à escalada de violência de que os dirigentes do MST têm vindo a ser alvo, o Grupo da Esquerda Unitária Europeia, por iniciativa dos deputados do PCP, apresentou uma proposta de resolução sobre este tema. Evocando o recente assassinato de dirigentes do MST e assinalando a passagem do segundo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, o Grupo apresentou uma resolução na qual se apelava às autoridades brasileiras para que persigam e condenem os responsáveis do crime e para que levasse a cabo as mudanças necessárias relativas à posse da terra, às condições sociais e laborais por forma a garantir a dignidade de vida aos camponeses sem terra brasileiros. Devido à falta de solidariedade dos demais grupos políticos do PE, a proposta de resolução não foi agendada na ordem do dia.

Estasburgo, 30 de Março a 3 de Abril

Alargamento da UE Acabou a festa

«As festividades terminaram, é preciso trabalhar» - esta a mensagem do comissário da UE, Hans van den Broek, responsável pelos países da Europa de Leste, a assinalar o início dos trabalhos, na semana passada, destinados a examinar os problemas prioritários dos onze países candidatos à adesão à UE.

O processo formal das negociações iniciou-se a semana passada, com seis mini-conferências intergovernamentais entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze e os seus homólogos dos seis países pré-seleccionados para a adesão (Polónia, Hungria, República Checa, Estónia, Eslovénia e Chipre). Em simultâneo, prosseguem as negociações com a Eslováquia, Bulgária, Roménia, Lituânia e Letónia, para, como afirmou Hans van den Broek, «mostrar que não queremos criar uma divisão artificial» entre os candidatos ao alargamento.

O chamado exame dos problemas prioritários consiste no levantamento dos domínios em que as diferenças legislativas entre a legislação do país candidato e a lei europeia é mais fla-

grante, no sentido de as adaptar à «prática comunitária».

De acordo com van den Broek, estão previstas 50 reuniões até ao Verão, não sendo de excluir que, em paralelo, possam realizar-se negociações com alguns dos países mais avançados sobre questões que não levantem demasiados problemas.

O alargamento da UE a Leste será o maior e mais caro de toda a história comunitária: mais de 14 mil milhões de escudos na primeira fase, entre os anos 2000 e 2006.

Dos onze candidatos, apenas Chipre (sem contar com a parte Norte, ocupada militarmente pela Turquia) dispõe de uma economia semelhante à dos Quinze. Com uma taxa de desemprego da ordem dos 2,5 por cento em 1996, uma inflação

de 3 por cento e uma dívida pública correspondente a 53 por cento do Produto Interno Bruto, Chipre cumpre já hoje os critérios de convergência e poderia, teoricamente, incluir o grupo de países da UE que em Maio vai integrar a moeda única.

A situação nos restantes dez países é bastante diferente. Apesar das diferenças entre eles, a maioria apresenta uma economia com um elevado peso da agricultura e um baixo rendimento. Em termos absolutos, os dez países candidatos à adesão contam com 9,5 milhões de agricultores (contra 8,2 milhões dos Quinze); em termos relativos, a população ocupada no sector agrícola representa 22 por cento da população activa, contra os actuais 15 por cento da UE. A aproximação destes valores deverá traduzir-se, inevitavelmente, numa redução drástica dos postos de trabalho na agricultura, com todas as suas implicações sociais.

Acresce que o PIB *per capita* dos dez não vai além dos 32 por cento da média comunitária, ou seja, cerca de metade do valor do país mais atrasado da União Europeia, a Grécia.

Poluição

Portugal não cumpre directiva comunitária

Portugal não cumpre a directiva comunitária respeitante à redução da poluição das águas por nitratos, pelo que a Comissão Europeia vai interpelar o Governo português sobre a matéria. O anúncio foi feito segunda-feira em Bruxelas, numa nota divulgada pela Comissão.

Em situação idêntica encontram-se a França, Reino Unido e Finlândia, que tal como Portugal vão receber «pareceres fundamentados» sobre o assunto, ou seja, pedidos de explicação por não terem ainda elaborado programas de acção visando a descontaminação de águas poluídas pelos nitratos usados na agricultura.

Também a Espanha desrespeita a directiva comunitária, tendo as

autoridades de Bruxelas apresentado já queixa no Tribunal Europeu de Justiça.

De acordo com a directiva em causa (as directivas têm carácter obrigatório), os Estados-membros da União Europeia deveriam ter procedido à identificação das zonas mais vulneráveis à contaminação de nitratos agrícolas até 20 de Dezembro de 1993, e ultimado os seus programas de despoluição das águas, de superfície e subterrâneas, até 20 de Dezembro de 1995.

Corte nos subsídios

Preocupações ambientais dominaram também a reunião de Paris

dos ministros do ambiente da OCDE, que advogaram a necessidade de se encarar como uma prioridade a redução dos subsídios aos sectores de energia e transportes considerados poluidores.

Apesar da reunião não ter aprovado qualquer recomendação complementar às conclusões da conferência de Quioto por parte dos 29 países da OCDE, é de registar o facto de a organização ter decidido incluir as iniciativas de protecção ambiental nos indicadores económicos dos países industrializados. Cabe lembrar que os países da OCDE, não obstante representarem apenas um quinto da população mundial, contribuem para mais de metade das emissões globais de dióxido de carbono.

Cimeira euro-asiática

A cimeira euro-asiática (ASEM) realizada no passado fim-de-semana em Londres reafirmou, nas palavras do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, que os Quinze são «parceiros de longo prazo para os bons e os maus dias», pelo que os dez países asiáticos representados no fórum não têm motivos para temer o encerramento das fronteiras europeias aos seus produtos.

A profunda crise financeira que abala os mercados asiáticos provocou uma queda acentuada das moedas da região, pelo que os seus produtos se tornaram ainda

mais competitivos nos mercados europeus.

Os dez países asiáticos da ASEM exportam cerca de 105.000 milhões de dólares em produtos para os Quinze, mas a União Europeia exporta produtos no valor de 123.000 milhões de dólares para estes países, que em conjunto se tornaram no principal destino das exportações comunitárias para países terceiros.

A cimeira identificou quatro grandes desafios com que são confrontados os europeus e asiáticos: como trabalhar em conjunto para

resolver a crise e reduzir o seu impacto na economia global; como limitar o seu impacto social nos países mais afectados; como ajudar a manter os mercados abertos e a reforçar a liberalização; como reforçar o sistema monetário internacional de prevenção das crises.

A União Europeia anunciou ainda o lançamento de um fundo, a gerir pelo Banco Mundial, dotado entre 30 a 50 milhões de dólares, destinado a pagar peritos europeus em matéria de gestão bancária, para apoiar as reformas tidas como necessárias para fazer face à crise asiática.

Iraque Palácios presidenciais não escondiam armas

«Um novo capítulo está aberto nas relações entre a ONU e o Iraque» - as palavras são de Prakash Shah, representante do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, naquele país, no final das inspeções aos palácios presidenciais iraquianos.

Os palácios, suspeitos de abrigarem armas de destruição em massa, como os EUA não se cansaram de insinuar, revelaram-se afinal completamente inócuos.

«Existia um grande problema de credibilidade entre as duas partes que podia conduzir a uma situação de confrontação» e a inspeção dos locais presidenciais acabou por «reduzir o fosso», disse o diplomata indiano, que chegou a Bagdad em 22 de Março para assumir as suas funções, após a crise despoletada pelos EUA e a Grã-Bretanha que ameaçaram o Iraque de ataques militares se este não abrisse os seus locais presi-

denciais aos inspectores da Comissão Especial da ONU encarregada do desarmamento iraquiano (UNSCOM). O Iraque sempre evocou razões de soberania e dignidade nacional para impedir o acesso aos palácios.

A crise foi ultrapassada em 23 de Fevereiro por Kofi Annan, em Bagdad, com um acordo sobre a inspeção dos referidos locais pelos peritos da UNSCOM acompanhados de diplomatas.

O final das inspeções abre caminho, em conformidade com as decisões do Conselho de Segurança da ONU, para o levantamento do embargo petrolífero imposto contra Bagdad após a guerra do Golfo em 1991.

Em vias de resolução parece estar também o aumento urgente da ajuda humanitária ao Iraque. Falando em Londres, no final de um encontro com Kofi Annan, o chefe da diplomacia britânica, Robin Cook, disse não haver «razão para que a população iraquiana esteja privada de medicamentos e alimentos. Não há sanções contra ela. Queremos assegurar que podemos responder às necessidades humanitárias e esperamos ter a cooperação das autoridades de Bagdad para ajudarmos o seu povo».

O triunfo da verdade

O Iraque não deixou de reagir ao resultado das inspeções. Segundo o vice-primeiro-ministro iraquiano, Tariq Aziz, «o que se conseguiu é um triunfo da verdade sobre a falsidade». Os diplomatas, assinalou Aziz, viram «com os seus próprios olhos o comportamento» de alguns inspectores que tentaram provocar e criar crises susceptíveis de serem usadas pelos Estados Unidos para justificar a extensão das sanções económicas contra o Iraque.

Aziz acusou ainda responsáveis norte-americanos e britânicos de terem dito «mentiras descaradas», nomeadamente a de que os complexos presidenciais ocultavam centros de pro-

dução de armas químicas e biológicas e quantidades imensas destas armas.

«Se nos lembrarmos da enorme agitação» criada antes do acordo e atentarmos na actual situação «dar-nos-emos conta da grande diferença entre aquelas mentiras e a verdade», sublinhou.

Os diplomatas e os inspectores da ONU que participaram nas inspeções anunciaram no final nada terem encontrado de comprometedor para o regime nos locais inspeccionados.

Este facto, defende o responsável iraquiano, obriga o conselho de segurança da ONU a levantar as sanções económicas, «prorrogadas por causa das falsas alegações sobre a posição iraquiana».

Irregularidades na Ucrânia

O Governo ucraniano é acusado por diversos partidos de ter falsificado os resultados das legislativas. O Partido Comunista, que ganhou as eleições ficando com 121 dos 225 deputados do Parlamento, diz que o executivo lhe tirou «entre 15 e 20 por cento dos votos». «Estamos cem por cento certos de que os resultados foram falsificados», declarou um elemento do Rukh (nacionalistas), enquanto um representante do Partido dos Camponeses afirmou que «não se pode dizer que a contagem de votos tenha sido honesta».

«Herói» de Tiananmen de boa saúde

O mais famoso interveniente nas manifestações da Praça de Tiananmen de 1989 - popularizado em todo o mundo por se ter colocado à frente de uma coluna de tanques do exército chinês - está de boa saúde. O Centro de Informação dos Direitos Humanos e do Movimento Democrático na China garantiu, na terça-feira, que esse homem «não foi condenado pelo sistema» e que continua vivo.

Papon condenado a 10 anos de prisão

Na quinta-feira passada, Maurice Papon foi condenado a 10 anos de prisão pela Justiça francesa, acusado de cumplicidade na prática de crimes contra a humanidade durante a ocupação nazi. Como ficou agora provado, Papon organizou o envio de 1560 judeus para o campo de Drancy.

Escutas ilegais ao Herri Batasuna

Na semana em que se registaram mais quatro atentados bombistas junto a residências de responsáveis do PP, o Ministério da Defesa espanhol decidiu abrir um inquérito interno de forma a descobrir se os serviços secretos militares fizeram escutas telefónicas à sede do Herri Batasuna, partido que defende a autonomia do País Basco. Esta decisão surge na sequência de uma queixa apresentada pela direcção do Herri Batasuna.

Morre líder do ELN

Após 27 anos de luta armada, o padre espanhol Manuel Pérez morreu com uma hepatite crónica nas montanhas colombianas da região de Santander. Pérez, que desde 1973 liderava o Exército de Libertação Nacional, faleceu no dia 14 de Fevereiro, embora a sua morte só tenha sido anunciada oficialmente no início desta semana.

Irlanda do Norte Acordo previsto para hoje

O acordo de paz da Irlanda do Norte deverá ser concluído hoje, quinta-feira, com a consonância entre todas as partes envolvidas: os governos da Grã-Bretanha e da República da Irlanda e dos oito partidos políticos presentes nas negociações.

Ao fecho da nossa edição, os participantes das conversações mostravam-se optimistas quanto à assinatura do documento.

«Agora que entrámos nos últimos dias, estamos decididos a superar as dificuldades existentes, que ainda são muitas», afirmou no domingo o primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern. No dia seguinte, um porta-voz de Downing Street afirmou que Tony Blair está disposto a «fazer tudo o que for preciso» para que o acordo seja firmado.

David Andrews, ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês, propôs um pacto de silêncio a todos os participantes, de forma a evitar interpretações apressadas e erróneas da proposta. Para Andrews, o silêncio «certamente melhorará as possibilidades de conseguirmos um acordo na quinta-feira».

Mas nem tudo está no segredo dos deuses. Segundo dados da Lusa, os principais elementos do documento em debate consistem numa assembleia semiautónoma do Ulster com 90 a 108 membros; um conselho que agrupa deputados da Irlanda, Inglaterra, Ulster, Escócia e País de Gales; e uma carta dos direitos e deveres no que respeita à polícia, à justiça e à detenção de milicianos.

Está também prevista a criação de um conselho ministerial norte-sul pelos parlamentos britânico e irlandês, do qual dependerão diferentes organismos responsáveis pelo turismo, agricultura, saúde e transportes.

As principais dificuldades em alcançar um acordo devem residir no papel e jurisdição da futura assembleia legislativa. Para os unionistas, favoráveis à manutenção da dependência estreita em relação à Grã-Bretanha, este é o primeiro de futuros passos para uma futura unificação da ilha, aspiração que os republicanos não escondem.

Cenas como esta pertencem ao passado. O futuro inicia-se hoje (foto de arquivo)



O quotidiano dos afegãos é previsto ao pormenor para que nenhuma lei islâmica seja violada

Afeganistão ONU condena talibans

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, na segunda-feira, um documento condenatório das práticas dos talibans, a milícia islâmica que controla dois terços do Afeganistão.

Numa declaração presidencial, a ONU manifestou-se «profundamente preocupada com a discriminação persistente contra as raparigas e as mulheres e as violações dos direitos humanos, bem como do direito humanitário internacional».

Os 15 membros do mais alto órgão das Nações Unidas «deploram o facto de as ingerências estrangeiras prosseguirem no Afeganistão sob a forma de entrega de armas» e lamentam o «apoio político e militar activo dado pelo exterior às facções» em luta.

Com a tomada do poder pelos talibans, a população afegã viu-se privada de muitos dos seus direitos. As mulheres são as principais visadas pela lei fundamentalista: não podem sair à rua se não forem acompanhadas por um homem da sua família, não podem trabalhar ou ser observadas por médicos, são obrigadas a usar túnicas que lhes tapam todo o corpo (vêm através de estreitos orifícios de renda) e que lhes dificultam os movimentos e praticamente as impedem de segurar nos próprios filhos.

Mas as leis talibans vão ao ponto de proibirem qualquer tipo de distração. Ninguém pode ouvir rádio ou ver televisão (entretanto extintas), ler um enorme número de livros ou simplesmente escutar música. Práticas medievais - caso das amputações como castigo por roubo - fazem parte dos preceitos na nova autoridade.

Num país semidestruído por guerras que se prolongam há 18 anos, com uma economia praticamente inexistente e um número elevadíssimo de viúvas e órfãos, pouco resta aos afegãos senão o caminho da ilegalidade. A sobrevivência - seja roubar para comer, seja o trabalho feminino - é, aos olhos dos talibans, um crime punível. Mas, para os afegãos, a alternativa não é menos dolorosa.

A Festa do «Avante!», desde 1976 a maior realização política e cultural do País, vai este ano ter lugar nos dias 4, 5 e 6 de Setembro. De novo na Quinta da Atalaia, durante três dias, os comunistas abrem as portas a todos os que desejam um mundo melhor, proporcionando-lhes um espaço de convívio, de debate, de arte, de desporto, de gastronomia, de artesanato. Um espaço de camaradagem e de fraternidade. Sobre o «andamento» da Festa falámos com o seu responsável, Virgílio Azevedo, membro do Secretariado do Comité Central.

Este ano, a Festa do «Avante!» realiza-se num contexto político particular que, certamente, irá ter nela os seus reflexos.

Sim, a Festa do «Avante!» realiza-se este ano num quadro político complexo, com o Governo PS a prosseguir aquilo a que chamamos a «marcha forçada» para a moeda única - com todas as suas consequências -, a intensificar a ofensiva privatizadora das empresas e serviços públicos e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Agravam-se as condições de vida de muitos portugueses, agrava-se a situação no ensino e na saúde, pairam sombrias ameaças sobre a segurança social.

Tudo isso, no meio de um quadro de muitas batalhas políticas...

No meio de importantes batalhas políticas com reflexos profundíssimos para a vida dos portugueses: os referendos e as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

Mas não só. Num momento, também, de sinais evidentes de descontentamento com a política de direita prosseguida pelo Governo do PS e de ascensão da luta dos trabalhadores em muitas empresas e em muitos sectores socioprofissionais.

Mas uma situação, também, em que o Partido, conforme decisão recente do Comité Central, pretende dar um novo impulso na organização!

Certo. Num momento, também, de grande dinamização da vida orgânica do Partido, de um grande esforço de organização, renovação, rejuvenescimento e intervenção. Num momento de grande afirmação do Partido como pólo aglutinador da esquerda, com projectos para uma real alternativa de esquerda para o País.

Parece-te, então, que a Festa do «Avante!» este ano tem uma importância política acrescida?

Não sei se se acrescida, mas a verdade é que no presente contexto ela assume-se ainda como a maior iniciativa político-cultural do País e com uma importância renovada, mantendo embora as suas características fundamentais: festa de convívio, de solidariedade, de liberdade e de fraternidade. Festa dos comunistas, festa do PCP para o povo. Ponto de encontro do país, dos seus problemas, da sua cultura. Uma festa que se renova de ano para ano: na concepção, na construção, no conteúdo político e cultural, no artesanato, nas gastronomia e até nos visitantes.

O facto de a Festa do «Avante!» se realizar ao mesmo tempo em que decorre em Portugal a Expo'98 não poderá ser-lhe prejudicial?

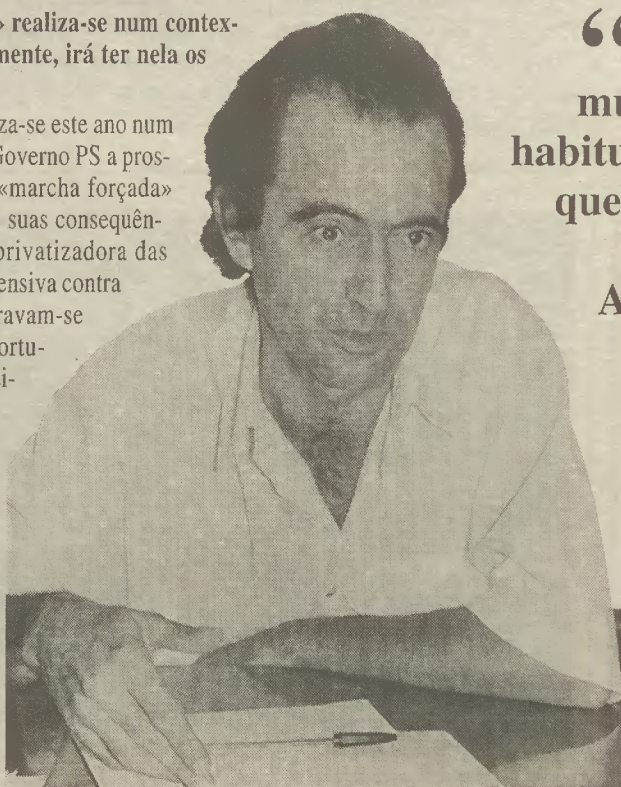
São duas realizações importantes mas com características diferentes. Além disso, a Expo prolonga-se por vários meses, enquanto a Festa ocorre apenas durante um fim-de-semana.

Aliás, é precisamente por se prever que muitos dos visitantes habituais da nossa Festa quererão aproveitar a sua deslocação à Atalaia para visitar também a Expo, que este ano o acampamento abrirá uma semana antes da Festa e encerrará uma semana depois.

Os próprios transportes fluviais que a Expo vai organizar poderão potenciar essa possibilidade aos visitantes da Festa que vêm de longe.

Bem, e que novidades propõe este ano a Festa?

A discussão não está ultimada. Há, porém, algumas linhas de

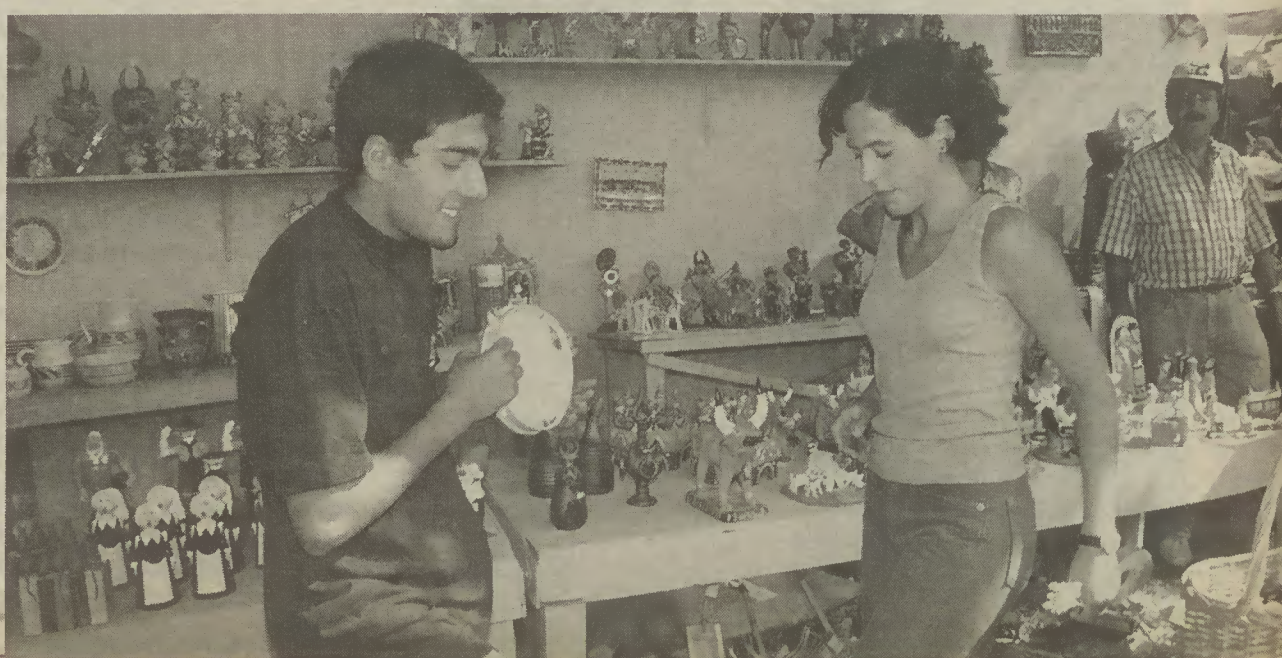


“Por se prever que muitos dos visitantes habituais da nossa Festa quererão aproveitar a sua deslocação à Atalaia para visitar também a Expo, este ano o acampamento abrirá uma semana antes da Festa e encerrará uma semana depois.”

força que podemos desde logo adiantar. A festa será politicamente marcada por uma grande afirmação do PCP como pólo aglutinador da esquerda para a construção de uma alternativa, abordará a situação política e social que vivemos, tratará os problemas e as grandes lutas dos trabalhadores. Os referendos, as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República são batalhas políticas que percorrerão também o espaço da Festa, assim como a afirmação da juventude como força social. Grande expressão na Festa terá igualmente a comemoração dos 150 anos do Manifesto Comunista - cuja actualidade ficará patente aos olhos dos visitantes. A Conferência Ibero-americana que em Outubro se realiza deverá ter também os seus reflexos na Festa, através de uma campanha de solidariedade com Cuba.

Mas, em termos políticos, os pontos altos da Festa serão naturalmente a sua abertura e o comício. Ainda que este ano estejam previstos mais debates e mais espaços para debate e as Direcções Regionais estejam, elas próprias, a organizar alguns debates.

O objectivo é, então, pôr o acento tónico na vertente política?



FESTA

Avante!

Uma festa que se renova

“Os referendos, as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República são batalhas políticas que percorrerão também o espaço da Festa, assim como a comemoração dos 150 anos do Manifesto Comunista.”



É permitir dar ao visitante a ideia da Festa do Avante não só como um espaço de convívio mas também como um espaço para troca de opiniões e debates - o que, por vezes, não resulta inteiramente claro para o visitante. Por outro lado, vai ser dada particular atenção à qualidade das exposições, quer no Pavilhão Central quer nos restantes stands, de forma a reflectir melhor o momento político e a vida do Partido.

Outra ideia forte é dar uma maior projecção ao «Avante!», seja no Pavilhão Central, seja em todo o recinto da Festa.

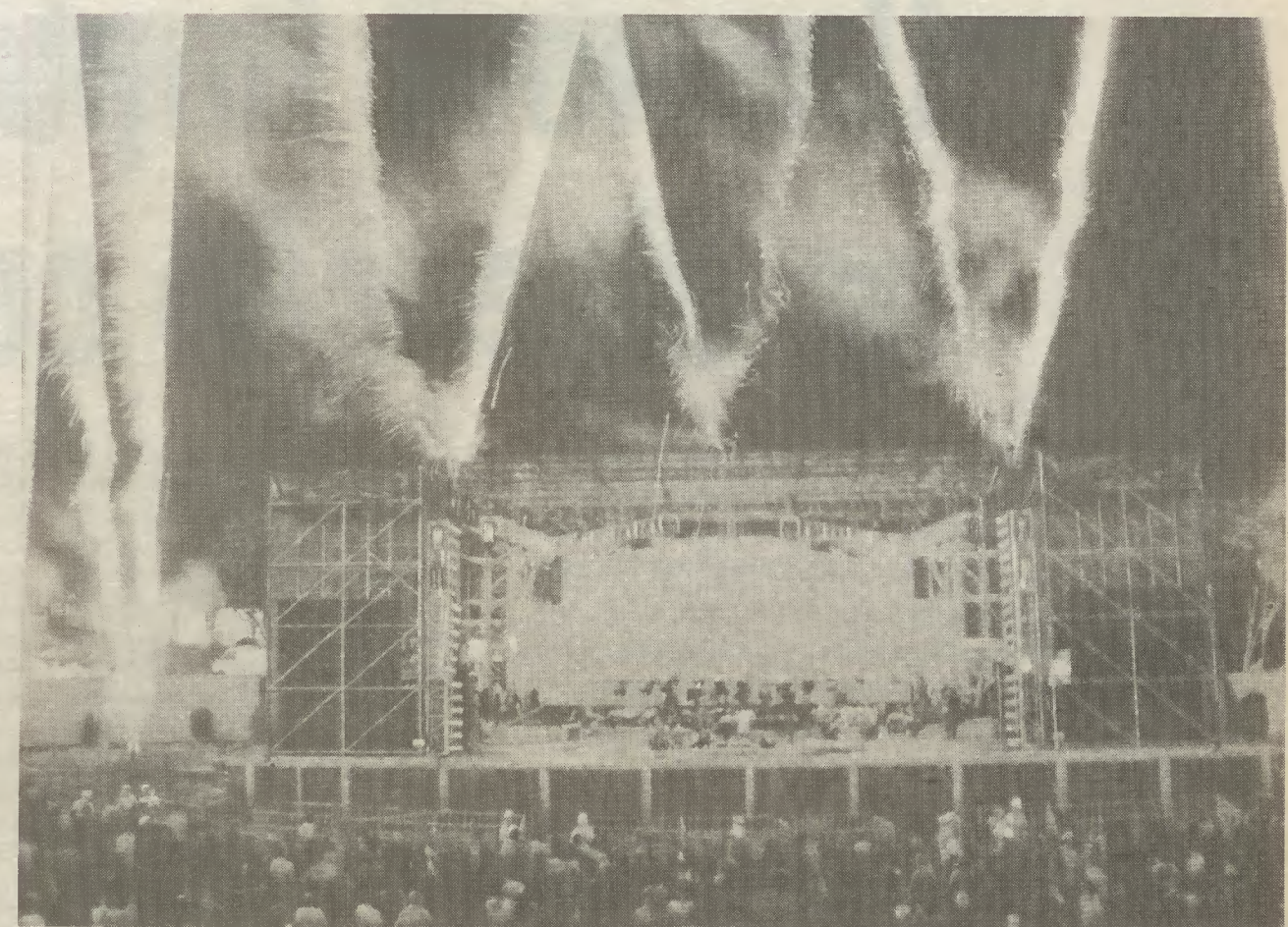
E em termos culturais, com que novidades podemos contar? Embora este ano não seja ano de bienal, está-se a trabalhar no

sentido de haver uma exposição sobre a qual será dada em tempo oportuno a devida divulgação mas que desde já podemos adiantar ser uma iniciativa de grande interesse. A Ciência é outra área que este ano terá um tratamento privilegiado. Por fim, o recinto da Festa terá «pinceladas» novas e decorativas, ou seja será todo ele decorado com grandes painéis pintados por autores que vão do jovem artista ao artista consagrado.

Não falaste dos espectáculos que, este ano, vão ter na Expo uma grande concorrente.

É óbvio que, neste campo, tivemos naturalmente em conta as muitas realizações que ao longo do ano ocorrerão no País, com particular destaque para as da Expo. Esperamos ter até finais de Maio o programa de espectáculos completo mas pode-se desde já dizer que iremos procurar que os espectáculos da Festa mantenham a qualidade e a novidade que os têm caracterizado.

“(...) sendo o preço da EP de 2500\$00, este valor sofrerá um desconto de 20 por cento se a EP for adquirida antes da Festa. Quem a comprar, atempadamente, pagará por ela apenas 2000\$00. Mas na altura própria serão dadas mais informações.”



Para já, em termos de palcos, para além do Palco 25 de Abril e do Auditório 1º Maio onde costumam verificar-se os grandes espectáculos, o Palco Novos Valores este ano vai permitir na sua grelha a apresentação de alguns grupos seleccionados na base de festivais da canção organizados por alguns Direcções Regionais para promoção da Festa. O Palco Arraial, por sua vez, permitirá a representação na Festa de ranchos folclóricos, coros e as várias expressões musicais de todo o País.

Isto para não falar da animação de rua, da feira do livro e do disco, do teatro, do desporto ou do espaço internacional que têm sempre na Festa um grande peso. O artesanato vai ter uma atenção maior e a gastronomia vai ser mais cuidada.

Isto é, as organizações estão a preparar a sua presença na Festa, procurando melhorar o conteúdo da sua intervenção.

Quando sai a EP?

Esperamos ter a EP à venda em finais de Abril. Este ano existe um elemento novo em relação à EP, que vai certamente criar uma nova dinâmica na sua venda pelas organizações. É que, sendo o preço da EP de 2500\$00, este valor sofrerá um desconto de 20 por cento se a EP for adquirida antes da Festa. Quem a comprar, atempadamente pagará por ela apenas 2.000\$00. Mas na altura própria serão dadas mais informações.

E para quando o arranque da Festa?

Estão definidos alguns objectivos. Durante todo o mês de Abril a Festa será divulgada no interior do Partido e nas realizações de massas. Maio e Junho serão meses para colocar a Festa «na rua», ou seja, proceder à sua divulgação através de um folheto próprio sobre a Festa (data, características, etc.) e da colocação de grandes painéis e de Mupis, nomeadamente nos percursos da Expo.

Mini-exposições sobre a Festa serão ainda colocadas nos Centros de Trabalho e nas várias iniciativas do Partido, assim como nos pavilhões do Partido montados em festas locais.

Em Julho e Agosto, proceder-se-á à divulgação política e cultural da festa, com a saída do jornal dos espectáculos, da revista da Festa e de uma nova série de mupis e Outdoors. Para além, naturalmente, da sua divulgação nos vários órgãos de comunicação social.

Será que desta vez vamos ter o programa da Festa com alguma antecedência?

Estamos a contar que este ano o programa esteja na rua bastante antes do início da Festa. Aliás, pretende-se mais. Pretende-se melhorar o conteúdo da revista para que não sirva apenas para consulta da grelha de espectáculos mas de outros elementos com tanto ou maior interesse na festa.

Por outro lado, para além dos materiais centrais, as organizações regionais estão a elaborar os seus próprios materiais de divulgação, quer nos boletins que já existem quer em folhetos exclusivamente virados para a Festa.

Podemos desde já contar com uma grande festa?

Pensamos que sim. O êxito da Festa depende em grande medida do empenhamento e da mobilização do Partido. É necessário que em toda a dinamização da vida orgânica, nas reuniões, nos plenários, nas assembleias, seja divulgada a Festa, seja preparada a forma como cada organização vai participar nas múltiplas tarefas que a Festa do «Avante!» coloca: a divulgação da Festa, a venda da EP, participação nas jornadas de trabalho, preparação das tarefas para o funcionamento da Festa.

Um novo impulso na direcção certa

■ FRANCISCO LOPES

Membro da Comissão Política

NOS ÚLTIMOS tempos, o PCP tem sido objecto de um tratamento nos órgãos de comunicação social, como há muito não se via. Depois de, a propósito das últimas eleições autárquicas, terem proferido proclamações arrasadoras, que apesar do insucesso, a manutenção no essencial da influência da CDU não consentia, é agora a vez de comentaristas, editorialistas, pécêpólogos e figuras já conhecidas de outras situações, virem pronunciar-se sobre o PCP em relação com o novo impulso decidido na última reunião do CC.

O frenesim, as leituras parciais e tendenciosas são tais que se justifica a abordagem da questão, até porque há impulsos e impulsos.

Há quem procure fazer do novo impulso para o fortalecimento do PCP decidido na última reunião do Comité Central, não aquilo que levou o CC a decidi-lo, a superação de insuficiências e debilidades, o reforço da organização, intervenção e afirmação política do Partido, no quadro das conclusões do XV Congresso e da natureza, identidade, objectivos e ideais do PCP aí confirmados, mas um processo de transformação e descaracterização do Partido. E não só apreciam assim a reunião do CC como teorizam e insistem numa leitura e num processo que pretende fazer caminho para tal objectivo.

O PCP é um partido incómodo para os interesses dominantes no nosso país e no mundo, que assume a defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e de todas as camadas atingidas pela política de direita e pelo grande capital, cujos interesses e domínio crescente sobre a vida nacional não tem receio de afrontar. Um Partido que defende activamente os interesses da população numa atitude corajosa como ainda recentemente ficou demonstrado na iniciativa de denúncia e apelo ao protesto dos utentes contra o aumento dos telefones. Um Partido que está à frente das aspirações e das lutas dos trabalhadores, da juventude e do povo português. Um Partido que intervém nas autarquias, na Assembleia da República e em outras instituições na resistência a políticas negativas e na resolução dos problemas dos trabalhadores e do povo, na construção de um futuro melhor. Um Partido indispensável e insubstituível para uma alternativa democrática, para uma política de esquerda capaz de dar resposta aos problemas nacionais. Um Partido que integra a sua intervenção na luta mais ampla pela concretização de uma sociedade mais justa, uma sociedade livre da exploração e da opressão.

Há naturalmente quem veja com interesse, apoie e trabalhe, aliás há muitos anos, para dar um impulso ao PCP, de modo a que ele deixe de ser tudo isto que é. Para os interesses instalados, numa situação em que PS, PSD e CDS/PP convergem na mesma política, atrair o PCP ou neutralizá-lo seria criar o sistema político perfeito.

Não foi este o novo impulso decidido pelo CC e que os comunistas procuram concretizar no dia-a-dia da sua intervenção militante.

Quando dão um forte impulso à renovação e rejuvenescimento das organizações e estruturas partidárias, fazem-no no sentido de novas adesões, da essencial integração orgânica e responsabilização aos mais diversos níveis de jovens, numa maior atenção ao papel, acção e reforço da JCP, a promover simultaneamente com o aproveitamento harmonioso e dialéctico da experiência e capacidades de outras gerações de comunistas de modo a aproveitar o saber e a força do colectivo partidário, com a certeza de que todos aprendem com todos. E não na base de roturas importadas, de artificiais conflitos de gerações, do desperdício da contribuição ou da reforma política de militantes mais velhos. Os ideais e as convicções não se reformam e o Partido não só tem tudo a ganhar com o contributo de todos de acordo com as suas possibilidades como deve estimulá-lo.

Quando colocam a necessidade da acção para o reforço da organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores fazem-no porque o PCP é o partido da classe operária e de todos os trabalhadores e para o ser de facto tem de defender os seus interesses, tem de deffrontando e ultrapassando múltiplos obstáculos intervir onde eles estão, viver os seus problemas, sentir as suas aspirações, trabalhar para a sua organização e esclarecimento, garantir a sua responsabilização aos diversos níveis da estrutura partidária, criar condições para que assumam das mais altas responsabilidades no plano social e político, vencendo tendências e valores dominantes na sociedade que tendem à sua marginalização e discriminação. Fazem-no porque grandes mutações sociais como a diminuição da população activa nos campos, a elevação do número de trabalhadores dos serviços, a destruição de grandes

empresas, a deslocalização das actividades industriais, um mais elevado nível de formação, introduzem alterações significativas, mas não só não acabam com a classe operária, como alargam o número de assalariados. O mundo de hoje, este em que vivemos, é o mundo em que aumenta a exploração, em que se agravam as desigualdades e injustiças sociais, em que se processa uma profunda ofensiva do grande capital à escala nacional e internacional para pôr em causa direitos, em que os conflitos e luta de classes se intensificam. Luta

em que intervêm sectores muito dinâmicos, mas em que pese todo o dinamismo do grande capital na defesa dos seus interesses e até por isso, é no dinamismo da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, que inclui no nosso país uma elevada quantidade de jovens, que o Partido deve em primeiro lugar reforçar as suas raízes. É aí que se encontram as forças mais capazes de resistir, mais capazes de conquistar direitos e concretizar aspirações. Forças que são o esteio mais sólido da luta por uma alternativa democrática e por transformações sociais mais profundas a concretizar em associação e com a participação alargada da juventude e de outras camadas e sectores sociais vítimas da política de direita, nas quais o PCP

o fortalecimento do Partido Comunista Português, visam um Partido mais forte para as batalhas de hoje e de amanhã.

É este e não outro o novo impulso que os comunistas se propõem dar ao seu Partido. O PCP foi, é e será obra dos seus militantes, em profunda ligação com os trabalhadores e o povo português, que não deixarão de estar atentos, como sempre estiveram, nem deixarão de dar resposta, como sempre deram, àqueles que querem afastar o PCP dos seus objectivos, que gostariam de o ver neutralizado e enfraquecido e que mais uma vez se mostram particularmente activos.

Sejam quais forem as dificuldades e as campanhas de pressão ideológica que se nos coloquem, atentos, debatendo com frontalidade, o caminho é agir para o reforço do Partido Comunista Português, com a sua história ímpar, a sua natureza e identidade inconfundíveis, ligando-o cada vez mais aos trabalhadores, à juventude, ao povo, projectando-o para o futuro.

O PCP é a esquerda que faz a diferença, é a esquerda comunista.

O PCP tem um ideal e um projecto que se aperfeiçoa e enriquece com a experiência da vida. A intervenção e luta do PCP não se limita à proclamação do seu projecto, baseia-se na acção em torno dos problemas do quotidiano, das preocupações e aspirações dos trabalhadores, do povo português, inserida na proposta e luta por uma alternativa e na perspectiva de mais profundas transformações sociais.

Mas nenhum processo de transformação social é possível se não for afirmado, na sua configuração geral e na sua

O PCP foi, é e será obra dos seus militantes, em profunda ligação com os trabalhadores e o povo português, que não deixarão de estar atentos, como sempre estiveram, nem deixarão de dar resposta, como sempre deram, àqueles que querem afastar o PCP dos seus objectivos.



tem que igualmente reforçar as suas raízes e de cujas aspirações é o intérprete mais coerente.

Quando se propõem elevar a militância, valorizar o papel do militante, associando a responsabilização de mais quadros não funcionários ao reforço do quadro de funcionários do Partido, rejeitando dicotomias e contraposições, a par do empenhamento para o reforço das organizações de base com um movimento geral e planificado de Assembleias das Organizações, visam, no quadro dos princípios de funcionamento do Partido, que é preciso defender e valorizar, a continuação e aprofundamento de medidas para

relação com as questões do quotidiano. A dificuldade da concretização dos ideais e projecto do PCP num horizonte próximo, não pode ser motivo para os apagar, esquecer ou meter na gaveta.

Os ideais, projecto e valores do PCP, a sua afirmação convicta e permanente, o combate ao capitalismo cuja natureza e limites e evolução dos últimos tempos está a tornar mais clara, a luta por uma nova sociedade, constituem traços que identificam e diferenciam o PCP, são factores de atracção de largos sectores, particularmente da juventude e representam componentes fundamentais para a afirmação e o reforço do Partido.

A taxa Tobin

O processo de globalização, tal como se vem concretizando, revela-se cada vez mais como uma nova fase do capitalismo. Mais do que abater fronteiras, o processo de globalização vai eliminando os poderes dos Estados em matéria de política económica e de políticas sociais e ambiental, possibilitando uma mais intensa e brutal exploração.

A especulação bolsista e cambial, feita à escala global do Mundo, permite ganhos astronómicos, com consequências devastadoras sobre os países e sobre as empresas atingidas. A recente crise asiática levou a miséria e a fome a milhões de seres humanos, desde a Coreia do Sul à Indonésia. Mas enormes fortunas foram feitas durante as crises das bolsas, designadamente em Hong Kong e Singapura.

Expressão à escala mundial do modelo de neoliberalismo dominante, o processo de globalização exige cada vez mais uma resposta também global, por parte da "entente" de forças sociais e políticas que se deverá formar entre os que se lhe opõem. É uma frente difícil, muito incipiente ainda. Mas é um caminho que cada vez mais se apresentará como necessário.

É particularmente no campo da imposição de garantias e direitos sociais e ambientais que uma tal luta se poderá e deverá desenvolver. Mas, algumas ideias, não necessariamente novas ideias, podem dar um significativo impulso a essas lutas e à organização de escala mundial que exigem. Poderá ser o caso da taxa Tobin.

James Tobin é um reputado e conhecido economista americano, nascido em 1918. Formado na elitista Universidade de Harvard, foi professor muitos anos em Yale, tendo recebido em 1981 o prémio Nobel da Economia, pelos seus trabalhos de investigação na área financeira e monetária, particularmente sobre as relações entre os mercados financeiros e o emprego, a produção e os preços. Teve responsabilidades na Administração

Americana no tempo do Presidente Kennedy, de quem foi conselheiro para a área económica. Aluno de Schumpeter, James Tobin pertence ao núcleo de defensores de Keynes, que criticam e se opõem à moda ultraliberal e à devoção absoluta pelo valor do mercado cego.

Mas, o que o tornou conhecido e lhe deu grande reputação internacional foi a proposta formulada em 1972, durante umas jornadas da Universidade de Princeton, de ser aplicada uma taxa a todas as transacções monetárias em todo o mundo. A taxa Tobin, nome pelo qual passou a ser conhecida, foi proposta com o objectivo de garantir aos Estados meios para a realização de políticas macro-económicas, e também para estabilização dos mercados financeiros afectados por uma extrema volatilização, designadamente pela extrema curta duração de muitas das suas operações especulativas.

Apresentada nestes termos, a taxa Tobin foi tomada como uma proposta capaz de gerar fundos para algumas grandes causas da humanidade. Não faltou quem propusesse que as suas receitas fossem entregues à ONU, considerando designadamente que o seu valor seria suficiente para erradicar as formas extremas de pobreza que mancham países do terceiro mundo.

Os volumes envolvidos são verdadeiramente astronómicos. Calcula-se em 1.500 mil milhões de dólares diários o volume financeiro que anda em circulação à procura das melhores oportunidades para ganhar com as flutuações das divisas. A esmagadora maioria dessas transacções fazem-se em movimentos de ida e volta, em prazos tão curtos, a não ultrapassarem os sete dias. Um especulador cambial deixou uma fórmula que resume tudo: "O longo prazo, para mim, são os próximos dez minutos."

Os resultados da aplicação da taxa Tobin, por mais pequena que fosse, seri-

am assim sempre enormes. O número mais recente aparecido publicamente refere que a aplicação de uma taxa de 0,1% permitiria recolher anualmente qualquer coisa como 30 mil milhões de contos. Uma tal soma anual, aplicada por exemplo em programas de irradiação da pobreza em países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina, permitiria dar nova face a muitos países e outras bases para o seu desenvolvimento. Com os números indicados no Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU, os 30 mil milhões de contos dariam aos organismos especializados da ONU e às organizações humanitárias meios orçamentais significativos, para incrementarem a sua intervenção.

A taxa de 0,1% significa que quem fizesse uma transacção de mil contos

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

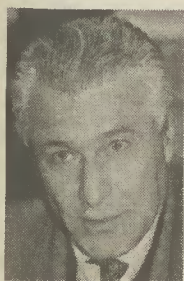
pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

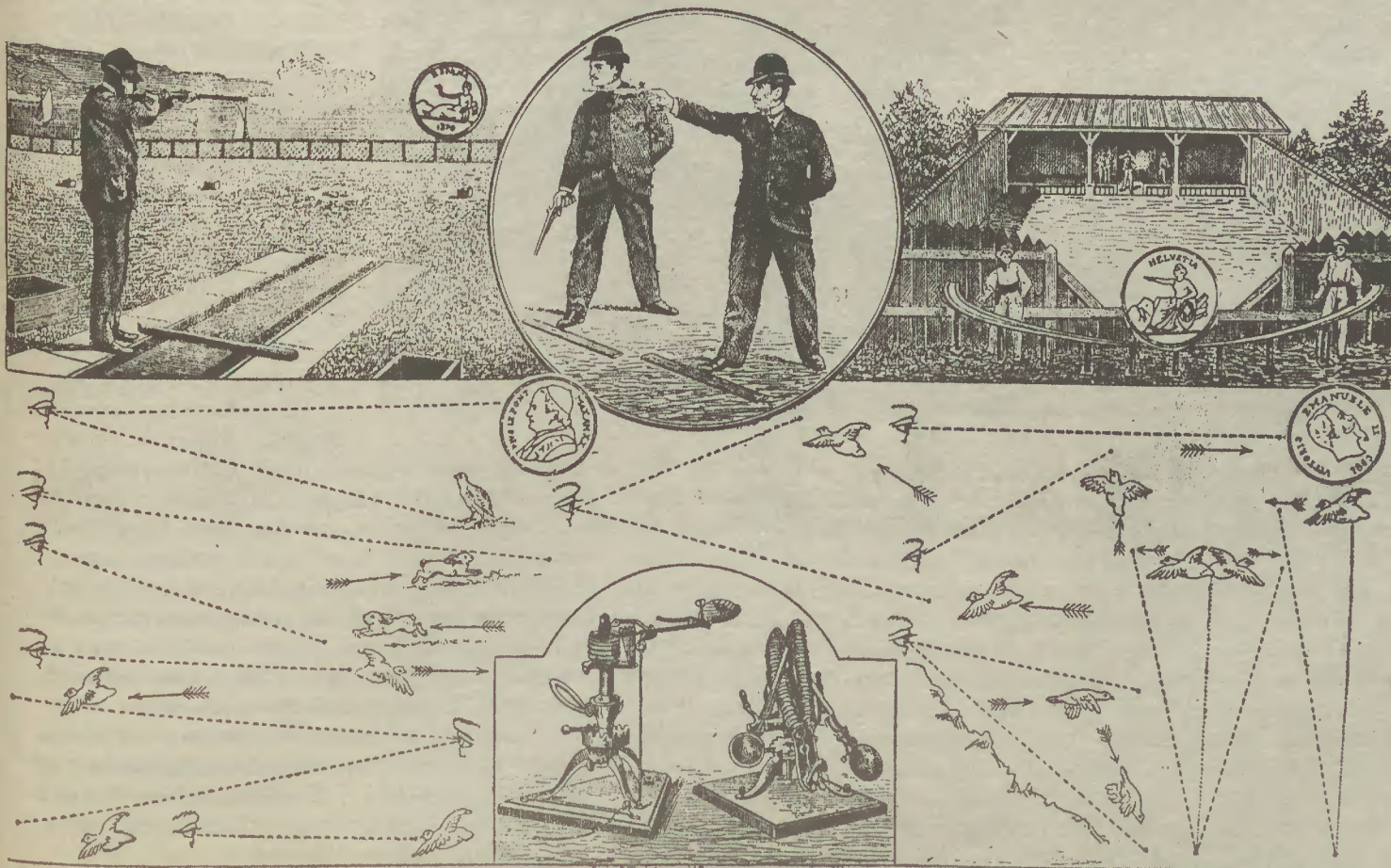
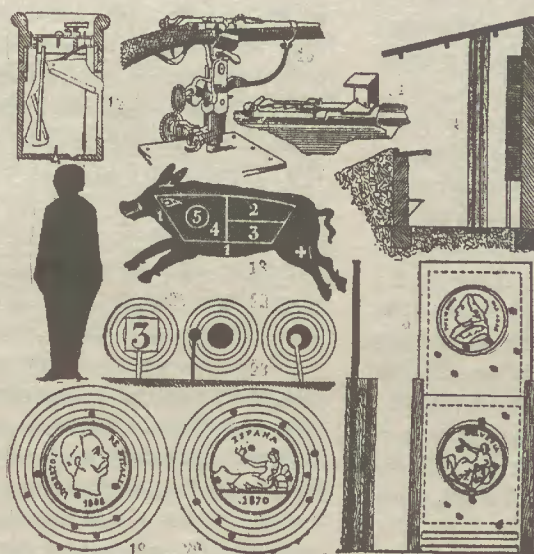
pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!

pagaria o valor irrisório de um conto, menos que o imposto de selo. Mas a taxa penalizaria fundamentalmente os especuladores, que fazem sucessivas operações cambiais. Para um cidadão ou empresa que faça um negócio anual de mil contos, a taxa é de mil escudos. Para um especulador que use mil contos, aqueles mil escudos multiplicam-se pelo número de operações especulativas: por 10, por 20, por 50!



João Amaral



Desenvolvimento ganancioso

As propostas de *desenvolvimento rápido* ou de *milagre financeiro* fazem parte do conjunto de ilusões que a sabedoria popular vê com a justa desconfiança traduzida no ditado: “Quando a esmola é muito grande o santo desconfia.”

O Brasil tem fartos exemplos de lindos sonhos que, há cerca de meio século, levam o país com a sua numerosa população para o buraco. Sonhos de grandeza, de riqueza fácil, de privilégios concedidos por Deus – natureza rica, cordialidade nas relações sociais, mulheres e homens belos resultantes da miscigenação de tipos físicos dos quatro cantos do mundo, vivacidade intelectual como produto do intercâmbio entre as várias culturas sem as amarras de preconceitos que cada uma carrega no seu país de origem, e mais outros factores que produzem um bom futebol, uma música capaz de encantar qualquer povo, danças e teatro de qualidade. Com esta ficção, alimentada por políticos e intelectuais ufanistas, para não falar na indústria publicitária contratada, o brasileiro tornou-se *crédulo, ingênuo*, massa moldável por qualquer propaganda.

O amor que os brasileiros têm pelo seu país, pelas coisas simples da vida, que está na origem da sua natural alegria e cordialidade, nada tem a ver com as manias de grandeza e as pretensões de *povo escolhido* que foram criadas artificialmente para *vender qualquer produto*. O velho orgulho patriótico, da terra e da gente brasileira, prendia-se aos valores éticos, à capacidade de ser solidário e amigo, à aceitação de condições duras de vida contornadas pela criatividade inteligente e pelo bom humor realista. Os sonhos tinham base na realidade conhecida e vivida, a crença mística era respeitosa e ligada à ideia de *fazer por merecer*. O contrário da espreiteza cínica, da vaidade sem escrúpulos, da presunção e prepotência, marcadas pelo poder social e económico, que hoje maculam a imagem nacional.

Quando começou a mudar?

A mudança de estilo corresponde à que se deu historicamente em todos os sectores do país entre os anos 40 e 50 com o empenho no sentido da industrialização e de modernização da sociedade. Foi uma mudança na mentalidade com forte componente ideológico. Saímos do Brasil rural, do gosto bucólico, do apego às tradições, para entrar no desconhecido que era importado, imitado, copiado sem verificação dos impactos sociais, culturais, ecológicos, económicos e políticos que abalaram profundamente a sociedade e a própria construção nacional.

O Brasil entrou na onda da modernidade e a classe média em ascensão dedicou-se a mascarar uma realidade que lhe dava complexo de inferioridade – o *subdesenvolvimento*. Adoptou uma atitude arrogante, afirmativa, prepotente e cínica, que a aproximava de camadas ricas estrangeiras enquanto afastava da população mais desfavorecida e mesmo de sectores intelectuais que defendiam os valores culturais tradicionais. Foi a ponte para o domínio imperialista através de uma elite testa-de-ferro. A política nacional foi dominada pelo *desenvolvimento*, ou seja, pela ideia de que é o crescimento económico que proporciona o desenvolvimento.

A lógica desenvolvimentista entusiasma a elite que se fortalece por duas razões fundamentais: adopta padrões considerados superiores (aos quais só ela tem acesso) e impede a participação popular (que ameaça o seu poder). O ponto alto alcançado em termos de política nacional foi atingido com a construção de Brasília onde os edifícios governamentais têm uma sumptuosidade que é uma afronta à miséria da maioria dos brasileiros. Mas, se tivesse ficado só por aí talvez não causasse os macro-prejuízos que hoje assolam o país. Infelizmente, o modelo desenvolvimentista fez de algumas cidades

os pólos de atracção de milhões de pessoas carentes além de indústrias poluidoras e empresas inescrupulosas. Em decorrência de cada um destes factores, as cidades cresceram

sem plano urbanístico, tornaram-se ambientes nocivos à saúde e produziram os maiores problemas sociais.

A negação dos valores populares

Os valores artísticos populares, sobretudo na música, foram tratados como *folclore* para dar a cor exótica valorizada comercialmente. Recentemente, em entrevista televisionada, uma destacada cantora, da elite intelectual, referiu a existência de “*apenas três grandes cantoras*” (entre as quais ela própria) na década de 70, esquecendo (ou apagando do cenário) várias outras muito maiores que ela mas sem o *status* socioeconómico que lhe dá autoridade e cria audiência. Fiquei impressionada com a falsidade da afirmação pública e com o descaramento da autopromoção artista que não existiria sem a longa criação de dezenas de autores populares. Será que ela tem consciência da imbecilidade afirmada? A arrogância com que se apresenta é uma couraça para vencer a selva da comunicação social ou será um reflexo do que vai por dentro daquela cabeça ilustrada com conceitos intelectuais recolhidos em trechos de livros e conversas sociais?

O caso dela só interessa como símbolo de uma situação geral. Quem não pertence à elite é complemento útil, ou inútil, dos programas que ela cria. Em meio a luzes, sonorização e roupas deslumbrantes, poucos lembram que são seguidores de uma velha escola artística cujos expoentes morrem na miséria (como ocorreu recentemente com Sílvio Caldas, cuja casa estava sendo reclamada pelo banco que fez a hipoteca para que a família pudesse pagar os tratamentos de saúde daquele criador e intérprete da música popular).

Uma cultura antipatriótica

Este abandono do popular, da realidade do país, da capacidade de observação e aprendizagem científicas, teve e tem efeitos

vimento. Reuniam ignorância e autoritarismo subordinando o país ao domínio externo dos países (ou empresas transnacionais), exportadores de ideias e produtos.

Sob a bandeira do desenvolvimento floresceram os *fazedores de milagres económicos*. Apesar dos históricos tombos causados pelo *fim do milagre* brasileiro durante a ditadura, hoje voltamos à velha mania com o *milagre da moeda estável*. A *inadimplência* (situação dos credores que deixam de poder pagar os seus compromissos) tornou-se um dos termos mais utilizados no país e passou a uma categoria que necessariamente terá de contar com a compreensão do sistema para não transformar a grande maioria em réus como devedores. Por exemplo, considera-se já como natural que as pessoas empenhem os seus salários em prestações para as compras do Natal e depois descubrem que não podem pagar em Fevereiro ou Março quando começam as despesas com as escolas dos filhos. Ou então os que fizeram os planos de pagamento por 36 meses mas perderam o emprego antes de acabarem de pagar a casa ou o carro, ou outro produto qualquer (inclusive os cursos particulares ou os convénios médicos). Se todos fossem punidos, devolvendo o que compraram e sendo processados judicialmente, o comércio (inclusive o da habitação, da educação, da saúde, dos seguros, etc.) entrava numa crise insanável.

A *inadimplência* é um problema do comprador e do vendedor, porque é um problema da sociedade em equilíbrio instável. A instabilidade deriva das políticas milagreiras que alimentam a globalização, mantém o poder das elites e afunda o *Terceiro Mundo* (termo que desagrade à elite intelectual e política).

A destruição da natureza assusta!

O crime causado pelas estratégias desenvolvimentistas só foi detectado ao nível dos prejuízos visíveis na natureza. Mesmo durante a ditadura (que importava empresas poluidoras), descobriu-se que o país estava sendo envenenado e destruído fisicamente. Foi um passo importante a descoberta da ecologia pelos governantes brasileiros. Mas não foi suficiente para substituírem uma visão meramente tecnocrática, na qual impera a modernização e a industrialização, para abrangerem os problemas do ser humano necessariamente vinculado à natureza.

Espartilhados por uma racionalidade essencialmente técnica, quando não de especuladores financeiros, permitiram a degradação ambiental (construções nas linhas de água, encostas, vales, etc.) na expansão necessária das cidades, fecharam os olhos à ausência de infra-estruturas urbanas e às carências de escolas, postos de saúde, segurança civil, cuidando apenas de recursos legais para impedir as alterações dos planos urbanísticos. Isto para não falar na extracção de areias, minérios, madeiras, animais raros e, sobretudo, na escravidão de pessoas (trabalho de crianças, não pagamento de salários, prostituição, venda de órgãos e de pessoas para as redes de crime organizado).

Quando começaram a proliferar as ocupações de terrenos periféricos às cidades tocando o interesse dos grandes proprietários e as polí-

cias não conseguiram evitar sem o recurso às armas, é que as autoridades despertaram para a magnitude do problema social que não se resolve com autoritarismo e sem planeamento. Assim também ocorreu com as ocupações de terras agrícolas que obrigou o governo a encarar apressadamente a necessidade de uma reforma agrária. Os *sem terra* e os *sem tecto* hoje constituem uma realidade tão visível quanto os fenómenos ecológicos. Descobre-se que o ser humano, tal como a natureza em geral, deve ser preservado **na sua integridade** para que a sociedade não entre em colapso.

Lentamente, a sociedade descobre que não é mais possível mascarar os problemas com promessas de milagres. Não há santo que aguarde! Está na hora de substituir as receitas da elite para melhorar as aparências pelo estudo sério das raízes profundas das desigualdades que destroem a sociedade.



nefastos nos planos políticos adoptados até por governos mais democráticos na história brasileira. Analistas do desenvolvimento nacional responsabilizam as estratégias *desenvolvimentistas* por décadas de atraso na organização da produção, no ordenamento urbano, na protecção da natureza e inclusive na formação cultural da própria população. O exemplo mais gritante de *estratégia antipatriótica* foi durante a ditadura militar quando a propaganda governamental era: “O Brasil é um país que não tem nenhuma restrição, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a poluição, porque o que queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento.”

Além da falta ética, os governantes de então desconheciam as características ambientais e não estavam interessados em procurar os caminhos adequados às *condições naturais* de desenvol-

■ Rosa Xisto

12º Congresso da FDI

As mulheres e o direito ao emprego



A Federação Democrática Internacional das Mulheres - FDI realiza em Novembro deste ano o seu 12º Congresso. A situação das mulheres a nível mundial determina que "O direito ao emprego" seja um dos temas centrais em debate. Cabe ao Movimento Democrático de Mulheres dinamizar esta discussão a nível da Europa, estando, para o efeito, já agendado, para inícios de Julho, um Encontro em Bruxelas.

O facto de nos encontrarmos a menos de dois anos do novo milénio, obriga a que com acrescida urgência nos detenhamos na análise do exacto ponto em que nos encontramos relativamente ao que constitui a base essencial da emancipação da mulher: o direito a exercer uma actividade remunerada e a encontrar os caminhos que permitam os passos decisivos, fazendo a História evoluir mais rapidamente nesta matéria.

Hoje a efectivação do direito ao emprego é um dos mais graves problemas sociais, em Portugal e na Europa. No mundo, o desemprego é comparável a uma bomba de efeito retardado com reflexos que se repercutem em expansão. Problema que afecta todos os trabalhadores, sejam mulheres ou homens, mas com agravamentos específicos em relação àquelas.

Constatamos ainda que a presença feminina no mercado de trabalho corresponde a uma tendência de fundo. Os perfis das taxas de actividade femininas e masculinas estão cada vez mais próximas. No entanto, o emprego feminino continua mais segmentado e mais precário. Mantém-se, na generalidade, uma separação nítida entre empregos femininos e masculinos; mantêm-se sistemas de segregação e de marginalização das mulheres; mantêm-se a discriminação salarial.

Esta involução ao nível da qualidade do emprego resulta da execução das políticas neoliberais seguidas em Portugal e pela maioria dos governos europeus, com a aplicação de medidas coercivas no plano político e social, de desregulamentação laboral e de desmantelamento dos esquemas de segurança social e permitindo-se ao patronato que utilize a repressão, os baixos salários, os atentados aos direitos sindicais, o não cumprimento das leis nacionais ou internacionais (Conferências da OIT, de Pequim, directivas europeias, etc.).

Este modelo político é responsável pelas situações que violentam o quotidiano das mulheres e dos homens em Portugal, na Europa e no mundo. Não são situações que existam por acaso ou por razões exteriores aos países: resultam de decisões de governos. É desta forma que a precariedade, a exclusão social e a perda de cidadania se instalam. O desemprego situa-se a níveis perigosamente altos: na Europa atinge 20 milhões de pessoas. Em Portugal as mulheres representam 58% do desemprego. São jovens até 25 anos 64%; jovens licenciadas 64%; mulheres com mais de 40 anos 54%.

O desemprego de longa duração é uma realidade que atinge de sobremaneira as mulheres, particularmente a partir dos 40 anos para quem se torna cada vez mais difícil a retoma do emprego e que quando, eventualmente, acontece se traduz em perdas do estatuto profissional. A fragmentação e a subversão da relação de trabalho é uma realidade com rosto feminino. Cerca de 2/3 dos novos empregos criados para mulheres são precários.

Hoje a subcontratação e a contratação a termo não são formas de trabalho utilizadas para responder a situações excepcionais mas, pelo contrário, são encaradas em termos estruturais, assumindo a economia paralela ou subterrânea uma função de complementaridade. Não há confronto. Há articulação e convivência. Há, também, um acentuar da impunidade.

Nas grandes superfícies comerciais verifica-se uma permanente subversão do contrato a termo. As empre-

sas fazem promoção dos produtos recorrendo a trabalho clandestino muitas vezes fornecido por empresas alugadoras de mão-de-obra, elas próprias ilegais. Encontramos trabalhadores com contratos ao dia, à tarefa, sem contrato, trabalhadores a receber subsídio de doença, de desemprego, etc. As práticas das empresas avançam no sentido de evitar o vínculo da relação de trabalho normal e subordinado, fugindo a assumir as suas obrigações e os inerentes encargos e responsabilidades: pagamento de férias, contribuições, seguros e impostos. Muitas vezes, não há sequer o cumprimento dos salários mínimos nacionais.

Nas grandes superfícies e centros comerciais os contratos a tempo parcial e o sistema de pagamento à hora chegam a atingir 80% dos contratados, 90% dos quais são mulheres,

Dentro deste quadro de efectiva violência e de negação do direito do acesso ao emprego com dignidade, o trabalho a tempo parcial regista uma tendência de crescimento, verificando-se que as mulheres representam 70 a 90% desse emprego. Na sua maioria no sector de serviços, são pouco qualificados ou mesmo não qualificados.

O crescimento do emprego no sector terciário favorece o aumento do trabalho a tempo parcial com uma maior exploração dos trabalhadores, já que tais horários tendem a ser ajustados aos picos diários de actividade das empresas e serviços. Não há partilha ou criação de emprego; há efectiva diminuição dos salários dos trabalhadores. De facto, a utilização de novas formas de trabalho tornou-se uma forma de fuga às responsabilidades de contratar mão-de-obra nos termos legais.

Assiste-se à manutenção de emprego instável com um número crescente de trabalhadores em condições de vínculo precário durante largos períodos de tempo. De tal forma é uma situação generalizada que a precariedade se torna, cada vez mais, a forma normal de integração dos jovens no mercado de trabalho.

A desregulamentação do horário não faz sentido, por sua vez, porque os trabalhadores vão ocupar postos de trabalho já criados e

integram-se em horários já existentes. Não há uma situação de mutação. Trata-se de liminar fuga às leis existentes.

Não se trata sequer dum problema de competitividade, mas sim de concentração de capital.

A aposta na manutenção destes modelos de desenvolvimento, baseados numa mão-de-obra barata, desqualificada, dócil e sem direitos e na desvalorização do trabalho, significa para as mulheres em particular - porque as mais atingidas -, um deficit de cidadania, uma violação de um dos mais fundamentais direitos, o do acesso ao trabalho. Tais políticas propiciam a exclusão social e a marginalização de grande parte da população que lentamente se funde no silêncio e a quem é imperativo dar voz.

É necessário que perante a fragmentação da relação laboral se proceda à modificação da natureza do trabalho e da organização da empresa: reduzindo o horário de trabalho, permitindo a compatibilização da vida familiar e profissional para as mulheres e para os homens, de forma a manter a dignidade de todos e todos integrar com preocupação pelo seu desenvolvimento pessoal.

Questão que é particularmente importante para os jovens menos qualificados e para as mulheres em desemprego de longa duração, os mais fragilizados pela precariedade do vínculo, pressupondo, cumulativamente, uma política de formação profissional que permita e incentive a sua qualificação. Do mesmo modo são essenciais para as mães adolescentes, mulheres idosas ou mulheres sós com filhos a cargo, por constituírem grupos sociais extremamente vulneráveis à pobreza e ao risco de exclusão se a estas condições se junta reduzida ou nua escolarização e ausência de qualificação profissional.

E se é dispiciendo o balanço da aplicação de medidas de intenção tão vagas e generalistas como a maioria das que integram o Plano Global para a Igualdade, aprovado pelo Governo português em Março de 1997, é, no entanto, urgente, nomeadamente para a área do emprego que as medidas 5, 6, 9 e 10 do Objectivo 3 (Promoção da Igualdade de Oportunidades no emprego e nas relações de trabalho), sejam objecto de discussão com as organizações de mulheres e os sindicatos, no sentido de

concretizando-as, desdobrá-las em planos de pormenor adaptados às diversas condições dos sectores de actividade.

É necessário que o reconhecimento, já adquirido ao nível do discurso, da importância que as mulheres assumem enquanto protagonistas do desenvolvimento, tenha correspondência efectiva ao nível das acções. É necessário inverter a prática actual de impedir e ignorar as medidas capazes de concretizar a sua participação.

Não é possível considerar como correctas políticas que acentam na degradação dos salários, na desresponsabilização dos Estados face à segurança social e à educação, que são geradoras de desemprego, que aumentam a instabilidade e a insegurança. Se o emprego e a igualdade de oportunidades e justa distribuição do rendimento não estiverem na base das preocupações fundamentais.

A preparação do Congresso da FDI constitui um período privilegiado de balanço da situação das mulheres, em particular, no que se refere à manutenção das discriminações no plano do emprego e, no geral, no que respeita à aplicação das conclusões da Conferência de Pequim. Será o primeiro ensaio do balanço do século sobre o estado da concretização da igualdade. Participar nesta discussão será participar no futuro, será participar na discussão do futuro, em relação ao qual as mulheres têm uma palavra determinante a dizer.

No limiar do século XXI, são imprescindíveis novos sinais de mudança que permitam, de facto, que as aquisições do século XX - o reconhecimento dos direitos das mulheres e dos povos à autodeterminação económica - se traduzam num efectivo exercício dos direitos, no avanço dos ideais de justiça, de progresso e de democracia.



Argélia

Um jovem país em busca da modernidade

■ Abdelim Medjaoui
Ex-jornalista do Alger Republicain

Determinada a percorrer os trilhos do desenvolvimento e a construir uma sociedade democrática e moderna, a Argélia não abdica da sua independência e soberania, conquistas que tantas vidas custaram no passado e continuam a custar no presente. Nesta edição, o «Avante!» publica um artigo de Abdelim Medjaoui, antigo jornalista do Alger Republicain, que lança um olhar empenhado e militante sobre alguns dos principais temas da história e da actualidade argelinas.

A sociedade argelina atravessa um período difícil da sua evolução marcado pelo surgimento do fenómeno do terrorismo incrivelmente selvagem que continua enlutar o país. Nunca pensamos que um tal fenómeno pudesse aparecer e desenvolver-se na nossa querida pátria, a qual depois de tanto ter sofrido durante a longa guerra de libertação pensávamos que só poderia aspirar à paz e à estabilidade. Como chegámos a esta situação?

Para responder a esta questão é necessário recuarmos um pouco atrás, à independência. Passados os primeiros anos de alguma estabilidade do poder saído da guerra de libertação, lançámos numa eufórica acção de modernização da sociedade, numa marcha forçada com vista à revolução e construção socialistas. A escala mundial as forças do progresso iam de vento em popa e a nossa luta de libertação tinha dado um grande contributo para isso ao desferir um golpe fatal sobre o sistema colonial francês. Sobreveio o trágico desaparecimento do presidente Houari Boumédiène, num momento em que a construção socialista mundial começava a abrir fendas. À cabeça do Estado colocámos um «rei preguiçoso», como lhe chamou um diplomata francês... (mas) já depois da sua queda, porque durante o seu «reinado» era reputado de «sábio e ponderado» (Mitterrand dixit).

A gestão de Chadli quase que foi fatal à jovem república e ao jovem Estado constituído em pouco mais de uma década à custa unicamente de dificuldades inauditas. Reflectamos um pouco.

No momento da partida dos franceses, em 1962, já não havia nenhuma administração do Estado. O número de quadros existente para substituir os funcionários franceses era ridículo face às necessidades. Mesmo os quadros que existiam não tinham a formação exigida e este facto vai pesar muito sobre a competência e o espírito dos agentes do novo Estado. Para além de que os argelinos não tinham um Estado nacional desde a queda do Estado argelo-turco, em 1830, apesar dos esforços do grande resistente Emir Abdelqader para construir naquela época um Estado nacional.

Apesar de tudo, depois de uma década, a instalação do Estado moderno argelino teve resultados apreciáveis. No plano interno, este Estado conduziu a passo acelerado a modernização da sociedade: lançou a escola argelina que não tardou em dar um número importante de quadros válidos; uma economia nacional na base de um capital nacional consequente, que teve repercus-

sões socioculturais importantes como a electificação do país, que abrangeu mesmo as povoações montanhosas; uma rede importante de abastecimento de água e uma outra de gás de cidade. Tudo isso apesar de um êxodo rural maciço e uma explosão demográfica acentuada que triplicou a população do país.

No plano externo, o respeito conquistado pela revolução argelina durante a guerra de libertação seria reforçado após a independência não apenas pelos progressos realizados na construção interna, mas igualmente pelo lugar que a Argélia ocupava na luta pela emancipação dos povos, pela exploração própria das riquezas nacionais, pelo apoio às causas justas no mundo, nomeadamente as dos povos dominados pelo colonialismo português e pelo regime fascista de Portugal, assim como a do próprio povo português e a sua revolução dos cravos.

O reforço do islamismo

Tudo isto ia sendo gravemente ameaçado pela gestão catastrófica de Chadli e a sua equipa que minou o interior a organização do Estado e a sua autoridade. Chadli considerava-se um monarca e acreditava poder utilizar o seu cargo à semelhança dos outros países autocráticos, em particular árabes e muçulmanos. Muito rapidamente, não apenas as leis foram espezinhadas, o que encorajou o incivismo e a tendência para a anarquia e o caos que aproveitava às forças mais atrasadas, até aqui mantidas em respeito por um Estado moderno e pelas suas leis; mas sobretudo a orientação moderna e progressista que presidia até então aos destinos do país foi posta em causa; para além de que os revezes do socialismo no mundo e o recuo das forças que o proclamavam afectaram esta orientação moderna e a debilitaram ainda mais, num quadro de uma campanha ideológica odiosa e revanchista das forças do capitalismo mundial.

O nosso povo e o nosso jovem Estado não podiam deixar apodrecer as coisas e revoltaram-se contra Chadli e a sua gestão. Mas, tal como sucedera no Irão noutras circunstâncias, as forças retrógradas escudadas na religião decidiram apoderar-se deste movimento de revolta, encorajados por um chefe de Estado renegado e pelo seu partido único caído em descrédito, pensando que a coligação com os islamitas lhes permitiria recuperar a liderança. Organizaram-se as eleições alegadamente pluralistas que deram uma maioria à coligação Islamitas-FLN de Chadli, na qual se integrou um antigo chefe revanchista da revolução que se apoiava numa tendência isolacionista regional. Tratava-se da Frente das Forças Socialistas que pensava poder negociar o seu apoio à coligação em troca de uma atitude mais aberta do Estado face às tendências isolacionistas que estimulava na Kabília sob a autoridade de Ait Ahmed (este último integrou-se também na Internacional Socialista para assegurar um apoio internacio-

nal: assim se explicam as posições da esquerda socialista francesa, e mesmo europeia, perante o drama que abalou o nosso país, e a apreciação que sobre ele veiculou).

Chadli apresentou assim a sua demissão e as eleições foram postas em causa... Os islamitas clamavam contra a ditadura, eles que durante longos meses declararam o seu ódio à democracia, e ameaçaram os argelinos acusando-os de não seguirem o «verdadeiro» islão. Por intermédio de Rabah Kebir, na televisão nacional, intimaram-nos a mudar os hábitos indumentários e outros...

Tinham entretanto organizado campos de treino militar por todo o país e começaram a instalar as suas infra-estruturas guerrilheiras logo que conquistaram os municípios depois das eleições locais, onde empregaram todo o aparelho coercivo sobre os eleitores, sob o olhar vigilante do poder de Chadli.

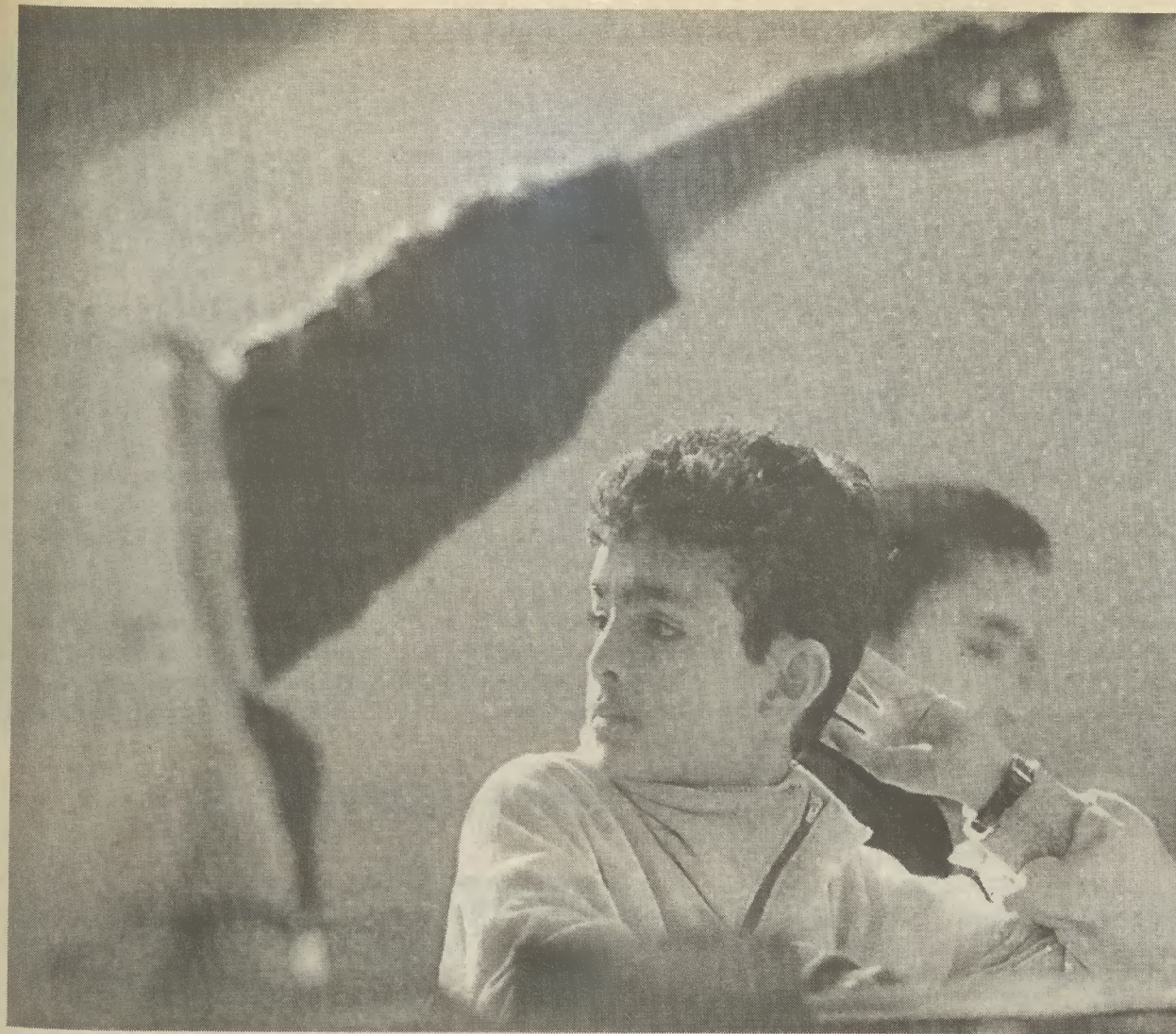
Para além dos explosivos roubados – também aqui com facilidade – nas carreiras e estaleiros públicos onde estes materiais eram utilizados, assaltaram uma caserna na fronteira entre a Argélia e a Líbia, onde, depois de uma matança inqualificável de jovens recrutados, roubaram as armas... tudo isto muito antes das famosas eleições legislativas.

Estas actividades subversivas, largamente conhecidas não só da opinião pública argelina como também opinião pública internacional, não pesaram muito junto dos censores que condenaram a suspensão do processo eleitoral. Mitterrand voltou a clamar: «é preciso retomar o processo eleitoral...», em apoio do seu amigo Chadli.

Perante a interdição da FIS, depois desta ter organizado uma greve insurreccional, a França abriu largamente as portas do «asilho político» aos islamitas que se deram ao luxo de venderem os seus cartões de militantes por elevadas somas de dinheiro, obtendo assim com a maior das facilidades um visto de entrada e asilo em França... A Alemanha, a Inglaterra e outros países tomaram medidas análogas para «salvar os pobres islamitas atormentados pela selvática repressão do poder militar da Argélia».

A retoma da confiança

Mas a Argélia moderna, cujas forças progressistas ficaram atordoadas pelo caminho que tomaram o pluralismo e a democracia, pelos quais elas tão longamente lutaram e que agora viam ser desvirtuados – retomam pouco a pouco confiança com o regresso da criança-prodígio, o admirável Mohamed Boudiaf. Apesar do assassinato deste, as forças progressistas reforçam o Estado e a sua presença no terreno, e em condições difíceis de confusão política e isolamento internacional, lançam-se sobre os principais elementos da crise: 1) a reposição das instituições legais, já que depois da demissão de Chadli a Assembleia fora dissolvida pela convocação do corpo eleitoral para as funestas legislativas; 2) a reorganização do pluralismo e do multipartidarismo eliminando tudo o que os desviaram de um funcionamento normal; 3) a erradicação do terrorismo sem decla-



Durante anos, o terror islamita tentou, sem sucesso, impedir os professores de darem as suas aulas

rar guerra à parte do povo que apoiava e simpatizava com ele, e aqueles que o seguiam por medo – um medo mais forte que o respeito pela lei, que de resto estava totalmente ausente em muitos lugares(1); 4) enfim, as reformas necessárias para a recuperação de uma economia transtornada não só por razões internas provocadas pelas colossais mudanças na economia mundial mas também pelo desgoverno de Chadli desde que chegou ao poder, e para fazer face aos problemas sociais, morais e culturais decorrentes destas reformas, apesar do esforço de solidariedade empreendido pelo governo.

E a Argélia moderna, com o seu exército nacional popular, os seus serviços de segurança, os seus quadros em todos os ramos e domínios está a conseguir ganhar a aposta: no final de 1997, afirmou-se a democracia pluralista, erguendo-se os diferentes elementos que constituem o edifício institucional nacional e colocando-se um ponto final na crise política e institucional.

Um consenso político está a instaurar-se em torno do respeito pelo próximo e da liberdade de expressão: todos os valores políticos e morais sobre os quais a sociedade viveu até aqui estão a ser postos sobre a mesa, discutidos e criticados para afirmar aqueles que podem continuar a reger a sociedade e consagrar outros mais adaptados às novas realidades. A sociedade está a aprender – pagando caro – o que é o Estado de direito, o que é a modernidade.

Ela está a por à prova os valores religiosos à luz da busca do progresso e da modernidade. E a crise dramática que sobreveio da interpretação islamista destes valores está a ser resolvida pela desmistificação definitiva – pensamos nós – do integralismo religioso e da sua vontade de manipulação da religião e dos valores religiosos com fins políticos. Neste domínio, visto que a abordagem deste problema no nosso país é das mais radicais, a sociedade argelina regista resultados exemplares, um

pouco como aconteceu na sua luta pela independência nacional, compreendendo a importância deste objectivo, não só por ela mas também por muitos povos que estão na mesma expectativa. Nesta sua luta por tais resultados radicais, ontem a independência, hoje a revolução moderna, ela paga, como pagou no passado, um preço elevado. É por isso que o olhar horrorizado que sobre nós lançam não apenas o nosso inimigo de ontem, o colonialismo, e de hoje, o neocolonialismo, mas também e sobretudo o amigo, é para nós muito doloroso. A Argélia que luta e triunfa sobre dificuldades monstruosas tem necessidade de uma solidariedade muito mais confiante que aquela que encontra junto da opinião pública mundial.

Uma história de luta

Falei de dificuldades monstruosas: não é uma figura de estilo. Julguem-nos!

A Argélia nasceu com a independência depois de uma provação de mais de sete anos e meio que foi o último patamar de uma «guerra de 132 anos que pela sua duração e crueldade insustentáveis, sem esquecer a injustiça gritante, quebrou irremediavelmente, poderíamos dizer, qualquer coisa de vital, a longo termo, nas forças e profundezas psicomotrizas e espirituais» do nosso povo (2). Sem esquecer «todos os factos e matanças colectivas, raides de terror, pilhagens, expedições desproporcionadas das do seu objecto, devastações operadas a frio, etc., com que (...) a guerra de conquista está recheada até à náusea...» (3). E considerando apenas a devastação causada pela guerra colonial entre 1954 e 1962, a Argélia saiu infinitamente mais martirizada do que a França da sua libertação do jugo hitleriano. O número de aldeias destruídas, de populações

deslocadas e presas em campos cercados, as destruições económicas e sociais são infinitamente mais elevadas e mais graves do que as verificadas em França. Esta, contrariamente à Argélia, manteve todo o seu aparelho de Estado – e portanto toda a sua longa experiência histórica – as suas fábricas continuaram a laborar, mesmo se era para a economia de guerra hitleriana. E todavia, a França teve necessidade do plano Marshall para se levantar. A Argélia foi obrigada não apenas a utilizar até à exaustão os seus magros recursos (ela não tinha mais do que um punhado de quadros economistas e administrativos, um número ridículo – face às necessidades – de quadros licenciados e operários qualificados, de universitários, etc.), como herdou a dívida colonial que teve de pagar. O seu petróleo pertencia, devido aos investimentos que tinham sido realizados, à potência colonial...

No plano político, a independência foi marcada, desde os primeiros dias, por uma crise que quase degenerou numa guerra civil, sendo atenuada com o tempo e com os desenvolvimentos progressistas

da edificação nacional. Acresce que mesmo estes desenvolvimentos foram consumidos pela orientação socialista, cuja derrocada teve consequências negativas que continuamos a pagar.

Enfim, os esforços e os resultados da edificação nacional iriam ser postos cada vez mais em causa por uma demografia galopante que multiplicou a população por dois em duas décadas e por três nos nossos dias. E esta demografia era – e ainda é – difícil de conter, uma vez que é muito mais fácil progredir na modernização material e técnica do país do que na «modernização» dos espíritos...

Eis algumas pistas para compreender um pouco melhor a situação que prevalece no nosso país. São alguns critérios à luz dos quais podemos julgar o nosso povo e os resultados que ele concretizou através dos seus esforços todos orientados para a modernidade, o que faz da nossa sociedade uma das mais dinâmicas do mundo árabo-muçulmano, com uma democracia pluralista autêntica que certos censores pretendem avaliar em função da que existe na América ou na Suíça de hoje, esquecendo o nosso ponto de partida: o de uma sociedade colonizada, ou seja impedida de aspirar à democracia e à modernidade. E em vez de contribuir – pelo menos para se fazerem perdoar o papel de carcereiro colonialista – e encorajar este esforço visando a modernidade, eles aí estão «sempre prontos a explorar os pontos fracos, a se infiltrar pelas falhas deixadas sem defesa, a encorajar a perpetuação de valores e mentalidades arcaicas (no nosso país) para melhor impor a sua cultura...» (4). Nisto reside o segredo do apoio da França oficial, e socialista, aos nossos integristas, apesar dos atentados que perpetraram em território francês: pretendiam um poder onde os islamitas tivessem peso, como no Irão, um poder mais fácil de desestabilizar, ao qual se podem impor mais facilmente *diktats* e embargos, em vez de conviver com um regime moderno empenhado na legalidade internacional e que quer ser tratado na mais total igualdade...

A mudança das mentalidades

A nossa sociedade não tem perante ela uma tarefa fácil. Ela experimenta na carne – e mais uma vez não é uma figura de estilo – o que é um Estado de direito, qual é o lugar e o papel da religião. E no centro encontra-se a questão da mulher, do seu lugar e papel: a mulher que marca pontos no sentido da emancipação, sua e da sociedade no seu conjunto. Ela fá-lo pagando um preço caro pela sua resistência mais ou menos consciente e frequentemente militante contra a barbárie islamita, tal como o tinha feito contra a barbárie colonial. É preciso viver neste país para ver a vitalidade das belas jovens que não aceitaram o *diktat* terrorista e vestem-se de forma moderna; mas mesmo aquelas que usando o véu invadem as ruas e ocupam os postos de trabalho, reivindicam os seus direitos de cidadania. Uma vez que, como antes referi, não é fácil mudar as mentalidades ao ritmo das mudanças rápidas nas condições materiais e técnicas e das exigências do mundo contemporâneo.

Durante anos, o terror islamita tentou impedir os professores de darem as suas aulas. Muitos foram degolados em frente dos seus filhos e dos seus alunos... mas nada disto surtiu efeito. Nem os pais nem os alunos cederam e continuaram a ir à escola... Se, ontem, eram os símbolos da modernidade da sociedade que eram visados: quadros da economia e do Estado, onde se incluíam os professores, jornalistas, publicistas e outros – onde o elemento feminino teve mais do que a sua parte – hoje são as próprias bases da logística terrorista que são visadas, na sequência de ajustes de contas internos entre grupos terroristas e da vontade manifestada de diferentes maneiras por antigos apoiantes do terrorismo de não assegurar mais esse apoio, não hesitando em pegar em armas para se defenderem da extorsão. As acções antes realizadas nas cidades passaram assim a ser executadas nos meios onde os terroristas têm mais facilidade em agir.

É esta necessidade de viver, de pertencer ao seu tempo, apesar das reticências ou das dores individuais e sociais, que explode na nossa sociedade e a faz tomar certas opções e dar certos passos para a modernidade. Sentimo-nos infelizes por vermos que as opiniões mundiais, e mesmo os nossos amigos, não vêem a realidade da Argélia moderna vibrante de vida e a reduzem à macabra acção dos terroristas. Dói-nos que a imagem da Argélia e do islão seja associada ao rosto odioso do terrorismo islamita.

(1) A este propósito, tínhamos um primeiro-ministro, Rétha Malet, de valor, que, na ocasião do assassinato de Alloula, um dos nossos homens de teatro mais destacados, declarou que o Estado devia agir de forma a que «o terror mude de campo». Zeroual, então ainda chefe de Estado e não ainda Presidente, destituiu-o das suas funções e lança o slogan «da Rahma»: «combateremos o terrorismo até à sua erradicação; mas ao mesmo tempo abriremos largamente os braços aos nossos filhos que se arrependam e regressem ao seu povo e ao respeito da lei...».

(2) Mostefa Lacheraf - «Algérie et tiers-monde», p. 24-25. Ed Bouchène, Alger, 1989.

(3) Ibid, p. 43.

(4) M. Lacheraf, «Ecrits didactiques», ENAP, 1988, Alger, p. 153.



A mulher argelina marca pontos no sentido da emancipação, sua e da sociedade no seu conjunto. Mesmo aquelas que invadem as ruas de véus reivindicam os seus direitos de cidadania



■ Domingos Lopes

Reforço do PCP

Iniciativa aos militantes

Este não é um tempo fácil para os que querem transformar o mundo. Em primeiro lugar, para os comunistas. Não é fácil explicar o colapso dos regimes socialistas, que eram tidos por fortalezas inexpugnáveis. Não é fácil recentrar a acção política sem o contrapoder que era a URSS. E não é fácil fazer frente a uma ofensiva global do capitalismo e de todas as suas forças para "arrumar" com os partidos comunistas e outras organizações de esquerda.

Ao completar 77 anos de vida, o PCP bem se pode orgulhar de todo o seu valioso património de lutas pela liberdade, a democracia, a paz e o socialismo em Portugal. Mas é necessário que o Partido seja capaz, impulsionado por esse passado, de aumentar a sua influência. Na actual situação política, é absolutamente imprescindível um partido mais forte. E para isso acontecer é condição "sine qua non" que mantenha a sua identidade comunista, a de um partido da classe operária e de todas as classes trabalhadoras, que luta pela superação do capitalismo através da construção do socialismo.

O PCP tem programa, ideias e valores com uma grande aceitação. O que faz falta, então, para avançar e se reforçar? As condições de luta em que o PCP participa são profundamente desiguais. O PCP não só é discriminado quotidianamente como a sua política é deturpada e caricaturada sistematicamente. A vitória transitória do capitalismo sobre o socialismo está a ser explorada a fundo pelas forças que dela tiraram proveito. E, para além disso, o poder de atracção do capitalismo é ainda muito grande.

Mas é possível, apesar desta situação, o PCP reforçar-se. Para isso, o Partido deve estar ainda mais virado para o tempo presente e para a sociedade, e desde logo para as massas trabalhadoras.

Um partido enraizado no tempo presente não pode deixar de conhecer profundamente as características dominantes desse tempo. Há-de tê-las sempre em conta, porque de homens e mulheres deste tempo é feito. Sabe-se como hoje os cidadãos se queixam da falta de tempo e conhecem-se os flagelos que se abatem sobre as famílias pela dificuldade de convívio e comunicação. É um facto que cada vez há menos tempo. Porque é preciso trabalhar mais e às vezes em mais que um emprego. Porque cada vez é maior a distância entre a residência e o posto de trabalho. Porque cada vez é maior o cansaço e o próprio "stress" decorrente do dia de trabalho. Porque se abriam novos interesses. O tempo disponível é bem menor do que existia há vinte ou trinta anos. Ora, nestas circunstâncias, é fundamental que a organização comunista tenha ainda mais em atenção estas características e os membros do Partido, filhos deste tempo, e vivendo ao ritmo deste tempo, encontrem um estilo de trabalho que facilite mais a participação e, desde logo, com reuniões mais expeditas e mais rápidas. Não é convidativo participar em reuniões em que há quem fale vinte, trinta e quarenta minutos, uma, duas e três vezes... E a participação, sendo um elemento sem o qual não há militância, não é tudo, pois a participação só o é quando também é tida em conta.

Não é pelo facto de haver reuniões que se arrastam que elas são mais democráticas. Nem é pelo facto de haver quem leve conclusões apriorísticas que elas se tornam mais práticas.

Os membros do partido devem sentir mais que o seu partido é sempre o que eles querem que ele seja. A última reunião do Comité Central apontou para um novo impulso organizador, apelando aos militantes do partido para tomarem iniciativa dentro das orientações gerais traçadas e não ficarem à espera que lá cheguem camaradas com as tarefas de baixo do braço.

É por isso que se estão a desenvolver grandes esforços organizativos para responsabilizar mais membros do Partido e para o rejuvenescer.

No fundo, pretende-se que os membros sejam ainda mais capazes, no dia-a-dia, de integrarem na luta política mais geral do partido os problemas das populações aos mais variados níveis. Nenhuma célula, nenhuma comissão de freguesia ou concelhia precisa de luz verde da direcção do Partido para organizar, potenciar e lutar pelos interesses dos

trabalhadores ou das populações, seja pelo aumento de salários, horário de trabalho, pela construção de um centro de saúde, uma biblioteca, em defesa do meio ambiente, dado que todas estas lutas se encaixam perfeitamente na resolução política aprovada no Congresso, bem como no Programa do Partido.

Antes do 25 de Abril, os membros do Partido, apesar de estarem circunscritos às suas células de três membros, eram capazes de promover lutas a todos os níveis para derrubar o fascismo. O partido era cada membro do Partido. O partido precisa

que cada militante do partido se sinta como se fosse o partido. É preciso que essa iniciativa leve a um impulso interno de reforço da organização e, por outro lado, a um reforço do próprio partido como o alargamento da influência social e eleitoral. É dentro desse espírito que o CC apontou a possibilidade da escolha ou eleição no âmbito do organismo do camarada que coordene ou dinamize o funcionamento do colectivo dentro dos princípios estatutários.

Somos um partido com influência nacional e que é imprescindível para uma alternativa à política de direita. Mas não temos a força necessária para impedir essa política de direita. É, porém, necessário que o partido seja mais irrequieto, mais exigente consigo próprio e melhore significativamente não só a sua organização interna, como o próprio relacionamento com a sociedade para ganhar novas influências e assim se poder reforçar e contribuir decisivamente para a alternativa democrática.

Só o PCP se pode apresentar como defensor de um sistema político em que a democracia esteja aliada às vertentes sociais, económicas e culturais. Enquanto o PS e o PSD atacam o próprio regime democrático tal como foi erguido em Abril, o PCP defende uma democracia que vá ao encontro das aspirações mais profundas dos cidadãos e das grandes massas populares, isto é, uma democracia com liberdade mas também com direitos sociais, económicos e culturais.

É com valentia que se deve levar aos trabalhadores o nosso programa. É um programa único e impar. Não permite confusões com "modelos" de socialismo que conspiraram o próprio ideal pelo qual milhões de homens, mulheres e jovens deram o melhor que tinham de si próprios. Não, pode haver confusões e não se pode permitir que erros do passado empecilhem o caminho de cada dia. De cara volta para o futuro, armados por um valiosíssimo património de lutas, os comunistas precisam de lutar por acertar melhor o pé com o ritmo do nosso tempo.

Não há projectos cuja validade não precise de ser aferida para ser levada à prática. Às vezes é preciso ir às boxes, reparar, afinar, para sair com o motor em melhores condições. Sempre os homens e as suas organizações se confrontaram com a impiedade do tempo. Já Camões o referia, os tempos trazem sempre mudanças. E nós não precisamos de mudar de princípios, nem de teoria. Apenas precisamos de afinar os métodos, o estilo e dar um forte impulso organizativo que ponha o partido mais no centro da política em Portugal.

Há quem aproveite os "mass media" para pretender fazer confundir um esforço de organização e um determinado estilo de trabalho com a mudança de identidade do partido. Bem sabem que assim não é. Apenas pretendem impedir que se mude o que o partido acha que deve ser mudado. Querem um partido sem rins, sem elasticidade para melhor poder lutar pelos seus ideais. Reparar que o partido pode afinar a máquina e querem impedi-lo, lançando as mais vis suspeitas sobre as suas tarefas. É o preço que o partido tem de pagar por agir pela cabeça da sua direcção. Certamente que se há-de escrever mais disparates, que se há-de fazer do debate democrático interno derrotas de uns e vitórias de outros, e que se há-de querer transformar naturais diferenças em esmagamento deste ou daquele dirigente do partido. O importante é armar os militantes do partido com as grandes questões que animam o partido e levar a cabo as tarefas que se decidem, independentemente do que dizem e escrevem os "mass media".

Apesar das tormentas que este fim de século nos está a fazer viver, dos avanços, das forças do grande capital, é possível construir uma alternativa democrática à actual política. Mas para isso é preciso reforçar o PCP.

■ Domingos Mealha

O sector das pescas é o mais importante na economia do concelho



O PCP não se fica pela crítica e avança propostas concretas e realistas

Movimento amplia-se em Sesimbra respostas

Nas últimas semanas, a organização concelhia do PCP vem promovendo em Sesimbra um persistente trabalho para conseguir do Governo respostas urgentes às graves preocupações que sentem os pescadores, armadores e suas famílias. Num comunicado em que se denunciava o facto de as pescas serem «parente pobre do Governo», a Comissão Concelhia traçou o quadro dos problemas do sector económico mais importante de Sesimbra e reclamou seis medidas políticas concretas.

Nas ruas foram colocadas faixas e um jornal de parede com as propostas dos comunistas. Na Assembleia de Freguesia de Santiago e na Câmara Municipal, os eleitos do PCP apresentaram moções que foram aprovadas por unanimidade. No boca-a-boca, considerado o principal meio de comunicação na terra, os problemas da pesca passam a andar acompanhados da reclamação de soluções.

Perguntámos aos camaradas João Lopes, membro da direcção regional de Setúbal do Partido, e Joaquim Tavares, responsável na DORS pela organização concelhia de Sesimbra, que motivos justificaram uma iniciativa de tal envergadura neste momento. Ambos fizeram questão de notar que, desde sempre, o PCP tem acompanhado os problemas das pescas e dos pescadores e tem mantido uma intervenção activa nas várias áreas onde está presente.

Marrocos e 1999

João Lopes, pescador e conhecido dirigente da Múta da classe, começou por referir que, também por estes dias, a própria comissão da UE para as Pescas, Emma Bonino, enviou um questionário às associações de armadores sobre importantes decisões em preparação no quadro da Política Comum de Pesca.

Um dos grandes problemas - explica - é que está a aproximar-se a data em que uma boa parte dos barcos de Sesimbra, tal como dos outros portos portugueses, deixará de poder operar em Marrocos. «O governo marroquino impôs que, a partir de 1999, apenas possam pescar nas suas águas os armadores portugueses que aceitem constituir empresas mistas», mas «até hoje, não conhecemos nenhum armador que esteja a acertar uma solução deste género».

Coloca-se, então, a interrogação sobre «o que será feito, no futuro, de 15 embarcações de Sesimbra (e de 46 embarcações, a nível nacional, grande parte das quais são de Olhão e da Fuzeta), com uma média de 40 a 50 homens cada, que hoje vivem da pesca em Marrocos».

«A verdade é que não há pesqueiros alternativos», afirma João Lopes, pois «para parte da frota, e durante os três ou quatro meses da época balnear, os Açores podem ser alternativa para esta pesca, não o são para todo o ano nem para todas as embarcações».

Também não constituem alternativa os bancos de pesca internacionais que os portugueses exploravam antes de Marrocos, pois já estão esgotados.

Segurança para todos

A negociação dos acordos para concessão de licenças de pesca em Marrocos, tendo forte repercussão em Sesimbra, constitui ape-

Comunistas exigem Autonomia administrativa para o porto mais valioso

nas uma parte do problema, já que 80 por cento da actividade é feita por pescadores da pesca costeira e local, dentro das 12 milhas, e há ainda as embarcações do arrasto, fora das 12 milhas. Mas a fragilidade é de tal modo, que qualquer perturbação numa das artes vai obrigatoriamente implicar com as restantes.

João Lopes sublinha que, neste quadro, «para todos os pescadores é importante garantir alguma segurança». E chama a atenção para que, «a partir do ano 2003, está em causa a nossa jurisdição sobre o chamado mar territorial, no limite das 12 milhas». No entender dos comunistas, «o Governo deve ter uma posição muito firme para que este mar territorial continue a ser exclusivamente explorado pela frota portuguesa; mais, esse espaço deve ser alargado das 12 para as 24 milhas».

Mas, critica João Lopes, «os nossos governantes mantêm o comportamento de um aluno bem comportado perante a Comunidade» e, se «outros países defendem os seus interesses com mais garra», «o nosso Governo está a ter pouca força na defesa dos interesses da pesca e dos pescadores».

Refere que «a Espanha, por exemplo, já conseguiu alargar o seu mar territorial, e creio que está prevista uma reivindicação para as 50 milhas, o que reflecte uma determinação de não aceitar as decisões da Comunidade e defender a sua jurisdição nacional», considerando que «este é um exemplo que não nos ficaria mal seguir».

O problema da abertura das águas a frotas estrangeiras, aponta João Lopes, consiste em que «nas nossas 12 milhas está aquilo que existe de mais importante, em termos de recursos de pesca na União Europeia», sendo que naquele limite trabalha a esmagadora maioria dos pescadores portugueses. «Não somos nós que estamos interessados em que outros países abram as suas águas territoriais aos nossos pescadores, é precisamente o contrário, e daí surgem as pressões para que barcos de outros países possam cá vir pescar, sem contrapartidas», afirma.

Política de inércia

«Há uma falha de investimento dos empresários do sector», admite também João Lopes, apontando o exemplo de uma multinacional japonesa que montou no Algarve uma armação para a pesca do atum, actividade que estava praticamente extinta, depois de durante anos ter sido desenvolvida normalmente por pescadores portugueses. Perante as dificuldades, as pescas necessitam «iniciativa empresarial e incentivo do Governo».

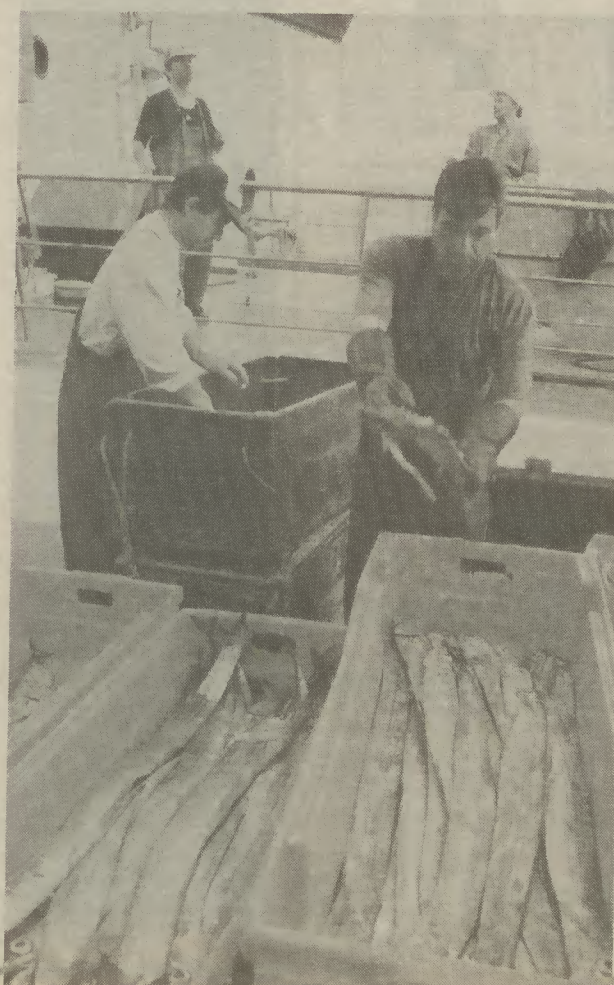
«O que se passa é que não há uma política de pescas e há uma grande inércia do Governo relativamente a este sector», acrescenta Joaquim Tavares. E refere que, «em Sesimbra, isto traduz-se objectivamente numa falta de perspectiva para a resolução dos problemas com Marrocos, sem se vislumbrar uma posição sobre as novas exigências do governo marroquino; traduz-se nas questões relacionadas com o porto de pesca de Sesimbra e com a falta de condições para os trabalhadores da pesca, com o arrastar de obras intermináveis por parte de uma administração totalmente desligada do porto; e é ainda o conjunto das 30 medidas do Governo, anunciadas no Dia do Mar, onde muito pouco de concreto se vislumbra para os pescadores».

Joaquim Tavares recorda que «somos o país europeu com maior consumo de peixe, e passámos de país exportador a país importador

de pescado, quando temos condições - do ponto de vista da força de trabalho e do valor dos nossos pescadores - para dar resposta ao mercado nacional». Para tanto, «é preciso que o Governo avance com as medidas necessárias» e «quando reivindicamos as 12 milhas com exclusividade para Portugal, e as 24 milhas como reserva preferencial, estamos a apontar medidas concretas que visam esse objectivo».

Joaquim Tavares refere ainda que «o esforço de pesca é hoje muito maior e a vida dos pescadores mais difícil», uma vez que «as viagens são mais morosas, os mares são de maior perigo... e o valor do pescado não compensa este maior esforço, o que implica que os homens voltem ao mar mais cedo, não descensem o suficiente, vão pescar mesmo debaixo de temporal». Ora, «a falta de uma solução para a questão de Marrocos só virá agravar esta situação».

Por isso, os comunistas reclamam do Governo que defina as pescas como sector prioritário e adopte as necessárias medidas, que defenda o sector em Estrasburgo e em Bruxelas. «Não se pode colocar toda a responsabilidade na União Europeia, tem que se exigir também que o Governo defenda os interesses dos portugueses e, neste caso, dos pescadores portugueses», salienta Joaquim Tavares.



A Comissão Concelhia do PCP exige que o porto de Sesimbra passe a ter uma administração própria e que seja também criada uma capitania. João Lopes realça que «não é justo que o primeiro porto do País, em termos de valor do pescado - e dos primeiros pelo volume do pescado - esteja dependente».

Há várias questões cuja resolução, no entender do PCP, não deveriam estar dependentes da capitania em Setúbal. João Lopes refere que as vistorias às embarcações, por exemplo, poderiam ser marcadas e feitas em um ou dois dias. Mas, «mais grave e mais lógico, é uma eventual operação urgente de socorro a uma embarcação em perigo no mar, que hoje tem que ser desencadeada a partir de Setúbal».

Joaquim Tavares aponta outros problemas que deveriam ter uma solução diferente, o que seria mais fácil com uma administração do porto de Sesimbra: «Os armazéns de apetrechos estão a ser construídos com sucessivos acrescentos ao projecto. As obras no porto prolongam-se há anos com alterações e mais alterações. A via alternativa, que ia retirar de Sesimbra o trânsito do porto de pesca, tem as obras paradas. Na zona dos velhos armazéns de apetrechos - uma situação provisória de barracas instaladas dentro do porto há vários anos - abunda o lixo, os caminhos não são limpos...»

João Lopes confirma que «existe um descontentamento de instituições que não são ouvidas sobre as infra-estruturas em construção». E deixa claro o seu protesto: «Não é justo que se mantenham situações destas. As obras arrastam-se, fazem projectos e alterações sem ouvir as pessoas que vão usar aquelas instalações e, ainda mais grave, depois de feitas as obras pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, esta vai delegar na Docapesca a distribuição das instalações pelos pescadores. Não parece correcto que, quando surgirem os inevitáveis conflitos, gerados pela forma como os trabalhos foram conduzidos, a APS fique de fora.»

Seis medidas

Para defesa da pesca e dos pescadores, a Concelhia de Sesimbra exige, para além de uma administração e de uma capitania próprias para o porto, mais quatro medidas políticas:

- que o limite das 12 milhas seja reservado para o exercício exclusivo da frota portuguesa;
- que seja alargada, das 12 às 24 milhas, a zona adjacente, como reserva preferencial da frota portuguesa;
- que sejam atribuídos subsídios a pescadores e armadores, quando ocorrerem paragens motivadas por intempéries ou por medidas administrativas;
- e que sejam definidos apoios financeiros, dirigidos sobretudo à modernização da frota, com vista ao aumento da produtividade e à melhoria das condições de vida e de trabalho a bordo.

Proibido o 25 de Abril na Madeira de Jardim

Mais uma vez, o PSD/Madeira rejeitou na Assembleia Legislativa Regional o agendamento das comemorações do 25 de Abril, invocando, pela voz do seu líder parlamentar Jaime Ramos, «motivos político-partidários» não especificados para mais este impedimento em se comemorar oficialmente a Revolução dos Cravos. Recorde-se que o líder da bancada parlamentar do PSD na Assembleia Regional da Madeira chegou, em anteriores recusas, a afirmar que, em vez da Revolução, a Madeira deveria «comemorar a 1 de Julho, Dia da Região, a autonomia» porque «o povo madeirense sempre se quis libertar do colonialismo português». Resta saber quando é que o regime democrático português se liberta destes caudilhos de pacotilha que, aliás, devem o que têm e o que são à Revolução do 25 de Abril...

Professores pagos conforme a região...

Os problemas do Ensino, em Portugal, são mais que muitos e a confusão arrasta-se de ministro para ministro, chegando a situações caricaturais, como a que se verifica há mais de um ano com os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, que estão em escalões diferentes da carreira, apesar de terem os mesmos anos de serviço. O resultado é pesado: o valor dos salários a pagar fica ao critério dos responsáveis pelas Coordenações de Área Educativa da respectiva região

PONTOS CARDEAIS

em que leccionam esses professores, o que pode significar, ao fim do mês, diferenças salariais na ordem dos 20 mil escudos líquidos.

O director regional de Educação do Norte, Jorge Martins, admitiu ao Público que na sua própria região existem «duas interpretações para a mesma situação» (!) e, é claro, comprometeu-se a desenvolver «todos os esforços» para resolver a situação.

Agora imaginem o que aconteceria, se a Educação não fosse a «paixão» deste Governo...

... e o descabro na aprendizagem

Entretanto, chegaram os resultados da avaliação externa feita pelo Instituto de Inovação Educacional (IIE) à Reforma Educativa desencadeada pelo Governo e os resultados são estupefacentes, conforme resume o Público: quase 80% dos estudantes do 2º ciclo têm nota negativa a matemática, poucos são muito bons - de 4793 examinados só sete tiveram nota máxima -, os alunos da escolaridade obrigatória têm dificuldades em resolver problemas, na primária, só metade consegue usar uma régua, sabem ler mas atrapalham-se na expressão escrita do português. Note-se de que se trata de um estudo que abrangeu 550 escolas escolhidas aleatoriamente e envolveu 14.193 alunos do ensino básico.

Quase três anos depois, eis o resultado da «paixão» do Governo de António Guterres pela Educação. E enquanto a farsa continua,

recorde-se apenas o seguinte: um País que não cuida da educação dos seus filhos está, comprovadamente, condenado ao subdesenvolvimento e ao atraso.

UNITA continua a brincar com o mundo

O regresso de Jonas Savimbi a Luanda está a tornar-se uma vergonha internacional. Apesar das sucessivas provas de boa vontade quer do governo angolano quer da trióica internacional (Portugal, EUA e Rússia) que tem mediado as conversações e o processo de paz angolano, quer da própria comunidade internacional, que têm aceitado até aos limites do inadmissível o sistemático incumprimento por parte da UNITA e do seu líder dos acordos que assina e dos compromissos que assume, nada parece «chegar» para satisfazer Savimbi e o seu grupo. O escândalo já chegou ao ponto de os mais altos representantes internacionais no processo de paz se deslocarem a Luanda para receberem Savimbi - como aconteceu esta semana - e este não aparecer nem dar qualquer satisfação, apesar de, junto a todos os elementos envolvidos no cumprimento do Protocolo de Lusaka, estar desta vez também à sua espera um enviado especial do presidente Bill Clinton. Nem assim, Savimbi está a esquecer uma lei da física incontornável: não se pode esticar indefinidamente uma corda. Seja ela feita do que for, há-de quebrar, fatalmente...

■ Mário Castrim

PONTOS NATURAIS

Lendo Carlos Brito

O largo de Peniche

Toda a cela se esgota em breves passos.
À pedra nua, alheia à alma, gela.
Está presa nas grades a janela.
Pendem dos ombros longamente os braços.

Ao cansaço convidam os cansaços.
O silêncio não larga a manivela.
De cautela em cautela se acautela
o gesto, até aos gestos em pedaços.

Ele sabe que tudo aquilo há-de
chegar ao fim e que a felicidade
já no sonho penteia a fina trança.

Mas é no tempo tudo tão incerto!
Fita, para viver do que tem perto,
longe, o largo onde brincam as crianças.



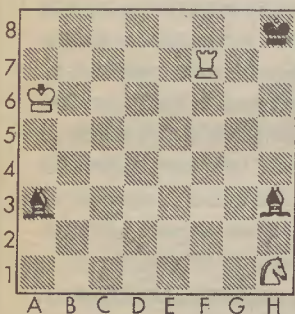
XADREZ

DCLII - 9 DE ABRIL DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X15

Por: Henri Rinck

2º Prémio «Neue Leipziger Zeitung», 1929

Pr.: [3]: Bs. a3, h3 - Rh8
Br.: [4]: Ch1 - Tf7 - Ra6



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X15 (H.R.)

1. Tf3!, Bg8+; 2. Rb6, Bb4; 3. Tf4, Bd6; 4. Td4, Be7; 5. Te4, Bd8+; 6. Ra7, Bd7; 7. Td4 e ganha. 3. ..., Ba3; 4. Ta4, Bf8 [b2, c1]; 5. Ta8 e ganha. 1. ..., Bg2; 2. R:a3, B:h1; 3. Th3+ e ganha. A. de M. M.

DAMAS

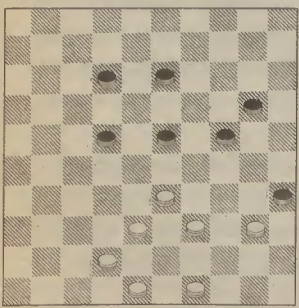
DCLII - 9 DE ABRIL DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D15

Por: Pierre Garlopeau

Au Coeur du Problème, França, s/d

Pr.: [7]: 12-13-20-22-23-24-35

Br.: [7]: 33-38-39-40-42-48-49



Brancas jogam e ganham

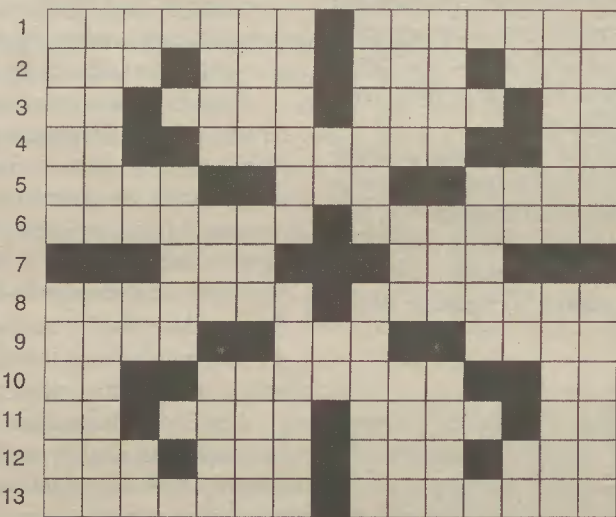
SOLUÇÃO DO Nº 1998D15 (P.G.)

1. 33-29! (23X32); 2. 49-43, (35X44); 3. 43-49, (44X33); 4. 42-38 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Mamífero marsupial da Austrália e da Tasmânia, que vive nas árvores; vontade de comer. 2 - Patrão; mofar; grande quantidade; doçura (fig.). 3 - Articulação das falanges dos dedos; nome da terceira letra do alfabeto grego; existiam; cânhamo de Manila. 4 - Aparência; aquele que sofre de sadismo (pl.); Érbio (s.q.). 5 - Mulher nobre; altar de sacrifícios; desarranjo mental (fig.). 6 - Campo plantado de oliveiras (pl.); plantas que separadamente ou em mistura, são apreciadas em culinária, temperadas e servidas geralmente frias e cruas (pl.). 7 - Apelido de poeta português; enfermidade. 8 - Tira de couro para atar; cabeças (pop.). 9 - Cantiga; grande extensão de água salgada; saco largo e comprido, muito usado como medida. 10 - Comparecia; exequível; entra na formação de várias palavras, designando intensidade, separação, oposição, etc. 11 - Suf. de agente; imites o pássaro; caceite com uma maça na extremidade; Titânico (s.q.). 12 - Análogo; passa para fora; pron. pess. feminino; ilha inglesa no mar da Irlanda. 13 - Descorado; riso leve, de satisfação.

VERTICAIS: 1 - Raivoso; planta herbácea, trepadora, da fam. das cucurbitáceas, produtora de um fruto carnudo, comestível, cultivada em Portugal. 2 - Desonesto; rezaram. 3 - Sozinho; nota musical; graceja; nota musical. 4 - Mesquinha. 5 - Larva que se cria nas feridas dos animais (pl.); cem metros quadrados; calque com os pés. 6 - Poema; três romanos; verdadeiro. 7 - Ermida fora do povoado (pl.); amante. 8 - Iridio (s.q.); Astatino (s.q.). 9 - Palmeira indiana que produz frutos e folhas comestíveis (pl.); transgressão de um preceito legal (pl.). 10 - Cada um dos pequeníssimos orifícios de que a pele está crivada, e que correspondem aos orifícios de saída das glândulas sudoríparas; mulher que cria uma criança alheia; parte do corpo humano formada pelo pescoço e ombros. 11 - Épocas; habitação; desmiolar. 12 - Pécíolo herbáceo ou sem o seu prolongamento ao longo de uma folha vegetal (pl.). 13 - Surf. nom., de origem latina, que tem sentido diminutivo; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc.; naquele lugar; nota musical. 14 - Receara; respeitadas. 15 - Agarradas com as gavinhas; antigo dialecto itálico.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Dastúrio; appetite. 2 - Amó; nro; ror; mel. 3 - N6; gama; eram; má. 4 - Art; sddico; Er. 5 - Dama; ara; tara. 6 - 9 - Olivais; saladas. 7 - Art; mal. 8 - Correla; caro. 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 101 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111 - 112 - 113 - 114 - 115 - 116 - 117 - 118 - 119 - 120 - 121 - 122 - 123 - 124 - 125 - 126 - 127 - 128 - 129 - 130 - 131 - 132 - 133 - 134 - 135 - 136 - 137 - 138 - 139 - 140 - 141 - 142 - 143 - 144 - 145 - 146 - 147 - 148 - 149 - 150 - 151 - 152 - 153 - 154 - 155 - 156 - 157 - 158 - 159 - 160 - 161 - 162 - 163 - 164 - 165 - 166 - 167 - 168 - 169 - 170 - 171 - 172 - 173 - 174 - 175 - 176 - 177 - 178 - 179 - 180 - 181 - 182 - 183 - 184 - 185 - 186 - 187 - 188 - 189 - 190 - 191 - 192 - 193 - 194 - 195 - 196 - 197 - 198 - 199 - 200 - 201 - 202 - 203 - 204 - 205 - 206 - 207 - 208 - 209 - 210 - 211 - 212 - 213 - 214 - 215 - 216 - 217 - 218 - 219 - 220 - 221 - 222 - 223 - 224 - 225 - 226 - 227 - 228 - 229 - 230 - 231 - 232 - 233 - 234 - 235 - 236 - 237 - 238 - 239 - 240 - 241 - 242 - 243 - 244 - 245 - 246 - 247 - 248 - 249 - 250 - 251 - 252 - 253 - 254 - 255 - 256 - 257 - 258 - 259 - 260 - 261 - 262 - 263 - 264 - 265 - 266 - 267 - 268 - 269 - 270 - 271 - 272 - 273 - 274 - 275 - 276 - 277 - 278 - 279 - 280 - 281 - 282 - 283 - 284 - 285 - 286 - 287 - 288 - 289 - 290 - 291 - 292 - 293 - 294 - 295 - 296 - 297 - 298 - 299 - 300 - 301 - 302 - 303 - 304 - 305 - 306 - 307 - 308 - 309 - 310 - 311 - 312 - 313 - 314 - 315 - 316 - 317 - 318 - 319 - 320 - 321 - 322 - 323 - 324 - 325 - 326 - 327 - 328 - 329 - 330 - 331 - 332 - 333 - 334 - 335 - 336 - 337 - 338 - 339 - 340 - 341 - 342 - 343 - 344 - 345 - 346 - 347 - 348 - 349 - 350 - 351 - 352 - 353 - 354 - 355 - 356 - 357 - 358 - 359 - 360 - 361 - 362 - 363 - 364 - 365 - 366 - 367 - 368 - 369 - 370 - 371 - 372 - 373 - 374 - 375 - 376 - 377 - 378 - 379 - 380 - 381 - 382 - 383 - 384 - 385 - 386 - 387 - 388 - 389 - 390 - 391 - 392 - 393 - 394 - 395 - 396 - 397 - 398 - 399 - 400 - 401 - 402 - 403 - 404 - 405 - 406 - 407 - 408 - 409 - 410 - 411 - 412 - 413 - 414 - 415 - 416 - 417 - 418 - 419 - 420 - 421 - 422 - 423 - 424 - 425 - 426 - 427 - 428 - 429 - 430 - 431 - 432 - 433 - 434 - 435 - 436 - 437 - 438 - 439 - 440 - 441 - 442 - 443 - 444 - 445 - 446 - 447 - 448 - 449 - 450 - 451 - 452 - 453 - 454 - 455 - 456 - 457 - 458 - 459 - 460 - 461 - 462 - 463 - 464 - 465 - 466 - 467 - 468 - 469 - 470 - 471 - 472 - 473 - 474 - 475 - 476 - 477 - 478 - 479 - 480 - 481 - 482 - 483 - 484 - 485 - 486 - 487 - 488 - 489 - 490 - 491 - 492 - 493 - 494 - 495 - 496 - 497 - 498 - 499 - 500 - 501 - 502 - 503 - 504 - 505 - 506 - 507 - 508 - 509 - 510 - 511 - 512 - 513 - 514 - 515 - 516 - 517 - 518 - 519 - 520 - 521 - 522 - 523 - 524 - 525 - 526 - 527 - 528 - 529 - 530 - 531 - 532 - 533 - 534 - 535 - 536 - 537 - 538 - 539 - 540 - 541 - 542 - 543 - 544 - 545 - 546 - 547 - 548 - 549 - 550 - 551 - 552 - 553 - 554 - 555 - 556 - 557 - 558 - 559 - 560 - 561 - 562 - 563 - 564 - 565 - 566 - 567 - 568 - 569 - 570 - 571 - 572 - 573 - 574 - 575 - 576 - 577 - 578 - 579 - 580 - 581 - 582 - 583 - 584 - 585 - 586 - 587 - 588 - 589 - 590 - 591 - 592 - 593 - 594 - 595 - 596 - 597 - 598 - 599 - 600 - 601 - 602 - 603 - 604 - 605 - 606 - 607 - 608 - 609 - 610 - 611 - 612 - 613 - 614 - 615 - 616 - 617 - 618 - 619 - 620 - 621 - 622 - 623 - 624 - 625 - 626 - 627 - 628 - 629 - 630 - 631 - 632 - 633 - 634 - 635 - 636 - 637 - 638 - 639 - 640 - 641 - 642 - 643 - 644 - 645 - 646 - 647 - 648 - 649 - 650 - 651 - 652 - 653 - 654 - 655 - 656 - 657 - 658 - 659 - 660 - 661 - 662 - 663 - 664 - 665 - 666 - 667 - 668 - 669 - 670 - 671 - 672 - 673 - 674 - 675 - 676 - 677 - 678 - 679 - 680 - 681 - 682 - 683 - 684 - 685 - 686 - 687 - 688 - 689 - 690 - 691 - 692 - 693 - 694 - 695 - 696 - 697 - 698 - 699 - 700 - 701 - 702 - 703 - 704 - 705 - 706 - 707 - 708 - 709 - 710 - 711 - 712 - 713 - 714 - 715 - 716 - 717 - 718 - 719 - 720 - 721 - 722 - 723 - 724 - 725 - 726 - 727 - 728 - 729 - 730 - 731 - 732 - 733 - 734 - 735 - 736 - 737 - 738 - 739 - 740 - 741 - 742 - 743 - 744 - 745 - 746 - 747 - 748 - 749 - 750 - 751 - 752 - 753 - 754 - 755 - 756 - 757 - 758 - 759 - 760 - 761 - 762 - 763 - 764 - 765 - 766 - 767 - 768 - 769 - 770 - 771 - 772 - 773 - 774 - 775 - 776 - 777 - 778 - 779 - 780 - 781 - 782 - 783 - 784 - 785 - 786 - 787 - 788 - 789 - 790 - 791 - 792 - 793 - 794 - 795 - 796 - 797 - 798 - 799 - 800 - 801 - 802 - 803 - 804 - 805 - 806 - 807 - 808 - 809 - 810 - 811 - 812 - 813 - 814 - 815 - 816 - 817 - 818 - 819 - 820 - 821 - 822 - 823 - 824 - 825 - 826 - 827 - 828 - 829 - 830 - 831 - 832 - 833 - 834 - 835 - 836 - 837 - 838 - 839 - 840 - 841 - 842 - 843 - 844 - 845 - 846 - 847 - 848 - 849 - 850 - 851 - 852 - 853 - 854 - 855 - 856 - 857 - 858 - 859 - 860 - 861 - 862 - 863 - 864 - 865 - 866 - 867 - 868 - 869 - 870 - 871 - 872 - 873 - 874 - 875 - 876 - 877 - 878 - 879 - 880 - 881 - 882 - 883 - 884 - 885 - 886 - 887 - 888 - 889 - 890 - 891 - 892 - 893 - 894 - 895 - 896 - 897 - 898 - 899 - 900 - 901 - 902 - 903 - 904 - 905 - 906 - 907 - 908 - 909 - 910 - 911 - 912 - 913 - 914 - 915 - 916 - 917 - 918 - 919 - 920 - 921 - 922 - 923 - 924 - 925 - 926 - 927 - 928 - 929 - 930 - 931 - 932 - 933 - 934 - 935 - 936 - 937 - 938 - 939 - 940 - 941 - 942 - 943 - 944 - 945 - 946 - 947 - 948 - 949 - 950 - 951 - 952 - 953 - 954 - 955 - 956 - 957 - 958 - 959 - 960 - 961 - 962 - 963 - 964 - 965 - 966 - 967 - 968 - 969 - 970 - 971 - 972 - 973 - 974 - 975 - 976 - 977 - 978 - 979 - 980 - 981 - 982 - 983 - 984 - 985 - 986 - 987 - 988 - 989 - 990 - 991 - 992 - 993 - 994 - 995 - 996 - 997 - 998 - 999 - 1000

Versos

Bem espreitava a ronda, e nada via
de anormal. Estava tudo como era
de prever. Calma ia rolando a esfera
da noite. E nem sequer estremecia

a pálpebra do silêncio. Estava o preso
recostado e calado. Nada havia
de estranho. Não, o guarda nada via
e seguiu. Cego. Dentro, um céu aceso

resplandecia de astros, e dispersos
volteavam mil balões. Canções de fonte
jorrando. No limiar do horizonte
nervos de luz relampejavam. Versos

é este o nome que em geral lhes cabe.
O nome real das coisas, quem o sabe?

A leitura

Punhal? Não há nenhum que nos trespasse.
Temor? Nenhum nos quebra de fadiga.
Silêncio? Nunca afoga a voz amiga.
Esperança? O futuro face a face.

Palavra? Só se o coração a trace.
Povo? A razão que não admite a intriga.
Memória? A voz que de tão longe obriga.
Combate? A flor que dia a dia nasce.

Prisão? Somente para quem a aceita.
Pátria? Com a nossa carne erguida e feita.
Poesia? O tecto quando a noite esfria.

Isto estes versos me disseram já.
Mas no acto de escrevê-los é que está
a anotação poética do dia.

Plenários e outras reuniões das organizações do PCP

4ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto

Domingo, 19, no Hotel Tuela, com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

Coimbra

Assembleias plenárias para discussão do Anteprojecto de Resolução Política e eleição dos delegados à Assembleia da ORC:

- Quinta-feira, 9 - Da Organização Concelhia de **Condeixa-a-Nova**: no Centro de Trabalho, às 21h;

- Quinta-feira, 9 - Da Organização Concelhia de **Figueira da Foz**: no Centro de Trabalho, às 21h30, com a participação de **Francisco Guerreiro**.

Seixal

Plenário de militantes da célula da Câmara Municipal (Sector Administrativo): quarta-feira, 15, às 17h30, no Auditório do Centro de Trabalho.

Plenário de militantes da célula da Câmara Municipal (Sector Oficinas, Higiene e Limpeza): quinta-feira, 16, às 16h30, no Refeitório dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da autarquia, no Fogueteiro.

Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da freguesia de S. João dos Montes: hoje, dia 9, às 21h, no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos.

Plenário de militantes da freguesia de Castanheira: dia 15, às 21h, no Centro de Trabalho da Castanheira.

Plenário de militantes da célula da CM/SMAS: dia 16, às 17h30, no Centro de Trabalho de Vila Franca.

Visita parlamentar ao concelho de Alpiarça

O Grupo Parlamentar e a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP realizam uma visita de trabalho ao concelho de Alpiarça na próxima segunda-feira, dia 13, com a participação de Luísa Mesquita, deputada por Santarém, e de dirigentes locais e regionais do PCP.

A partir das 11h, a delegação visita o Centro de Saúde e a obra do MURPI, mantendo um encontro com a Comissão de Reformados. Durante a tarde, visita a Reserva Zoológica. Depois de um encontro com a Comunicação Social, às 17h30, terá ainda uma reunião com agricultores na Delegação da Federação Distrital de Agricultores.

PELA ESQUERDA É QUE LÁ VAMOS!

PCP 25 ABRIL '98

• Em AVINTES

Hoje, dia 9, às 21h30

«Que nunca mais... porque o fascismo existiu»

Mesa-redonda/debate no Clube Recreativo Avintense, com a participação de César Príncipe, Duran Clemente, Silvestre Lacerda, Vasco Paiva.

• Nas CALDAS DA RAINHA

Almoço comemorativo no Restaurante

«O Cortiço», em Tornada, com a presença de Aurélio Santos.

(Inscrições: tels. 23000, 23095, 23974)

• Em GUIMARÃES

Almoço no Restaurante Jordão, dia 26 de Abril. Sessão-festa de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP, com animação musical: Dino Freitas, Francisco José, Jorge Lomba.

(Inscrições: Com. Concelhia de Guimarães)



**Hoje
Café-
-Concerto
JCP
no Cacém**

Sede do PCP - 21h30

Banca da Páscoa no Barreiro

até 12 de Abril
no CT da Comissão Concelhia

Passeio à Beira Baixa e Alto Alentejo

promovido pela Com. Concelhia de Almada
Dois dias - 18 e 19 de Abril

(Inscrições: Cam. Cabrita, tels. 2752777-2753939)

BRIGADA JOSÉ MARTI

- 6 A 26 DE JULHO -



SÊ MAIS SOLIDÁRIO COM CUBA
DANDO AO COCO!

RESERVAS NA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL - CUBA
TEL/FAX 3857305

Prepara o Verão e as Férias viajando com amigos!

Em ALMADA, a Comissão Concelhia do PCP organiza e ainda tem inscrições abertas para uma viagem de 8 Dias nos Açores - na Terceira, Faial, Pico e S. Miguel, de 22 a 29 de Julho. Inscrições podem ser feitas junto do cam. Artur Cabrita, tels. 2752777 e 2753939.

Da Freguesia da PENHA DE FRANÇA, em Lisboa, a excursão é a Benidorme - de 19 a 28 de Junho, com partida às 20h de sexta-feira da Av. General Roçadas, passagem por Montemor e Borba, Badajoz, Talavera de La Reina e Albacete, e chegada a Benidorme para seis dias de férias em pensão completa, com visitas a museus e à Ilha e um espectáculo no Benidorme Palace. Para informações e inscrições: Tel. 8138119 (Ivone).

Campanha de Solidariedade com Cuba

Reunião de dinamização da campanha em Lisboa promovida pela DORL

DIA 15 - 18h30 - CT Vitória

(alteração à data anteriormente prevista)

PCP bar

Espaço de Convívio do PCP de Alcântara



Obrigado pela visita!

Rua de Alcântara, 27 1º Tel.: 3638512

Todas as 6.ªs-feiras

TELEVISÃO

Quinta, 9

RTP 1

- 08.00 Infantil
 - 10.10 A Banqueira do Povo
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Perdidos de Amor
 - 14.20 As Aventuras de Tarzan
 - 15.10 Isto Só Vídeo
 - 15.50 Maria do Bairro
 - 17.25 Royal Variety
 - 19.00 País País
 - 19.40 País Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Cais do Oriente
 - 21.00 As Lições do Tonecas
 - 21.35 Terra Mãe
 - 22.30 Maria Elisa
 - 00.30 24 Horas
 - 01.20 Musical: «Aqua»
 - 01.55 Nero Wolf
- (de Frank D. Gilroy, EUA/1977, com Thayer David, Anne Baxter, Brooke Adams, Tom Mason. Telefilme Policial)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Negócios de Família
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Caderno Diário
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo

Sexta, 10

RTP 1

- 08.00 Infantil
 - 10.10 A Banqueira do Povo
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 As Aventuras de Tarzan
 - 14.35 Elton John
 - 16.00 Longa-metragem
 - 20.00 Telejornal
 - 20.40 Cais do Oriente
 - 20.55 Futebol: Campomaiorense-Sporting
 - 23.00 Terra Mãe
 - 24.00 24 Horas
 - 00.50 Corações Falidos
- (de Giuseppe Piccioni, It/1996, com Gene Gnocchi, Giulio Scarpati, Margherita Buy, Antonio Catania. Drama)
- 02.45 Motores

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Negócios de Família
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Caderno Diário
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo

Sábado, 11

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
 - 12.15 Companhia dos Animais
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Top +
 - 15.00 Simpsons
 - 15.30 Amor Fraternal
 - 16.00 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques
 - 17.00 F1 - GP da Argentina
 - 18.00 Jet 7
 - 18.35 Há Horas Felizes
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Cais do Oriente
 - 21.15 Futebol: Salgueiros-Benfica
 - 23.30 Serviço de Urgência
 - 00.25 24 Horas
 - 01.05 Um Pequeno Grande Amor
- (de Carlo Vanzina, It/1993, com Barbara Snellenburg, Raoul Bova, David Warner. Comédia)
- 03.35 Futebol Inglês

RTP 2

- 12.00 Música Maestro
- 13.00 Sem Limites
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2

Domingo, 12

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.00 Kung Fu
- 15.50 No Intervalo
- 16.25 Casa Cheia
- 16.55 F1 - GP da Argentina
- 19.00 Riscos
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 20.55 Major Alvega
- 21.45 Reis do Estúdio
- 23.10 Domingo Desportivo
- 23.35 24 Horas
- 01.15 Nos Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
 - 09.30 Novos Horizontes
 - 10.00 Maravilhas do Universo
 - 11.00 Missa
 - 12.35 Jornal Jovem
 - 13.05 O Povo das Ilhas
 - 13.30 Jornal d' África
 - 14.00 Desporto 2
 - 18.10 Eram 200 Irmãos
- (de Armando Vieira Pinto, Port./1952, com Vasco Santanam)

Segunda, 13

RTP 1

- 08.00 Infantil
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Perdidos de Amor
 - 14.15 As Aventuras de Tarzan
 - 15.10 Maria do Bairro
 - 16.30 A Banqueira do Povo
 - 17.35 Royal Variety
 - 19.00 País País
 - 19.40 País Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Cais do Oriente
 - 21.00 Não Há Duas em Três
 - 21.35 Terra Mãe
 - 22.30 Obrigado por Tudo
 - 00.20 24 Horas
 - 01.10 Desejo e Crime
- (de Alan Castle, EUA/1992, com Sherilyn Fenn, Whip Hubley, David Hewlett. Comédia)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.40 Negócios de Família
- 17.30 Espaço Vital - Açores
- 18.00 Informação Religiosa

Terça, 14

RTP 1

- 08.00 Infantil
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Perdidos de Amor
 - 14.15 As Aventuras de Tarzan
 - 15.10 Maria do Bairro
 - 16.30 A Banqueira do Povo
 - 17.35 Royal Variety
 - 19.00 País País
 - 19.40 País Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Cais do Oriente
 - 21.00 Solteiros
 - 21.35 Terra Mãe
 - 22.30 Spice Girls
 - 23.45 Millennium
 - 00.40 24 Horas
 - 01.30 Liga dos Campeões
 - 02.05 O Preço da Vitória
- (de Robert Towne, EUA/1982, com Mariel Hemingway, Scott Glenn, Patrice Donnelly, Kenny Moore. Ver Destaque)

Quarta, 15

RTP 1

- 08.00 Infantil
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Perdidos de Amor
 - 14.15 As Aventuras de Tarzan
 - 15.10 Maria do Bairro
 - 16.30 A Banqueira do Povo
 - 17.35 Celine Dion
 - 18.30 País País
 - 19.20 País Regiões
 - 19.35 Futebol: Borussia de Dortmund-Real Madrid
 - 21.40 Telejornal
 - 22.25 Cais do Oriente
 - 22.40 Terra Mãe
 - 23.35 Liga dos Campeões
 - 00.35 24 Horas
 - 01.25 Magacine
 - 02.00 Julgamento em West Point
- (de Harry Moses, EUA/1994, com Samuel L. Jackson, Sam Waterston, Seth Gilliam, John Glover. Telefilme Dramático)



C-16: último episódio amanhã na TVI

- 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Caderno Diário
 - 19.10 O Jardim da Celeste
 - 19.40 Hugo
 - 20.15 Confissões de Adolescente
 - 20.40 Remate
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 Cidade Louca
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.30 Cotton Club
- (de Francis Ford Coppola, EUA/1984, com Richard Gere, Gregory Hines, Diane Lane, Lonette McKee, Bob Hoskins, Nicolas Cage. Ver Destaque)
- 00.40 Corpus Christi
 - 01.30 Magacine

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Fátima Lopes
- 12.00 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Anjo Mau
- 22.00 Ai os Homens
- 23.00 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 No Fim do Mundo
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.00 Celebração da Paixão (da Sé de Lisboa)
- 17.00 Ester e o Rei
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 C - 16
- 24.00 A Máquina da Verdade
- 02.00 Seinfeld
- 02.40 Fora de Jogo

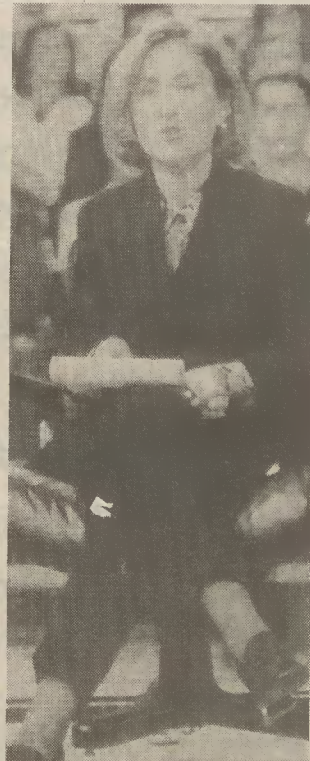
- 20.10 Via Sacra (do Coliseu de Roma)
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 Quem Sabe, Sabe...
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 Os Marginais
- (de Francis Ford Coppola, EUA/1983, com C. Thomas Howell, Matt Dillon, Ralph Macchio, Patrick Swayze, Bob Lowe, Emilio Estevez, Tom Cruise. Ver Destaque)
- 00.10 Corpus Christi
 - 01.00 Requiem de Verdi

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Fátima Lopes
- 12.00 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Bom Baíão
- 21.30 Anjo Mau
- 22.30 Ponto de Encontro
- 23.30 Donos da Bola
- 02.00 Último Jornal
- 02.40 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.00 Celebração da Paixão (da Sé de Lisboa)
- 17.00 Ester e o Rei
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 C - 16
- 24.00 A Máquina da Verdade
- 02.00 Seinfeld
- 02.40 Fora de Jogo



Na RTP2, neste fim-de-semana, duas obras-primas da música: de Verdi, o Requiem; de Rossini, «Madame Butterfly», esta antecedida de um documentário sobre a sua transposição para vídeo

Maria Elisa conduz hoje na RTP1 um debate sobre a diabetes

- 18.45 Onda Curta
- (Who Killed Who? Curta Metragem de Animação de Tex Avery; Chamam-lhe Golpe de Lâmina, Some Folks Call it a Sling Blade, Curta Metragem de George Hickenlooper)
- 19.30 2001
- 20.15 Jogo do Alfabeto
- 21.00 Semana ao Sábado
- 21.55 O Lugar da História
- 22.50 Vigília Pascal
- 00.15 Sinais do Tempo

SIC

- 08.00 Buêré
- 11.30 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Imagens Reais
- 14.20 Norte e Sul
- 16.00 Xena, a Princesa Guerreira
- 17.00 Walker
- 18.00 O Tesouro Perdido da Atlântida
- (de David Caesar, EUA/1994, com Richard Dean Anderson, Brian Blessed, Sophie Ward. Aventuras)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Mundo VIP
- 21.25 Corpo Dourado
- 22.25 Big Show Sic
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 O Passageiro da Lua
- (de Jerry Kramer e Colin Chilvers, EUA/1988, com Michael Jackson, Sean Lennon, Kellie Parker, Joe Pesci. Musical.)

TVI

- 10.00 Animação
- 12.40 Gémeos
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 Feed Back
- 15.50 O Egípcio
- (de Michael Curtiz, EUA/1954, com Jean Simmons, Victor Mature, Gene Tierney, Michael Wilding, Peter Ustinov. Drama Bíblico)
- 18.30 F/X: Efeitos Mortais
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Amizade Mortífera
- (de James Contner, EUA/1996, com Linda Carter, Katie Wright, Marley Shelton. Drama)
- 01.00 Um Vagabundo na Alta Roda
- (de Paul Mazursky, EUA/1996, com Nick Nolte, Richard Dreyfuss, Bette Midler. Ver Destaque)

- Abílio Herlânder, Fernanda Peres, Rui de Carvalho. Melodrama)
- 19.40 Bombordo
- 20.30 Artes e Letras (Making of do filme/opera «Madame Butterfly»)
- 21.00 Órgulho e Preconceito
- 22.00 Horizontes da Memória
- 22.30 Ópera: «Madame Butterfly»
- 00.25 Vidas do Século - «Houdini»

SIC

- 08.30 Buêré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.45 Malucos do Riso
- 14.20 S.O.S.
- 14.45 Imagens Reais
- 15.25 Príncipe de Bel-Air
- 16.00 Viper
- 17.00 Stargate
- 18.00 Dois Novos Rabugentos
- (de Donald Petrie, EUA/1993, com Jack Lemon, Walter Matthau, Ann-Margret, Daryl Hannah. Comédia Romântica)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Corpo Dourado
- 21.45 Bravo Bravíssimo
- 23.00 Uma Questão de Honra
- (de Rob Reiner, EUA/1992, com Tom Cruise, Kevin Nicholson, Demi Moore, Kevin Bacon. Ver Destaque)
- 01.30 Último Jornal
- 01.25 Gémeos

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.00 Mensagem do Papa
- 11.30 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 As Águias
- 15.00 O Céu Como Horizonte
- 15.50 A Túnica
- (de Henry Koster, EUA/1953, com Richard Burton, Jean Simmons, Victor Mature, Michael Rennie, Jay Robinson. Drama Bíblico)
- 18.30 Nightman
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 O Monte dos Vendavais
- (de Peter Kosminski, EUA/1994, com Juliette Binoche, Ralph Fiennes, Sínead O' Connor. Drama)
- 00.30 Futebol (Campeonato Italiano)

- 18.30 Universidade Aberta
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Mãos Perigosas
- (de Samuel Fuller, EUA/1953, com Richard Widmark, Jean Peters, Thelma Ritter, Muryyn Vye. Ver Destaque)
- 23.55 Falatório
- 00.50 Duckman, o Trapalhão

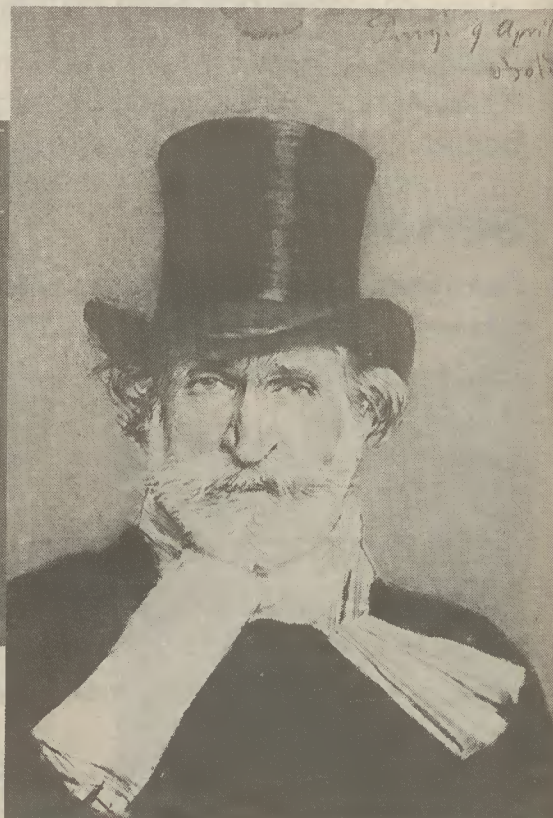
SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Anjo Mau
- 22.00 Roda dos Milhões
- 24.00 Toda a Verdade
- 01.00 Último Jornal
- 01.45 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Lágrimas de Mulher
- 16.00 Caprichos
- 17.00 O Jogo da Vida
- 17.45 S.O.S. Urgências
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pensacola
- 23.00 Linha de Fundo
- 00.50 Seinfeld

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.40 Negócios de Família
- 17.30 Rotações
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.40 Animação
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Cassandra Crossing
- (de George Pan Cosmatos, Gr.Br./1977, com Sophia Loren, Richard Harris, Ava Gardner, Burt Lancaster, Martin Sheen. Aventuras)
- 00.40 Falatório
- 01.35 Desejos Proibidos

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Anjo Mau
- 22.00 Médico de Família
- 23.00 Invasão USA
- (de Joseph Zito, EUA/1985, com Chuck Norris, Richard Lynch, Melissa Prophet. Guerra / Acção)
- 01.10 Último Jornal
- 01.35 A Família Real
- 02.55 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Lágrimas de Mulher
- 16.00 Caprichos
- 17.00 O Jogo da Vida
- 17.45 S.O.S. Urgências
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Profiler
- 23.00 PSI Factor
- 24.00 Seinfeld
- 00.30 Ponto Final

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.40 Negócios de Família
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Carolina e os Amigos
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 Os Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 O Mistério de Gorky Park
- (de Michael Apted, EUA/1983, com William Hurt, Lee Marvin, Brian Dennehy, Ian Bannen, Joanna Pacula. Espionagem)
- 00.40 Falatório
- 01.00 Musical: «The White Room»

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Anjo Mau
- 22.00 Programa do Além
- 23.15 Filhos da Nação
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Conversas Secretas

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Lágrimas de Mulher
- 16.00 Caprichos
- 17.00 O Jogo da Vida
- 17.45 S.O.S. Urgências
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Ponto Final
- 22.30 A Mão que Embala o Berço
- (de Curtis Hanson, EUA/1992, com Annabella Sciorra, Rebecca De Mornay, Matt McCoy. «Thriller»)
- 00.30 Seinfeld
- 01.00 Lanterna Mágica
- 01.40 Fora de Jogo

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Cotton Club

(Quinta, 22.40, RTP2)

Pela relativa inconsistência do argumento e por uma certa contradição entre ritmos diversos próprios de géneros diferentes, este *Cotton Club*, embora se situe alguns furos abaixo de outras obras incontestáveis de um grande cineasta como é aquele que ocupa este ciclo de *Cinco Filmes*, *Cinco Noites* - Francis Ford Coppola - não deixa de ser um resplandecente espectáculo cinematográfico, na reconstituição fulgurante que faz dos anos loucos do mundo do crime organizado, em Nova Iorque, e da especial atmosfera de um dos mais famosos clubes nocturnos da «grande maçã». Na banda sonora, os clássicos imortais de Duke Ellington demonstram o talento de um dos mais originais compositores deste século. Com Richard Gere, Gregory Hines e Diane Lane nos principais papéis.

Os Inimigos

(Quinta, 23.00, TVI)

O realizador deste filme - Wolfgang Petersen - é o conhecido cineasta do filme de aventuras *Uma História Interminável*, mais uma vez com simpática propensão para o cinema fantástico. Em *Os Inimigos*, ele conta-se a história de uma guerra entre galáxias na qual a Terra se encontra envolvida, uma situação em que o bom senso faz com que a paz se sobreponha. Entretanto, pelo meio, os terráqueos ainda se vêem confrontados com umas criaturas meio-répteis do planeta *Dracon* - um ensejo para que Rolf Zehetbauer, autor do grafismo da produção, dê rédea solta à sua inegável veia. Para entreter.

Os Marginais

(Sexta, 22.40, RTP2)

O ponto de partida para este último filme do ciclo sobre Coppola é o *best seller* homónimo de uma jovem escritora de 17 anos, Susan Hinton (a qual, aliás, também viria a colaborar com o realizador em *Rumble Fish*). Assim, embora situado nos anos 60, é natural que o argumento se debruce sobre as peripécias e as agruras da vida de um punhado de adolescentes. Evocando o melodrama clássico dos anos 50, Coppola encena, entretanto, um filme excelente, embora de certa forma irregular, em que sobretudo se destaca um grupo de (então) jovens e talentosos actores, hoje no primeiro plano do cinema americano, como Matt Dillon, Ralph Macchio ou Patrick Swayze.

Um Vagabundo na Alta Roda

(Sábado, 01.00, TVI)

Um vagabundo de nome Baskin lança-se por desespero na piscina da família Whiteman. Salvo em última instância, eis que ele se instala como um nababo no seio da grande burguesia de *Beverly Hills*, de tal modo que se torna «indispensável» em várias facetas do quotidiano, uma das quais é a arte da sedução de que beneficiam a esposa do senhor da casa, a filha e até a empregada... É provável que, aos espectadores mais maduros, a enunciação desta história recorde algo conhecido e familiar. Sem dúvida: trata-se de uma nova adaptação da história original que inspirou o grande cineasta Jean Renoir a realizar uma das suas obras-primas: *Boudou Salvo das Águas*. Por isso, esta «americanização» do original de René Fauchois (empreendida pela realizador Paul Mazursky de parceria com o argumentista Leon Capetanos) não resiste à comparação.



Nick Nolte e Richard Dreyfus, em «Um Vagabundo na Alta Roda», de Paul Mazursky



Jack Nicholson e Tom Cruise em confronto no filme «Uma Questão de Honra», de Rob Rainer



Muril Hemingway e Patrice Donnelly são as intérpretes principais de «O Preço da Vitória», de Robert Towne

Uma Questão de Honra

(Domingo, 23.00, SIC)

Realizado pelo talentoso Rob Rainer e adaptado de uma peça de Aaron Sorkin, *Uma Questão de Honra* debruça-se sobre o caso que um jovem advogado (Tom Cruise) tem de deslindar e no qual dois *marines* são acusados de ter morto um seu colega. «Filme de tribunal», a atmosfera de enorme tensão que envolve o fortíssimo confronto entre o advogado e o comandante da unidade (Jack Nicholson) é, entretanto, de algum modo iludida pelo conhecimento prévio que o espectador acaba por ter em relação à tática a desenvolver por aquele - um dos aspectos mais frágeis do argumento - assim se atenuando ou mesmo eliminando qualquer efeito de surpresa. Que é, como se sabe, a chave de qualquer filme do género.

Mãos Perigosas

(Segunda, 22.40, RTP2)

Primário e ridiculamente anticomunista como já se não usa - repare-se no ano em que foi realizado (1953) - este *thriller* de Samuel Fuller, um dos mais talentosos cineastas da série B, tem precisamente a vantagem de se desmascarar logo de início, pelo que resta aquilo que na carreira deste realizador de direita ficou como mais assinalável: a sua espantosa habilidade artesanal em construir de forma rápida um fio condutor no qual as personagens evoluem com inegável eficácia fílmica, mesmo que sem grande credibilidade. E tanto Richard Widmark (outro «direitinha») como Thelma Ritter não estão ali para outra coisa.

O Preço da Vitória

(Terça, 02.05, RTP1)

Com uma representação cinematográfica que as referências consideram fora do comum, em termos de abordagem frontal de um tema sensível e delicado, este filme de Robert Towne debruça-se sobre uma campanha de intensa preparação da equipa de natação dos EUA para os Jogos Olímpicos e do nascimento de um caso de envolvimento homossexual entre duas nadadoras. A delicadeza da história e a subtilidade do seu tratamento visual parecem conferir ao filme nota alta, a exemplo do trabalho das suas duas principais intérpretes: Muril Hemingway e Patrice Donnelly. A confirmar.

CABO & SATÉLITE

deste ano, seguindo as emissões do canal especializado *Eurosport*. Hoje, por exemplo, a partir das 14 horas, as câmaras estarão lá e as principais vedetas masculinas (e este ano também femininas) começam já a fazer das suas, uma vez que «o primeiro milho foi dos pardais»...

(Eurosport, Quinta, das 14.00 às 18.00)

TV5
LA TÉLÉVISION
INTERNATIONALE

+

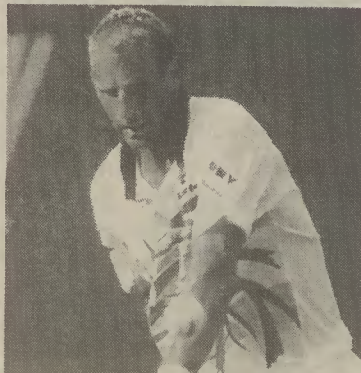
Uma série de qualidade

No ano passado, por alturas da Páscoa, o canal franco-alemão *Arte* chamou a atenção de milhares e milhares de espectadores com a transmissão de uma série documental de grande qualidade, «*Corpus Christi*», na qual se abordavam grandes questões que interessam não apenas os cristãos. Quem julgou Jesus? Quem o mandou crucificar? Em que data morreu? Uma série na qual investigadores católicos, judeus, protestantes e até ateus se interrogavam e reflectiam acerca das incertezas e ambiguidades dos textos santos e, na circunstância, o Evangelho Segundo S. João. Os espectadores portugueses, que agora têm a possibilidade de seguir esta primeira parte da série na RTP 2, podem ainda ver a sua repetição na íntegra, a horas diferentes, no canal *La Cinquième*, e também seguir a transmissão diária da sua segunda parte (inédita) no canal *Arte*. (*La Cinquième*, de Segunda a Domingo, das 13 às 14 horas; *Arte*, das 19.45 às 20.45)

EUROSPORT

Open do Estoril no Eurosport

Se é adepto do ténis e não lhe chegam os períodos de transmissão directa a cargo da RTP, pode acompanhar períodos mais prolongados dos principais encontros do «Open do Estoril»

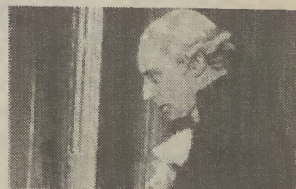


MUZZIK



Getz e Hampton no Muzzik

O canal francês *Muzzik* não se destaca, apenas, pela sua programação musical clássica. Por exemplo, esta semana - para além de poder passar parte da noite de hoje na companhia do grande pianista Claudio Arrau, com um recital comemorativo do seu 80º Aniversário, uma gravação ao vivo na Academia de Música de Filadélfia e a interpretação do Concerto nº 4 de Beethoven e, ainda, outro recital com obras do compositor alemão - o *Muzzik* proporciona-lhe, amanhã, um concerto com a Big Band de Lionel Hampton no Festival Internacional de Jazz de Montreal (1997) seguido de um documentário sobre o grande saxofonista Stan Getz. (*Muzzik*, Quinta, das 18.00 às 22.30; Sexta, das 20.00 às 22.00)

TV5
LA TÉLÉVISION
INTERNATIONALE

+

Cinema por Cabo ou Satélite

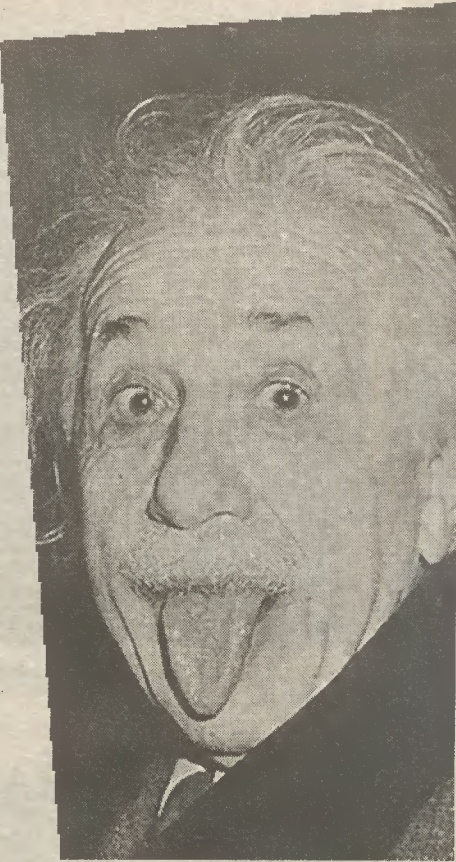
Para fugir um pouco à omnipresença do cinema norte-americano (sobretudo daquele de pior qualidade), sugerimos-lhe esta semana dois bons filmes de origem europeia - e logo saídos do talento de dois grandes mestres, Jean Renoir e Luchino Visconti. No primeiro caso, referimo-nos ao clássico «*La Marseillaise*» (1937) que é transmitido na TV 5 hoje ao fim da tarde. No segundo caso, o destaque vai para «*Obsessão*» (1942) obra-prima do neo-realismo italiano que constituiu um escândalo político pela imagem de desemprego e miséria numa Itália subjugada pelo fascismo, sendo proibida e só mais tarde estreada após a Libertação. (*TV 5*, Quinta, das 19.00 às 20.50; *Arte*, Sexta, das 22.05 às 00.25)

...tudo é relativo

A última das célebres «noites temáticas» do canal franco-alemão Arte foi dedicada, há precisamente oito dias, à personalidade fascinante, contraditória e, já no seu tempo, altamente mediática, que era Albert Einstein. É curioso, aliás, que a certa altura da emissão um dos cientistas convidados (Jean-Marc Lévy-Leblond) assim se tenha pronunciado a propósito da tão alegada ambiguidade do grande mestre da Física: «Ele é um dos últimos físicos do século XIX e, ao mesmo tempo, um dos primeiros do século XX; ele é ainda um físico clássico e, afinal, já um físico moderno; ele é o homem que todos reconhecem como pacifista mas que vai empenhar o Presidente dos EUA na via da construção da bomba nuclear; é o homem que demonstra um grande apego à Humanidade mas que, por outro lado, é um solitário, bastante egoísta em certos aspectos.»

Esta caracterização de uma certa ambivalência e contradição que marca uma certa visão da dimensão do papel representado por Albert Einstein na História da Humanidade e da Ciência estava inserida no segundo de um conjunto de programas e documentários que ocuparam esta fascinante «noite temática». Em primeiro lugar, um documentário britânico - produzido para a série Horizon com a chancela prestigiada da BBC - no qual era feita uma reconstituição da vida de Einstein. Realizado por Peter Jones, o filme fazia um uso notável da encenação ficcionada (representando o actor Andrew Sachs a personagem do cientista), intercalada com depoimentos de físicos e especialistas. O fio temático era o constante questionar que leva à revelação científica, mas sempre realçando o facto de Einstein apostar constantemente na simplicidade dos seus enunciados. Por isso, o grafismo utilizado correspondia com grande adequação e clareza a esse propósito ilustrativo, chegando ao ponto de harmoniosamente serem inseridas na imagem real dos sítios, das casas, dos objectos e dos adereços (escolhidos e filmados de forma admirável) a animação computacional altamente sugestiva, sobretudo a propósito dos escritos de Einstein que nos falavam do seu sempre presente desejo de chegar um dia a «cavalgar um raio de luz».

As mesmas aquisições tecnológicas, a par do inultrapassável poder da imagem como suporte da palavra, acabariam por ser decisivas no penúltimo segmento da noite, um documentário-reportagem de Françoise Wolff rodado durante um dos habituais estágios de estudantes de física, cientistas e potenciais candidatos ao Nobel, anualmente realizados no Centro Ettore Majorana situado na belíssima localidade de Erice, na Sicília. Aqui, eram as prodigiosas imagens da reparação no espaço do telescópio Hubble ou as fantásticas revelações das descobertas do satélite Cobey ou, ainda, a reconstituição gráfica do big bang, que acompanhavam e iluminavam as interroga-



ções e os sorrisos visionários daqueles que mais pareciam crianças-grandes em busca do desconhecido, no acto de se debruçarem sobre os mistérios do nosso devir e do nosso porvir.

Mas esta absorvente noite do Arte não deixaria de ficar manchada pela suspeita de manipulação ilegítima do material fílmico. E o espectador mais atento - até mesmo o menos familiarizado com os mecanismos da montagem e da mise-en-scène, não terá deixado de detectar uma completa e radical alteração formal no segundo documentário

da emissão - «Einstein, Um Mito, Um Homem» - sobretudo a partir da sequência relativa às investigações, na Rússia de hoje, acerca da alegada contestação pelas autoridades de então das desco-

bertas de Einstein sobre a «relatividade», enquanto «teoria burguesa».

Quem sou eu, pobre crítico, para duvidar da existência de tamanhas alevisias mas não deixa, entretanto, de ser estranho que, nessa longa sequência, tenha passado a ser utilizada, no acompanhamento dos movimentos de câmara, uma sinistra música de fundo associada ao eco dos passos em escuros e infundáveis corredores levando a portas fechadas; ou os planos subitamente captados em picado e contrapicado; ou o emprego da teleobjectiva ou da grande angular, ambas deformando, em extremos opostos, a perspectiva do olhar e do desfilar de carimbos e caracteres cirílicos, indecifráveis ao comum do espectador, mas tradicional e subliminarmente associados à tenebrosa iconografia da repressão e da opressão vendida em tantos e tantos exemplares de ficção cinematográfica dos tempos da «guerra fria» e não só.

Dir-me-ão que, no mesmo filme, se denunciava por outro lado a paranóia do maccarthismo, o rol de acusações do FBI a Einstein, o arquivar por falta de provas, em 1954, de um processo de mais de mil páginas acusando o cientista das maiores subversões. E acrescentarão que ali se via, também, o ex-embaixador de Israel nos EUA, dizendo: «Creio que ele via nas formas extremas do anticomunismo um renascimento das condições que o haviam forçado a deixar a Alemanha.» Mas que querem? Talvez eu seja por natureza desconfiado. E nada me convence que a mensagem não pretendesse ser esta: «Entre o cravo e a ferradura, vá o Diabo e escolha!» Ou, pior ainda: que, como demonstrara o nosso Albert, «...tudo é relativo!».



A unidade muitos anos depois

Particpei em Aveiro nos actos comemorativos do 3º Congresso da Oposição Democrática, um dos momentos mais altos e decisivos de luta e unidade contra a Ditadura. E interrogo-me, ainda hoje, porque senti entre muitos abraços, afectos repartidos, comuns convicções assumidas nas justas palavras por todos saudadas, a serena alegria e o conforto íntimo que só um reencontro de amigos consegue.

O fascismo terminou, embora persistam as sementes que o poderão fazer germinar de novo. Que perdura, então, para além da memória de um combate travado há 25 anos?

Não vou deter-me, nesta crónica breve, na análise do historial dos Congressos de Aveiro e do secular fio condutor de lutas pela liberdade, presente no valioso estudo de José Tengarrinha. Talvez não acentuasse, por me parecer simples conjectura, a ligação entre o clima internacional da época e a convocação do 1º Congresso, e sublinhasse a visível influência do programa do VI Congresso do PCP no conteúdo das Teses e Conclusões do 2º e 3º Congressos de Aveiro bem como nas propostas da Oposição na década final do fascismo.

Mas o que me parece mais relevante em diversas intervenções foram as pistas de reflexão sobre o significado presente da luta pela democracia. Sem ter encontrado rasto de qualquer nostalgia

passadista ou mera sugestão de saudosa romagem, destaco antes a valorização feita da actualidade de muitos ideais de há 25 anos, da persistência de justas aspirações que continuam por cumprir ou a responsabilidade que a todos cabe de não separar a luta pela liberdade de uma ética da liberdade, ou seja, que não podemos ignorar o modo como a liberdade é exercida nas condições concretas da vida humana.

todos contagiava com a sua tenacidade, coragem, exigência intelectual e aquele seu inconfundível modo de quem prefere convencer a vencer.

Talvez a memória de Mário Sacramento, médico e escritor comunista, que atravessou os anos de chumbo da ditadura de cabeça erguida, entre golpes censórios, prisões e perseguições sem fim, e cuja obra literária e perfil humano requerem ainda um olhar e um estudo mais atentos, tenha estado presente na feliz comemoração dos congressos de Aveiro.

Unidade necessária

Mas a interrogação mais pertinente não será tanto a que pretenda explicar o espírito unitário que se prolonga desde os combates de há 25 anos e se exprimiu agora de forma tão espontânea, mas porque a unidade entre os que os viveram e entre os que só mais tarde despertaram para a cidadania é cada vez mais urgente e mais necessária.

Quando o poder económico tende a subordinar o poder político, quando o mercantilismo invade e perverte todas as esferas da actividade social, quando a globalização financeira progride sem a

globalização dos direitos laborais, quando o poder da comunicação é cada vez mais controlado,

quando o ser humano é coisificado na voragem da competição e do lucro máximo, quando as desigualdades crescem apesar do furor consumista, quando a potência dominante pretende impor a todo o mundo o império dos seus interesses, a unidade é mais urgente e necessária.

Os comunistas estiveram entre os primeiros que apontaram, com lucidez e energia, a tragédia humana, a irracionalidade económica e

MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

O exemplo de Mário Sacramento

Um dos traços mais fortes dos Congressos de Aveiro continua a ser a unidade de acção dos seus promotores.

Creio que essa unidade, além das condições objectivas, se deve, em grande parte, à intervenção de Mário Sacramento na resistência cívica de que foi, durante décadas, o principal impulsor.

Membro do Secretariado do 2º Congresso Republicano e participante dos movimentos que o precederam, pude testemunhar as suas excepcionais qualidades humanas e políticas.

Dele guardo, como certamente os que o conheceram e acompanharam, a grata imagem de um homem que preferia a firmeza à dureza, que alia a intransigência na defesa dos princípios à tolerância para com opiniões diferentes e à fraterna compreensão da sensibilidade de cada um, que sabia distinguir o essencial do secundário, e a



in "Vida Mundial" 23-5-1969

a injustiça intrínseca do capitalismo neoliberal, declarado modelo terminal da história.

Mais do que palavras, já puídas pelo uso inconsequente, como diálogo ou solidariedade, ou compaixão, no léxico da direita, a época que vivemos exige debate sério e acções concretas para construir alternativas.

Novos tempos, antigas e novas lutas.

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Artistas de Abril

Integrada já no âmbito das comemorações do 24º aniversário do 25 de Abril, foi inaugurada no passado dia 3 e manter-se-á até 26 do corrente no Centro Cultural Malaposta uma exposição colectiva intitulada «Artistas de Abril», na qual estarão expostos trabalhos de vários artistas portugueses, como João Vieira, José Santa-Bárbara, Luís Ralha, Maria Keil, Vespeira e Rogério Ribeiro.

Trabalhos de Alexander Calder

Em colaboração com a Fundação Maeght, a Fundação Arpad Szenes / Vieira da Silva está a apresentar desde meados de Março até 24 de Maio uma exposição de guaches, desenhos a tinta, litografias, *mobiles stables* e *stables mobiles*, num total de 23 trabalhos datados de 1950/1976 da autoria do artista Alexander Calder (1898/1976), provenientes daquela fundação francesa e de uma colecção particular. Esta exposição é a oitava do ciclo «Os Amigos de Arpad e Vieira», organizado na sequência da exposição «Constelações» de Juan Miró.

Mulheres Desenhadas

A convite da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Casa de Mateus e da Casa Fernando Pessoa, a pintora Collete Deblé inaugura na próxima terça-feira 14, naquela última instituição, uma exposição que se manterá patente ao público até 23 do corrente. Segundo a pintora, «o meu projecto é o de tentar, através de 2001 desenhos, retratar as diversas representações da mulher desde a pré-História até aos nossos dias a fim de realizar uma análise visual das diversas posturas, situações, encenações. (...) Na realidade, prosseguindo este trabalho no dia-a-dia, é uma espécie de jornal íntimo quotidiano através da História que eu persigo... Duas mil mulheres para o ano dois mil, ou melhor ainda, dois mil e um...». Esta exposição é antecedida e acompanhada de uma «residência» (entre 3 de Abril e 2 de Maio), na Casa Mateus, na sequência da qual a artista apresentará o seu «Chapitre Portugais», ou seja, uma série de desenhos realizados a partir das representações da mulher em vários museus portugueses.



Alexander Calder



Collete Deblé

CLASSICA

Música de Câmara Rumo ao Século XXI

É sob este curioso título que se realiza na próxima terça-feira 14, pelas 21.30, o primeiro de dois concertos pelo Opus Ensemble (Ana Bela Chaves, Olga Prats, Alejandro Erlich Oliva) também integrados no Festival dos 100 Dias. Nele serão ouvidas composições de Bartok, Kagel e Lopes-Graça, a par de obras de Osvaldo Lacerda, Sérgio Azevedo, Laurent Filipe e Astor Piazzola. No dia seguinte, à mesma hora e também no Pequeno Auditório do CCB, o grupo interpretará um programa dedicado a «Obras de Três Grandes Compositores



Lusófonos», a saber: A. Victorino d'Almeida, J. Braga Santos e O. Lacerda, entre as quais duas primeiras audições mundiais dedicadas ao Opus Ensemble.

TEATRO

Uma peça infantil em Faro



«Era uma vez um rei muito poderoso que tinha um burro. Apaixonou-se por uma princesa e pretendia casar com ela, mas ela não queria. Então ela chamou a fada e esta aconselhou-a a pedir ao rei um vestido com a pele do burro...» É este o argumento de um espectáculo de teatro para crianças baseado no conto tradicional, recontado por Perrault, e intitulado «A Princesa Pele de Burro». Esta peça infantil será levada à cena depois de amanhã, sábado, pelas 16 horas, no espaço privilegiado do belíssimo Teatro Lethes, em Faro, pela grupo teatral «Ideias do Levante», numa interpretação de todos os membros da companhia. A encenação é de Rita Wengorovius, as canções e a música de Carlos Tapadinhas, os figurinos e a cenografia de Branca Aurora e os técnicos de som e luz são Bruno Batista e Maria Martins.



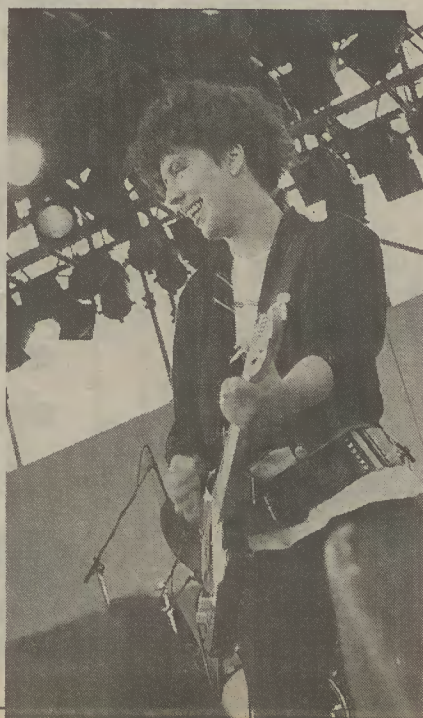
Século e meio de associativismo democrático

«A vitória dos liberais sobre os miguelistas abriu caminho em Portugal ao associativismo laico. A partir desse ano de 1834 vão desenvolver-se entre os trabalhadores as ideias do associativismo popular, dando lugar em 1838 à primeira associação operária portuguesa não corporativa. Mas é no meio industrial que elas se vão multiplicar, sob expressões muito diversas, mas todas profundamente interessadas na valorização dos trabalhadores, considerados desde então motores naturais do progresso da sociedade. Assim se formam associações de socorros mútuos, montepios, cooperativas de consumo, caixas económicas, sociedades recreativas, filarmónicas e culturais e clubes». É este o retrato da sociedade portuguesa e das origens do seu movimento associativo, tal como nos é descrito num texto, a um tempo caloroso e amplamente informativo, elaborado pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, a propósito das comemorações, nestes dias, dos 150 anos de existência da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, orgulho do concelho do Seixal. Estas comemorações têm um ponto alto no próximo sábado 11 com um concerto pela Banda daquela associação a realizar pelas 21.30 no Moinho de Maré de Corroios, ou seja, num dia em que também se comemora o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios Históricos. Nesta ocasião, o «Avante!» e o seu espaço «Escaparate» associam-se a esta efeméride, fazendo nossa a intenção de que, «homenagear a Timbre, as centenas de dirigentes que a fizeram singrar através dos tempos, os milhares de sócios que fizeram dela centro de convívio, de amizade, de cultura e de luta, é homenagear a população do Seixal, que se revê nessa mesma menina bonita do seu associativismo».

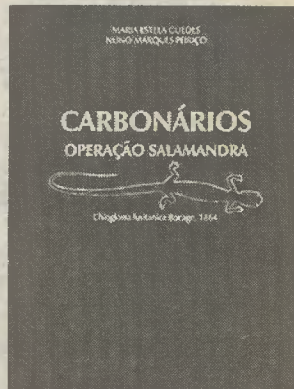
CANÇÕES

Voz e Guitarra

Num espectáculo cuja organização e apresentação seguirá de perto os critérios de produção utilizados para o CD homónimo lançado em Novembro último e já Disco de Ouro, realizar-se-á depois de amanhã às 22 horas no Coliseu dos Recreios de Lisboa um desfile de vozes exclusivamente acompanhadas à guitarra. Da lista dos participantes fazem parte, entre outros, Filipa Pais, Janita Salomé, João Afonso, João Gil, Jorge Palma, José Medeiros, Kalú, Luís Represas, Miguel Ângelo, Minela, Né Ladeiras, Nuno Guerreiro, Paulo Costa, Rui Veloso, Sérgio Godinho, Tim, Toninho Afonso, Vitorino, Vozes da Rádio e Xana. Este espectáculo integra-se no Festival dos 100 Dias organizado pela Expo'98.

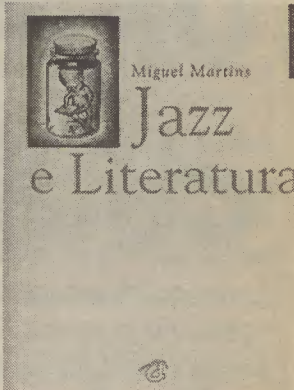


LIVROS



Carbonários Operação Salamandra

Que livro é este?, perguntará o leitor habituado apenas a manusear papel devidamente classificado. Que bicho é este, indagará o leitor que dos animais conhece apenas os domésticos e, dos outros, só os que lhe invadem a casa por via televisiva. Em edição da Contraponto, e com prefácio ilustrado - que o Director do Museu Nacional de História Natural, Galopim de Carvalho, escreveu -, este livro, da autoria de Maria Estela Guedes e Nuno Marques Peiriço, abre caminho para uma aventura e propõe uma viagem científica. Trata-se também de uma viagem no tempo a que os autores convidam, na busca de investigações anteriores para assim encontrarem não uma esmeralda perdida, mas a *Chioglossa lusitana Bocage*, digamos, a salamandra. Investigadores do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, estes cientistas não perderam o humor no seu caminho e, na demanda de um mítico bicho, vão encontrar a humanidade...



Jazz e Literatura

Como a literatura é feita de palavras e estas têm por hábito meter-se em tudo, há sempre numerosas ligações entre as artes e as letras, entre a palavra escrita e outros modos de exprimir artisticamente a vida. Poderíamos invocar exemplos e falar das ligações que muita literatura estabelece com a pintura ou com a música. Ainda há tempos se fez ensaio sobre a gastronomia e Eça de Queiroz. Aqui não se trata de sabores nem odores. Nem de cores. Mas dos sons particulares do Jazz. Miguel Martins escreve em *Jazz e Literatura*, editado pela Campo das Letras, um livro em que é questão da «grande música negra na poesia e na ficção contemporâneas» e das «letras das canções como literatura».

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Das duas, uma

«Fome é fome, em qualquer parte do mundo.» Esta constatação, na melhor tradição do senhor de La Palice, é do primeiro-ministro António Guterres, que, no passado fim-de-semana, em Londres, parece ter tido um ataque agudo de «humanismo».

Num encontro onde o negócio foi rei e os argumentos se esgrimiram em números, o nosso pio ministro entendeu por bem estender a «outra face» à Indonésia, que aproveitou a deixa e assestou nova bofetada na diplomacia portuguesa, deixando de cara à banda a delegação lusa mais o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, chamado para apadrinhar um encontro que não houve e cujas certezas de haver foram propaladas aos quatro ventos na imprensa nacional.

Já alguém disse que sempre que se trata de Timor-Leste os governantes portugueses perdem o Norte, mas estamos em crer que desta vez a coisa foi longe de mais. É que Guterres, não satisfeito com a desfeita das autoridades indonésias em desaproveitarem a oportunidade de trocar impressões com ele sobre uma questão que se arrasta há quase um quarto de século, ainda votou a favor de uma ajuda ao regime de Suharto, a braços com uma das maiores crises financeiras e económicas de todos os tempos.

Que a ajuda é «humanitária», justifica Guterres, asseverando que «fome é fome em qualquer parte do mundo» e que não está na natureza dos portugueses exercer retaliações sobre os povos para fazer vingar os seus pontos de vista políticos. O país ficou de boca aberta. É que só alguém muito distraído é que não sabe que a família Suharto e seus acólitos detêm a parte de leão das riquezas indonésias, pelo que se a crise afecta a população do país, semeando inclusive a fome, isso se deve em primeiro lugar à política exploradora e despótica do regime, que não consta ter sido posta em causa no encontro de Londres. Como se isto não bastasse, acresce que no centro dos debates na capital britânica não esteve o interesse dos trabalhadores e dos povos asiáticos, cuja mão-de-obra barata é cada vez mais apreciada pelo capital internacional, mas o interesse desse mesmo capital e das políticas neoliberais que fizeram da Ásia um autêntico paraíso da especulação financeira. É o que explica, de resto, o facto de Timor-Leste não consituir nenhum impecilho para as excelentes relações da União Europeia com a Indonésia, pelo que o voto contra Portugal não alteraria uma vírgula à decisão de dar uma ajuda a Suharto.

Posto isto e os factos, das duas, uma: ou Guterres, na sua ingenuidade, se propõe ser o paladino do «humanismo» nas relações internacionais e o Governo vai passar a defender em todos os fóruns o levantamento das sanções económicas a todos os países (Iraque, Cuba, Jugoslávia, Líbia, etc.) porque isso afecta, em primeiro lugar, os respectivos povos; ou tudo não passou de um exercício da mais pura hipocrisia, sabendo-se - como se sabia - que a oposição portuguesa e a causa timorense não merecem mais do que a distraída complacência dos parceiros europeus.

Ao esgrimir desta forma a fome dos trabalhadores e do povo da Indonésia, Guterres revelou uma vez mais ser um «bom aluno» da política comunitária: quando o que está em causa é a cor do dinheiro, fica sempre bem falar de direitos humanos.

■ Anabela Fino

PCP apresenta projecto de lei Mais justiça na conversão de votos em mandatos

O PCP realizou ontem uma conferência de imprensa com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política, onde deu conhecimento do projecto de lei que o Grupo Parlamentar comunista vai apresentar para reforço da proporcionalidade no sistema eleitoral em alternativa aos círculos uninominais defendidos pelo PS e pelo PSD.

Na sua declaração, Luís Sá começou por referir o facto de o PS e o PSD procurarem «acelerar o processo de alteração da lei eleitoral para a AR», patente na entrega já feita pelo PSD e pelo Governo PS na Assembleia dos seus projectos propondo a criação círculos uninominais, «apesar de a actualização do recenseamento não estar terminada e, por isso, faltar a esses projectos a necessária delimitação geográfica desses círculos».

No mesmo sentido vai, na opinião do PCP, o agendamento pelo PSD já para 23 de Abril do debate e votação na generalidade do seu projecto.

Face, pois, a «esta visível aceleração» do processo, o PCP considera oportuno «reafirmar a sua frontal oposição quer à criação de círculos uninominais (em que se elege apenas um candidato) proposta pelo Governo e pelo PSD quer à redução do número de deputados exigida pelo PSD e em relação à qual não existem garantias seguras de que não acabará por ser aceite pelo PS».

Em relação aos círculos uninominais, considera Luis Sá que, mesmo sendo estes de candidatura e não afectando a conversão de votos em mandatos, «afectam porém o número de votos a converter» e «tem por objectivo essencial bipolarizar artificialmente os comportamentos eleitorais, e acima de tudo, favorecer o partido do poder».

Com estes círculos, acrescentou, «procura-se, para além de uma bipolarização a nível nacional, apresentando para tal como instrumento a inexistente figura dos candidatos a Primeiro-Ministro, uma bipolarização a nível local com os candidatos de círculo uninominal». Para além de que «não se verificará qualquer "aproximação" geral dos deputados aos eleitores», pois os candidatos eleitos serão muitas vezes representantes de uma minoria, correspon-

dente à maioria relativa que tiver votado no deputado eleito, deixando sem representação muitos e muitos milhares de eleitores».

Entretanto, afirmou Luís Sá, «considerando que esse é o principal aspecto do sistema eleitoral vigente que efectivamente carece de ser melhorado e aperfeiçoado, a Comissão Política do PCP encarregou o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar proximamente na AR um projecto de lei visando reforçar a proporcionalidade do sistema eleitoral para a AR».

«Com esta iniciativa, o PCP reforça as condições da sua intervenção no debate desta problemática e no combate às perigosas propostas do Governo e do PSD e

sobretudo dá uma importante contribuição construtiva para fazer corresponder melhor o número de deputados eleitos por cada partido ao número de votos que efectivamente receberá, isto é para tornar a democracia mais representativa e para fortalecer o princípio da igual eficácia de voto dos cidadãos, independentemente dos partidos que apoiam ou escolhem.»

Assim, serão propostas essenciais a apresentar pelo PCP, para além de regras técnicas que a experiência tem aconselhado:

- a criação de um círculo nacional de 50 deputados, como factor de correcção adicional da proporcionalidade, de estímulo à participação de todos, em especial dos que poderiam ser levados à abstenção por entenderem que o seu voto não é «útil» ao nível regional, bem como de de equilíbrio global do sistema;

- a adopção como círculos eleitorais do Continente da área das oito regiões administrativas já aprovadas na Assembleia da

República em vez dos actuais dezoito distritos, de existência constitucionalmente transitória, muitos deles com escasso número de deputados e que praticamente excluem a proporcionalidade;

- a substituição do método de Hondt, como critério na repartição dos deputados pelos círculos regionais pelo método do quociente simples e maior resto, com o objectivo de beneficiar os círculos de menor dimensão e colocar fim a uma situação que prejudica o interior do País e beneficia os maiores círculos.

Ao apresentar um projecto de lei eleitoral para a AR, o PCP anuncia que dará firme combate a todas as propostas que, directamente pelo método de conversão de votos em mandatos, ou indirectamente, induzindo comportamentos eleitorais, procuram um rotativismo que dificulte ao povo a conquista de verdadeiras alternativas a políticas contra as quais queira manifestar o seu descontentamento».

105 mil assinaturas contra tarifas da Telecom

A concentração promovida, segunda-feira passada, pela Comissão de Utentes contra a Taxa de Activação, frente à Telecom, seguida de caravana automóvel até à residência oficial do primeiro-ministro, teve entusiástica adesão.

Uma clara manifestação de receptividade, que surge como um estímulo mais à continuação do processo contra o novo sistema de tarifas telefónicas.

Com esta acção, a Comissão pretende «solicitar a intervenção urgente do primeiro-ministro para que se encontre uma solução que satisfaça os interesses de todas as partes em conflito» e «dar conhecimento do balanço de assinaturas de protesto entretanto recolhidas» - mais de 105 mil assinaturas, o maior abaixo-assinado jamais recolhido em Portugal.

Metade destas assinaturas - refere-se em comunicado da Comissão - «foram recolhidas

após os utentes terem recebido as suas facturas de Fevereiro, através das quais começaram a sentir os efeitos da aplicação ilegal da chamada taxa de activação».

No documento entregue ao primeiro-ministro, a Comissão apresenta várias razões para a luta que tem vindo a desenvolver, referindo, nomeadamente,

que a maioria das chamadas telefónicas sofre um aumento da ordem dos 47%.

A Comissão sublinha ainda que em Portugal os utentes da companhia de telefones já suportavam das mais caras tarifas telefónicas e todos os aumentos entretanto registados são superiores à inflação de 2% esperada para este ano.

PCP lança PORTUGAL 2000 Debates para uma política de esquerda

O PCP apresentará publicamente, na terça-feira, dia 28 de Abril, uma iniciativa política denominada «PORTUGAL 2000 - debates para uma política de esquerda».

Com «PORTUGAL 2000», o PCP propõe-se promover um vasto e diversificado conjunto de iniciativas concretas, por todo o País, de debate dos principais temas políticos e sociais, com vista a possibilitar um alargado e genuíno processo de diálogo e de debate, à esquerda; respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças; que reúna individualidades, sectores e sensibilidades políticas diversas, envolva diferentes movimentos e forças sociais e culturais e esteja aberto à participação directa dos cidadãos; e seja susceptível

de construir convergências e de progredir na definição dos conteúdos de uma política de esquerda correspondente às necessidades do país à entrada do novo milénio.

O acto de apresentação, que conta com uma intervenção de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, e que será antecedida por um momento musical, realizar-se-á às 17.30 horas de terça-feira, dia 28 na Sala Cristal do Alfa Lisboa Hotel (Avenida Columbano Bordalo Pinheiro).

ATENÇÃO!

**Este ano a compra
antecipada da EP
dá direito a desconto!**

O custo da EP é de 2500\$00.
Se comprares antecipadamente
terás um desconto de 20%.

FESTIVA
Avante!

4, 5 e 6 de Setembro

